



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA EICOS

Iara de Salvo Rocha

Unidades de Polícia Pacificadora: Controvérsias que tecem a vida urbana

RIO DE JANEIRO
2012

Iara de Salvo Rocha

Unidades de Polícia Pacificadora: Controvérsias que tecem a vida urbana.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Orientadora: Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro

RIO DE JANEIRO
Abril/ 2012

R672 Rocha, Iara de Salvo.
Unidades de polícia pacificadora: controvérsias que
tecem a vida urbana / Iara de Salvo Rocha. Rio de
Janeiro, 2012.
140f.:il.;29cm.
Orientadora: Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro.
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do
Rio de Janeiro. Instituto de Psicologia, 2012.

1.Polícia-Brasil. 2.Segurança pública-Brasil.
3.Favelas. I. Pedro, Rosa Maria Leite Ribeiro. II.
Universidade Federal do Rio de Janeiro. Instituto de
Psicologia. III. Título.

Iara de Salvo Rocha

**Unidades de Polícia Pacificadora:
controvérsias que tecem a vida urbana.**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social (EICOS), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social

Orientadora: Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro

Aprovada em ___/___/2012.

Profa. Rosa Maria Leite Ribeiro Pedro, Dr. [Orientador] (EICOS / IP/ UFRJ)

Profa. Márcia Oliveira Moraes, Dr. (Programa de Pós Graduação em Psicologia / UFF)

Prof. Paulo Afonso Rheingantz, Dr. (PROARQ/ FAU/ UFRJ)

Prof. Pedro Paulo Gastalho Bicalho , Dr. (Programa de Pós Graduação em Psicologia / IP/
UFRJ)

Rio de Janeiro
2012

A todos aqueles que, como eu, acreditam ser
possível a construção de um mundo onde cada vez
mais pessoas sejam levadas em conta.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, de um modo ou de outro, contribuíram para a realização deste trabalho:

À minha família: meu pai, pela inspiração; minha mãe pelo apoio incondicional, pela força e confiança; aos meus irmãos Lucas e Paula, por estarem sempre presentes.

Ao Mário, companheiro para todas as horas, por tudo.

Aos meus amigos, família que escolhi, pelo incentivo e, principalmente, pelos momentos de riso e distração tão necessários nesse processo.

À Rosa, minha orientadora, pelos caminhos que me abriu, por se fazer presente em todos os momentos difíceis da pesquisa, e, principalmente, pela confiança, dedicação e amizade.

Aos integrantes do grupo de pesquisa “*Cartografando redes de vigilância e segurança na cidade do Rio de Janeiro: nova configuração dos espaços urbanos, novas sociabilidades, novas formas de subjetivação*”, pelo apoio na execução de todas as fases deste trabalho e pelas discussões sempre frutíferas.

Aos membros da banca examinadora: Márcia Moraes, Paulo Afonso e Pedro Paulo, por me acompanharem nesse processo sempre com boas contribuições.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pelo apoio à pesquisa.

À todos do Programa EICOS, especialmente Ruth, Carmen e Ricardo, pela atenção e ajuda sempre;

Ao Analker, por facilitar o acesso às instâncias de Políticas Públicas que compõem este trabalho;

Aos moradores da favela Santa Marta, pelo acolhimento, sinceridade e confiança.

Sempre se admitiu que a “realidade” não é inteiramente imutável. É este o ponto de partida da tecnologia – e, sem dúvida, da política.

Annemarie Mol

RESUMO

ROCHA, Iara de Salvo. Unidades de Polícia Pacificadora: Controvérsias que tecem a vida urbana. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – UFRJ / Instituto de Psicologia / Programa de Pós Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, 2012.

Partindo da evidência de que a questão da segurança tem se tornado cada vez mais importante nos dias atuais, este trabalho busca estudar uma das políticas de segurança pública de maior visibilidade em nosso país na atualidade: as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's). As UPP's são uma proposta da Secretaria de Segurança do Estado do Rio de Janeiro que consiste na instalação de unidades de polícia nas principais favelas cariocas ocupadas por facções criminosas, tendo com base a noção de “polícia de proximidade”. Com isso, busca-se a retomada desses territórios para o estabelecimento da “paz” nos mesmos. Apesar de vigente no cenário carioca desde dezembro de 2008, não se pode dizer que a política das UPP's está estabilizada. Ao invés disso, ela ainda se encontra em um processo de constituição que suscita debates e controvérsias, evidenciados nas mídias de grande circulação, nas próprias comunidades e também nos próprios órgãos públicos de planejamento e execução das UPP's. Objetivando pensar as diferentes realidades que as UPP's vêm produzindo com a intervenção em favelas, buscamos seguir estes embates, evidenciados a partir dos relatos de 9 entrevistados envolvidos diretamente com a política – gestores, policiais e moradores de uma comunidade pacificada. O método utilizado foi o da Cartografia de Controvérsias, segundo o qual o pesquisador deve seguir as pistas deixadas pelos atores de uma rede, mapear as traduções e controvérsias enunciadas por estes, bem como os coletivos que articulam para produzir a rede que está se formando. Três decalques provisórios foram realizados buscando cartografar as UPP e explicitar os agenciamentos e as controvérsias arregimentados em três tempos – sua gênese, o momento atual e as perspectivas para o futuro da política. Nestes decalques, são somadas as pistas deixadas pelos atores àquelas teóricas, especialmente, as formuladas por Foucault e seus seguidores, que nos permitem compreender as UPP's como dispositivos de segurança que articulam tecnologias diversas no intuito de gerir riscos para produzir um tecido social percebido como seguro. Ao final, fica evidente que ainda são poucos os que contam nas decisões sobre que realidades produzir com as UPP's. Há muito que se avançar para que esta política, de uma forma mais horizontal, possa contribuir para a integração do tecido urbano e para a ruptura com a oposição que há muito se estabelece entre morro e asfalto.

Palavras- chave: Unidades de Polícia Pacificadora; segurança pública; favela; Rio de Janeiro, cartografia.

ABSTRACT

ROCHA, Iara de Salvo. *Pacifying Police Units: Controversies that weave urban life*. Dissertation (Masters Program in Psychosociology of Communities and Social Ecology) – UFRJ / Instituto de Psicologia / Programa de Pós Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social, 2012.

Starting from the evidence that the issue of safety is becoming increasingly important at the present moment, this study investigates one of the public safety policies which currently enjoys the greatest visibility in our country: the Pacifying Police Units (UPP's). The UPP's have been proposed by the Public Safety Department of the State of Rio de Janeiro. The proposal consists in setting up police units in the main shanty town communities ("favelas") in Rio that, in the past, had been taken over by criminal factions. It is based on the notion of "close policing." This measure aims at repossessing these territories in order to re-establish "peace" within them. Despite the fact that the UPP's policy has been in force in Rio de Janeiro since December 2008, it cannot be considered stable. On the contrary, it is still in the process of being developed, a situation that gives rise to debates and controversies. The latter are present in the media at large, in the communities themselves and even in the public departments responsible for the planning and setting up of the UPP's. Having as our objective to reflect upon the different realities arising from the UPP's presence in the "favelas", we have sought to investigate these controversies, made evident in the narratives of 9 interviewees directly involved in the policy - administrators, policemen and residents of a pacified community. The method adopted was that of the Mapping of Controversies according to which the researcher must follow the clues left by actors in a network, map out the translations and controversies they indicate as well as the groups they set up to produce the networks being developed. Three provisional sketches were drawn, seeking to map out the UPP's and to make explicit the agencing and controversies. These were organized into three stages – their genesis, the present moment and future perspectives for the policy. Within these sketches, the clues left by the actors are added to the theoretical ones, particularly those formulated by Foucault and his followers. They allow us to understand the UPP's as safety devices that articulate different technologies with the aim of administering risk, in order to produce a social fabric perceived as safe. At the end, it becomes evident that there is a very limited number of people whose views are accounted for when deciding which realities should be created through the UPP's. There is still a long way to go before this policy, if implemented from a more horizontal perspective, can contribute towards the integration of the urban fabric and to end the long-established opposition between the "favelas" and middle-class communities.

Key words: Pacifying Police Units; public safety; "favela"; Rio de Janeiro; mapping.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - A favela Santa Marta	48
Figura 2 - Transição do policiamento repressivo para o preventivo.	67
Figura 3 - Mapa de distribuição das UPP's no Rio de Janeiro	70
Figura 4 – Big Brother Santa Marta	76
Figura 5 – A espiada	76
Figura 6 – Cartilha popular do Santa Marta: Abordagem Policial	77
Figura 7 – Cartilha de abordagem policial divulgada pela UPP	77
Figura 8- Matéria do Jornal <i>O Globo</i> . A repercussão midiática da resistência dos traficantes à pacificação.	78
Figura 9 - Folheto informativo do disque-denúncia	82
Figura 10 - Google modifica mapas para esconder favelas.	91
Figura 11 - Salvador é a primeira capital a se inspirar na política de segurança carioca.	114

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	11
1.METODOLOGIA DA PESQUISA.....	17
1.1 Cartografando as UPP's.....	22
2. TECENDO A REDE. A TRAJETÓRIA DA PESQUISA DE CAMPO.....	25
<i>PRIMEIRO DECALQUE: A GÊNESE DAS UPP's</i>	
3. DIFERENTES VERSÕES SOBRE O SURGIMENTO DA UPP	32
3.1. Argumento Histórico	33
3.2. Os argumentos técnicos / tecnológicos.....	40
4. O PROCESSO DE PACIFICAÇÃO	48
4.1 Santa Marta: a primeira comunidade ocupada.....	48
4.2 A métrica da pacificação.....	58
<i>SEGUNDO DECALQUE: O MOMENTO ATUAL</i>	
5. O PROCESSO DE ESTABILIZAÇÃO DA POLÍTICA	70
5.1. Os diferentes focos de resistência às UPP's.	71
5.1.1. As resistências das comunidades.....	72
5.1.2. Guerra avisada: estratégia para fazer viver e deixar morrer.....	78
5.1.3. As resistências oferecidas pelos policiais.....	84
6. O SOCIAL CHEGA AO MORRO.....	88
7. “SE TIVESSE PAZ ELES NÃO ANDAVAM ARMADOS”	99
<i>TERCEIRO DECALQUE: O FUTURO DA REDE</i>	
8. “O QUE SERÁ DO AMANHÃ? RESPONDA QUEM PUDER” – o que se espera da pacificação.....	111
9. “SE OS SEUS DIREITOS FOREM RESPEITADOS, VOCÊ NÃO VAI PRECISAR DE UPP” - O futuro desejado	116

10. O QUE, AFINAL, ESTAMOS PRODUZINDO COM AS UPP's? 121

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 127

ANEXOS 132

ANEXO I: Reportagem do jornal O GLOBO de 03 de dezembro de 2008 132

ANEXO II: Reportagem do jornal O GLOBO de 29 de janeiro de 2009..... 133

ANEXO III: Reportagem do jornal O GLOBO de 29 de maio de 2011 (1)..... 134

ANEXO IV: Reportagem do jornal O GLOBO de 29 de maio de 2011 (2)..... 136

ANEXO V: Mapa das ocupações de morros no Rio de Janeiro – antes e depois da UPP..138

APRESENTAÇÃO

“E então, o morro está seguro? Posso circular por lá?” Essa é a questão que a maioria da população do Rio de Janeiro se faz quando o assunto é a nova política de segurança pública, as Unidades de Polícia Pacificadora. A pergunta remete a um histórico de mais de 30 anos de um cenário violento no Rio de Janeiro, a um momento atual em que se busca solucionar esse problema, e a um futuro algumas vezes duvidoso em relação à continuidade desta política.

Desde a década de 70, o Rio de Janeiro vem atravessando uma situação peculiar. O momento histórico é conhecido e estudado por vários autores. Remete à ditadura militar, quando, em decorrência da Lei de Segurança Nacional, presos políticos e comuns foram encarcerados em celas conjuntas, o que culminou na criação da primeira facção criminosa do Rio de Janeiro – o Comando Vermelho.

Inicialmente uma organização de presos com orientação política, o Comando Vermelho foi pouco a pouco se transformando em uma facção criminosa associada ao tráfico de drogas, atividade que se tornou especialmente lucrativa nessa época em decorrência do aumento da oferta e demanda de cocaína. (LEEDS, 2006)

Também aos poucos foram surgindo outras facções. Atualmente são quatro: a ADA (Amigos dos Amigos), o Terceiro Comando, e mais recentemente o Terceiro Comando Puro, resultado de uma dissidência do último. Rivais, os combates empreendidos entre as diferentes facções pela disputa de territórios, e entre estas e a polícia, imprimiram na cidade do Rio de Janeiro a marca da violência e da guerra, fazendo com que a “cidade maravilhosa” ganhasse a alcunha de “cidade perigosa” (ZALUAR, 2006; JAGUARIBE, 2011).

A descontinuidade de políticas públicas, o descompasso entre as instâncias Municipal, Estadual e Federal de governo, e a corrupção de policiais e outros agentes públicos possibilitaram que essa situação se desenvolvesse criando uma separação da cidade entre favela e asfalto pautada no preconceito, no medo e na estigmatização das classes pobres.

As políticas de segurança pública pouco conseguiram fazer para resolver a situação da intensa criminalidade associada ao tráfico de drogas e do comando de favelas pelas facções. Os poucos esforços empreendidos nesse sentido, geralmente antecediam a realização de grandes eventos na cidade, e ocasionavam a morte de muitos favelados. Nenhuma ação foi definitiva, continuada, e nem tampouco superou o bombardeio de notícias de jornais que

mostravam a associação da polícia com traficantes, e até mesmo a formação de milícias – organizações formadas por policiais ativos e/ou aposentados, que acabavam por exercer igual domínio sobre a população favelada, cobrando-lhes propinas sobre serviços tais como fornecimento de gás, internet, etc.

É partindo desse contexto que algumas tecnologias foram produzidas, culminando na atual política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro: as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's). A proposta da Secretaria de Segurança do Estado consiste em instalação de unidades de polícia dentro das principais comunidades ocupadas por facções criminosas ou milícias, buscando a retomada desses territórios para o estabelecimento da “paz”, através da ideia de Polícia de Proximidade.

O projeto começou a ser implementado em dezembro de 2008 nas comunidades da capital, e atualmente já se somam 20 UPP's instaladas principalmente na Zona Sul e Zona Norte da cidade, abrangendo mais de 55 comunidades.

Além dessas ocupações, temos ainda aquela da Vila Cruzeiro e Morro do Alemão, ocorridas em novembro de 2010, para a qual novos aliados como as Forças Armadas da Marinha e do Exército, efetivos das Polícias Civil e Federal, foram chamados a compor o coletivo juntamente com policiais do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) e a polícia militar. A ocupação desses dois locais teve grandes repercussões, já que são grandes comunidades e amplamente conhecidas por sua violência relacionada ao tráfico. Até mesmo os setores formuladores da política consideravam estas localidades como desafios à implementação do projeto das UPP's.

Aliada à entrada das UPPs nas comunidades está, ainda, a inserção de outras políticas sociais e de segurança nas favelas. Assim, projetos de competência da Secretaria de Assistência Social passam a estar vinculados ao das UPP's, de segurança, no que recentemente se convencionou chamar de UPP Social. Além do provimento de serviços básicos como esgoto, água, luz e coleta de lixo; também programas de inclusão digital, instalação de câmeras de segurança, dentre outros, são exemplos do que as comunidades ocupadas pela polícia passaram a ter. De acordo com o site oficial das UPPs – o UPP Repórter¹ acredita-se que a ocupação e recuperação das favelas pela polícia aliada a tais políticas sociais que surgem a *posteriori* acabam por levar a paz a estas comunidades.

Mas apesar de todo esse aparato mobilizado na produção da política, o que podemos ver a partir da questão exposta acima é que sua estabilidade ainda não foi alcançada. Ao invés

¹O site UPP Repórter é alimentado pelo departamento de comunicação da Secretaria de Segurança Pública, e pode ser acessado através do domínio: <http://upprj.com/wp/>, 13 de março de 2012.

disso, debates que colocam em cheque a durabilidade e eficácia do programa de pacificação são abertos a cada nova ocupação, onde se evidenciam instabilidades, controvérsias e embates característicos de um processo de construção de novas realidades.

São essas controvérsias que nos fornecem pistas das realidades que vem sendo constituídas a partir das UPP's, uma vez que em meio a esses embates, a estabilidade das redes já instituídas e das que estamos tecendo é problematizada segundo interesses diversos, mobilizando novos agentes e tornando outros obsoletos, e possibilitando o surgimento de outras configurações que buscam dar conta dos modos de vida que a cada dia se modificam e se complexificam. (LATOURE, 2005)

Tendo isso em vista, esta pesquisa de dissertação de mestrado buscou justamente **seguir as controvérsias que se articulam em torno das UPP's, objetivando compreender que realidades estão sendo presentificadas pela política e que efeitos ela vem produzindo** para os moradores de uma favela pacificada – a Santa Marta, e para a cidade do Rio de Janeiro.

Ainda são poucos os estudos sobre essa política, e as discussões existentes são efetuadas no sentido de refutar ou concordar com a política, apontar para os perigos de as UPP's se tornarem novas milícias e os riscos de uma favela militarizada; ou então mostrando o avanço que as UPP's protagonizam na cidade do Rio de Janeiro. Aqui, buscamos fazer algo diferente. Sem a intenção de transitar entre a polêmica que discute se a UPP é boa ou ruim, buscamos entender os processos engendrados em sua constituição e também os caminhos percorridos para a estabilização da política, atentando às controvérsias que ajudam a construir a política e explicitam os embates e resistências disparados por ela.

Mas acompanhar o processo de estabelecimento das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP's) no cenário carioca nos coloca diante de uma rede heterogênea em torno da qual diversos coletivos se articulam para produzi-la (setores públicos de formulação e execução de projetos na área de segurança; comunidades afetadas pela política; meios de comunicação que ajudam a produzir o conceito da intervenção que está sendo realizada; estatísticas que são produzidas; quantidade de armamento utilizado nos territórios, etc.). Vemos humanos e não-humanos se entrelaçarem na produção de algo complexo, de um real que está longe de ser único e estável, mas antes é construído por diversas vozes em um processo contínuo: realidade fractal que é mais que uma e menos que muitas (LAW, 2004).

Para dar conta dessa multiplicidade, o método de pesquisa utilizado foi o da Cartografia de Controvérsias, que nos permite seguir os atores de uma rede em processo de construção, verificando o que determinada realidade se torna em suas mãos (LATOURE,

2005). Nesse sentido, a ideia de **performatividade**, teorizada por Mol (2008), foi essencial para esta pesquisa, uma vez que aponta para uma ideia de realidade que não é definida a priori, mas está sempre em processo de constituição. Entender a realidade e o mundo social em sua performatividade nos leva ainda a um entendimento desta pesquisa como mais um ator na produção das UPP's, uma vez que se constitui como uma **versão** que arregimenta outras, e, mais ainda, produz realidades.

Mas que mundos pretendemos presentificar com esta pesquisa? Uma vez que as UPP's têm ganhado grande visibilidade na mídia, que em grande parte das vezes dá voz apenas aos gestores da política, este trabalho pretende descrever também um outro olhar – o dos moradores de uma favela pacificada, que participam, vivenciam, afetam e são afetados pelas ocupações policiais nas favelas.

Essa opção, porém, não nos eximiu de buscar as versões dos gestores da política, pois, por ser uma política em processo de constituição, esta ainda não está delimitada e em um projeto ao qual poderíamos ter acesso. Além disso, os policiais que atuam nas UPP's também foram ouvidos, já que fazem parte dessa rede de “pacificação”, e se agenciam das mais diversas formas para também contarem em sua produção.

Partindo dos relatos desses atores, procuramos analisar as UPP's à luz dos dispositivos de segurança e da biopolítica na contemporaneidade, conceitos propostos por Foucault que nos permitem refletir os modos de vida e as formas de exercício do poder na contemporaneidade.

Segundo Foucault (1999), com a emergência do neoliberalismo o mundo irá conhecer um fenômeno de transposição das formas como geralmente se pensava a economia para as diversas instâncias da vida. A vida se torna ela mesma uma instância econômica e como tal passa a ser gerida, sempre de modo a otimizá-la, a reduzir os riscos e as ameaças que recaem sobre ela. “O poder tomou de assalto a vida”, diz Pelbart (2007), fazendo da espécie humana seu objeto de intervenção e regulamentação, controlando o homem a partir de seus fluxos e por meio das estatísticas. É a biopolítica que agora se propaga.

É por isso que a questão da segurança tem se tornado cada vez mais relevante nos dias atuais, e que é tão evidente no contexto dos centros urbanos. A busca por segurança parece estar presente em nossas escolhas sobre os lugares que frequentamos e como nos comportamos nestes lugares, nos relacionamos com as pessoas, como nos vestimos e o que carregamos, qual meio de transporte utilizamos para nos deslocar, etc. Toda uma rede é constantemente tecida e parece estar cada vez mais refletida e relacionada aos territórios da

cidade. A segurança parece performar os modos de sociabilidade e as relações de poder que se estabelecem na contemporaneidade.

Foucault (2008a) também nos ensina que a vigilância e a segurança têm sido pensadas na contemporaneidade cada vez mais em termos de mobilidade e circulação. O crescimento da população urbana e da criminalidade, a globalização das práticas de mercado, a redução do papel do Estado e a aquisição de novas liberdades por parte dos indivíduos parecem ter contribuído para o aperfeiçoamento das formas disciplinares de confinamento, e o seu englobamento em novas relações de poder e formas de controle.

Temos assim, o estabelecimento dos dispositivos de segurança, que, segundo Foucault (2008a), irão produzir uma determinada relação de poder pautada no controle a céu aberto, na produção de estatísticas, na disseminação das ideias de risco e perigo relacionadas à territorialidade, na individualização e privatização cada vez maior da segurança. Estes dispositivos integram a cada vez novos elementos em prol da manutenção de uma determinada relação de poder, lançando mão de uma série de tecnologias que, somadas às anteriores de disciplinarização, compõem o tecido social em que vivemos hoje.

Mas as mudanças nas práticas de vigilância e controle devem ser pensadas não como um abandono das antigas e uma completa reestruturação das práticas de governamentalidade. Elas devem ser compreendidas em meio a toda a sua complexidade, que envolve o abandono de algumas práticas e o englobamento de outras, a introdução de novos elementos e a mudança no modo de funcionamento de outros (Rose, 2000).

Isso se torna bastante claro quando tomamos a UPP como questão de pesquisa. Nela dispositivos disciplinares são a todo tempo sobrepostos àqueles de controle à distância, produzindo novas realidades nas favelas cariocas, na dinâmica urbana e na paisagem do Rio de Janeiro.

Nessa produção de realidades, agenciamentos, resistências, deslocamentos e controvérsias podem ser observados desde a gênese da política. Partindo de um histórico estabilizado, os gestores da política formulam diferentes argumentos técnicos / tecnológicos para o surgimento das UPP's, cada um atribuindo a uma instituição o crédito pela transformação do cenário do Rio de Janeiro. As diferentes tecnologias produzidas configuram uma UPP múltipla, sem autoria definida, mas ao mesmo tempo performada por muitos. Ora fruto de uma gestão econômica e politicamente estável, que busca articular esforços para a realização de megaeventos na cidade e a captação de recursos e investimentos; ora resultado de uma necessidade de adequação da polícia Estadual em relação à política federal para garantir os repasses dessa instância de governo; ou ainda a extensão de uma ocupação

realizada pelas tropas do BOPE. Não há um passado definido para as UPP's. Ele é construído por cada um dos atores que apresentam diferentes versões para o que veio antes desta política.

Também o presente não é único e estável. A entrada de serviços sociais, etapa mais louvada e esperada pelos moradores das favelas, mostra-se cada vez mais estar a serviço das práticas de comércio e turismo, bem como daquelas de vigilância e controle, de modo que a atenção aos moradores da comunidade parece ser uma consequência, e não a causa dessas práticas. Além disso, o estabelecimento da paz é questionado em vários aspectos, evidenciando-se a incompatibilidade da equação que une armamento e paz, seja qual for a mão que carregue a arma. A questão “paz para quem?” ressoa na favela como resultado de um viés econômico e eleitoral dado à política e percebido por aqueles que são afetados por ela.

E, completando o nosso desenho cartográfico, observamos perspectivas também controversas em relação ao futuro dessa rede que se expande cada vez mais. Estas se manifestam entre esperanças e desejos de estabilização e permanência das UPP's nas favelas, de um lado; e de construção de realidades que possibilitem prescindir desse aparato policial, e igualar favela ao asfalto, de outro.

Partindo desses três decalques que compõem a cartografia deste ator rede, é que buscamos responder à questão “o que, afinal, estamos produzindo com as UPP's?”, sem contudo encerrar as controvérsias que tornam vivos a política e os atores afetados direta ou indiretamente por ela.

1. METODOLOGIA DA PESQUISA

Estudar as UPP's e sua atuação na produção de subjetividades e sociabilidades nos coloca diante de uma realidade em percurso, que se constitui em meio a continuidades e descontinuidades. O caráter de instabilidade que se apresenta nos empurra para fora do paradigma Moderno de compreensão do mundo e nos incita a pensar em uma proposta teórico-metodológica condizente com o acompanhamento dos processos engendrados pelas ocupações das comunidades, e que nos permita seguir os embates e controvérsias aí encetadas.

Ao criarem separações entre sujeito e objeto, humanos e não-humanos, ciência e política, os Modernos configuraram um corpo teórico-científico de entendimento do mundo e da realidade que Law (2004) denomina metafísica Euro-Americana: produzem um real que é anterior a nós, e, portanto, transcendente; independente de nossas ações, o que nos torna passivos diante dele; que é definido, e, assim, imutável; além de ser único, ou seja, é o mesmo em qualquer lugar.

Entretanto, com as fronteiras que separam ciência e sociedade, natureza e cultura, cada vez mais dissolvidas, o paradigma moderno parece perder sua força na mesma medida em que perde de vista a prática das relações, em que novas realidades são produzidas a todo instante e onde humanos e não-humanos estão bem mais misturados. Isso porque os modernos se descuidam do meio, onde as conexões entre natureza e cultura se fazem para produzir o tecido sócio-técnico onde tudo acontece (LATOUR, 2005).

Sendo assim, essa concepção não parece ser muito frutífera para o estudo que pretendemos realizar sobre as UPP's, uma vez que estas nos colocam diante de realidades que estão sendo construídas pelos muitos atores que nela se envolvem, e, justamente por isso, não podem ser consideradas como transcendência, anterioridade ou exterioridade.

Mas deixar o paradigma moderno implica em repensar um conceito sem o qual não podemos passar: aquele que define o que vem a ser o social. As teorias sociológicas tradicionais definiram, com base na metafísica Euro-Americana, a palavra social como um adjetivo, capaz de designar um estado de coisas estabilizado ou um determinado fenômeno. Dizem que a pobreza é um fenômeno social, bem como o são a violência e a adolescência, por exemplo. O social é tido como algo que explica um determinado estado de coisas, e, sendo explicativo, pensa-se prescindível a descrição das entidades que compõem este domínio

(LATOUR, 2005). Algumas questões, então, acabam sendo deixadas de lado quando nos agarramos a uma dessas correntes sociológicas tradicionais: Que conexões estão implicadas no social? Quem participa dessas conexões? Que efeitos elas têm sobre nossas vidas? O que elas nos fazem fazer?

Buscando refletir sobre essas questões, nos encontramos com a Teoria Ator-Rede (TAR), que se presta a refletir sobre uma nova compreensão do que vem a ser o social, sugerindo que as naturezas-culturas sejam encaradas como um tecido inteiriço. Trata-se “de uma nova forma que se conecta ao mesmo tempo à natureza das coisas e ao contexto social, sem contudo reduzir-se nem a uma coisa nem a outra” (LATOUR, 2001, pág. 11).

Com natureza e cultura conectados, o social se transforma, então, em algo fluído, efeito de movimentos, deslocamentos e traduções que produzem novas associações a partir da reconfiguração de outras já existentes, e que só podem ser reconhecidas como sociais no breve momento em que uma nova associação se estabiliza. E é mesmo breve esse momento, já que, uma vez que uma conexão se estabiliza, outros agenciamentos se fazem a partir desta, transformando não apenas as entidades envolvidas na mesma, mas a própria conexão. É por isso que Latour vai dizer que o social “é visível apenas pelos vestígios que deixa (através de tentativas) sempre que uma nova associação entre elementos, que não em si de forma alguma sociais, está a ser gerada” (LATOUR, 2006, Pág. 19).

A ideia de associação dá um novo significado à palavra social e também um novo lugar aos chamados “objetos naturais”. Ambos devem ser tratados simultaneamente considerando-se as conexões e agenciamentos que estabelecem entre si, e sem o estabelecimento de hierarquias que definem a priori o papel de cada um destes no processo de produção de realidades. Fazendo isso, estaremos seguindo o **princípio de simetria**, que preza pela consideração de humanos e não humanos como atores de uma rede, de modo a apreciar, em cada um destes, a capacidade de transformar o outro e se transformar, produzindo algo novo da relação que estabelecem (LATOUR, 2001).

Adotando uma atitude simétrica podemos deixar de pensar o social como um adjetivo que caracteriza um certo rol de coisas, para compreendê-lo como um constante traçar de associações que circulam por diferentes veículos. Segundo Latour:

Ele é apenas um movimento que pode ser apreendido indiretamente quando existe uma leve mudança em uma associação mais antiga que se transforma em uma outra levemente mais atual ou diferente. Longe de uma coisa estável e segura, ele é nada mais do que uma faísca ocasional gerada pela mudança,

o choque, o deslocamento leve de um outro fenômeno não-social (LATOUR, 2005, pág. 36, tradução minha)².

O trecho de Latour nos aponta para uma questão extremamente importante: se são as associações entre elementos que definem o social, então ele é produzido e moldado pelos agentes dessas associações. Mol (2008) também chama atenção para esse aspecto ao dizer que o social é sempre resultado de uma “performance”, ou seja, de uma atuação que produz efeitos de realidade, modulações.

Ora, mas se a realidade é produzida, ela é também múltipla, já que pode ser performada por diferentes atores, de diferentes formas, para diferentes fins. O importante aqui é levar a cabo essa multiplicidade, atentando ao fato de que, como aponta Mol “o que a “multiplicidade” implica é que embora as realidades possam ocasionalmente colidir umas com as outras, noutras alturas as várias performances de um objeto podem colaborar e mesmo depender umas das outras” (MOL, 2008, p. 72).

É tendo isso em vista que a ideia de **rede** aparece como uma ferramenta importante para seguir os agenciamentos, as multiplicidades que compõem o social. A rede pode ser entendida mais como um traço deixado por uma conexão ou uma série de conexões do que como algo de forma, tamanho e conteúdo definido. Similar ao conceito de rizoma formulado por Deleuze e Guattari (1997)³, ela é definida por Latour (2005) como uma linha de ações onde cada participante é um mediador, ou seja, produz e transforma a rede ao mesmo tempo em que é produzido e transformado por ela.

É importante ressaltar, ainda, que as conexões que formam uma rede nunca são puras – apenas estabelecidas entre humanos ou entre objetos. Ao contrário, essas conexões são sempre heterogêneas, povoadas de humanos e não-humanos. Os não-humanos, assim como os humanos, são considerados atores pela TAR, já que assim como os últimos, se associam e fazem outros atores fazerem coisas. Nesse sentido, considera-se como ator tudo o que produz um desvio no curso de alguma coisa ou pessoa, tudo aquilo que faz fazer (LATOUR, 2005).

Em relação a isto, Moraes (2004) aponta para o fato de que

² Escrita do autor: “It is only a movement that can be seized indirectly when there is a slight change in one older association mutating into a slightly newer or different one. Far from a stable and sure thing, it is no more than an occasional spark generated by the shift, the shock, the slight displacement of other non-social phenomena” (LATOUR, 2005, pág. 36)

³ De acordo com Deleuze e Guattari (1997), um sistema rizoma pode ser definido por suas múltiplas ramificações, de modo que qualquer ponto pode ser conectado a outro. Diferente dos sistemas centralizados, nele se conectam diferentes cadeias de semióticas, relações de poder e ocorrências por modos de codificações também diversos.

Não há nenhum princípio essencialista capaz de estabelecer, de antemão, que atores serão mobilizados para a construção de uma rede; ao contrário, uma rede de atores se define por engendrar conexões performativas que, uma vez estabelecidas, dotam de propriedades novas os atores nela implicados (MORAES, 2004, p. 326).

Com isso, o que temos é uma noção de rede que é sempre fluida e que está sempre apta a se reconfigurar, bem como aos que a ela se agenciam. Isso é um ponto importante, pois diz da capacidade da rede de produzir interferências e novos agenciamentos, ou seja, de fazer atores fazerem coisas. Segundo Mol,

É este então o fenômeno da interferência. Mal olhamos com atenção para a variedade dos objetos performados numa prática, deparamos com interferências complexas entre eles (...) Se reconhecermos e analisarmos essas interferências, a questão da avaliação das performances torna-se cada vez mais complexa (MOL, 2008, p. 71).

Mas não podemos cair na armadilha de pensar a rede como antes foi pensado o social, ou seja, como uma entidade ou como algo capaz de explicar ou justificar a atuação dos híbridos no mundo. Antes, a rede é uma ferramenta de pesquisa, que nos permite traçar os agenciamentos, conexões e desvios que participam de uma determinada realidade.

Para seguir os traços de uma rede, propomos como metodologia a **Cartografia de Controvérsias**, que se mostrou especialmente interessante para esse estudo, uma vez que nos permitiu o delineamento de associações que se produziam em relação às UPP's, tendo em vista que esta realidade ainda não estava – e ainda não está – totalmente estabilizada.

Para Latour (2005), o pesquisador deve seguir, no campo, um caminho que pode ser comparado ao dos cartógrafos quando tentam desenhar uma costa estrangeira. Ele não pode tomar todas as montanhas por uma só forma e nem todos os vales por um só desenho. Deve, ao contrário, seguir devagar e cuidadosamente as paisagens, atentando às suas curvas, desvios e tortuosidades para então retratar aquela determinada formação geográfica. Este retrato será, porém, algo provisório, uma vez que as paisagens nunca cessam de serem modificadas e reformuladas por novos eventos.

Trazida para o campo das ciências sociais, a cartografia deve ser pensada também como uma espécie de mapeamento que vai para além de um desenho estático, englobando os movimentos, agenciamentos e deslocamentos produzidos em uma determinada rede pelos atores nela inseridas.

A conexão entre os atores é realizada através das **traduções** que, segundo Law (1992), são estratégias que informam como um ator se torna parte de uma rede, arregimenta novos

aliados, e como se agencia aos demais elementos de modo a transformar essa rede e a se transformar.

O processo de tradução pode ser entendido como o próprio movimento da rede, pois é aí que se produzem os desvios, deslocamentos e novos sentidos que modificam tanto a rede como os atores. Ao mesmo tempo, é por tradução que a rede pode se ordenar e se estabilizar (LAW, 1992; MORAES, 2004; CASTRO E PEDRO, 2010). “Tradução, assim, refere-se à hibridação, mestiçagem, multiplicidade de conexões mais do que à repetição de elementos chaves” (MORAES, 2004, p. 326).

Em meio a estes deslocamentos e significações que são essenciais à estabilização da rede, é comum que surjam **controvérsias** técnicas ou científicas. De acordo com Castro e Pedro (2010) as controvérsias são uma espécie de embate ou conflito que se estabelece em torno de algo ainda em processo de constituição. Tais embates produzem desvios, problematizações, novas significações e novos efeitos de realidade. Em torno deles, os atores se agenciam uns aos outros, arrematam aliados e se mobilizam em movimentos de negociação até que a questão venha a se estabilizar, que a rede seja reformulada ou mesmo substituída por outra, mais atual.

Assim, enquanto as controvérsias surgem em um movimento que irá trazer para o coletivo uma instabilidade que precisa ser resolvida para que aquela rede seja estabelecida, o processo de tradução irá trabalhar no sentido de estabilizar e expandir a rede. É por isso que as controvérsias são mais numerosas quando uma rede ainda está em processo de estabelecimento, quando muitas coisas ainda precisam ser negociadas, como é o caso das UPP's. Isso porque, quando já existe um certo ordenamento e estabilidade da rede, as regras e modelos já estão tão situados que chegam a se tornar invisíveis.

Nesse sentido, o que as controvérsias colocam em cena é o próprio processo de produção de realidades – o que não ocorre sem embates, silenciamentos, explicitações, agenciamentos, jogos de poder. Por isso devem ser alimentadas na medida em que são ressaltadas pelos atores. Nas palavras de Latour, elas “não são uma simples nuance a ser mantida à distância, mas o que permite que o social seja estabilizado e que as várias ciências sociais contribuam nesta construção” (LATOURE, 2005, pág. 25 – tradução minha)⁴.

Desse modo, são justamente as controvérsias que a pesquisa com referencial da TAR busca perseguir. Seguindo os atores, a tarefa do pesquisador na TAR será, então, a de traçar as conexões existentes entre as controvérsias e o processo de tradução das mesmas, ao invés de

⁴ Escritos do autor: “...controversies are not simply a nuisance to be kept at bay, but what allows the social to be established and the various social sciences to contribute in its building.” (LATOURE, 2005, pág. 25)

decidir como resolvê-las. Com isso, a pesquisa deixa de seguir um modelo dado e pré-definido, onde a dinâmica do campo deve ser encaixada, mas se delinea em um processo que é mais fluido e instável, onde o próprio movimento de produção de redes e modelos que mais tarde podem ou não se estabilizar é seguido, observando-se o princípio de simetria.

1.1 Cartografando as UPP's

Nesta pesquisa, buscamos cartografar as controvérsias relacionadas à implantação das UPP's na comunidade Santa Marta, situada no bairro Botafogo, na zona sul do Rio de Janeiro. Para a escolha desta comunidade, contou o fato de o Santa Marta ter sido a primeira comunidade a ser contemplada pelo projeto, ocorrência que nos coloca diante de algumas peculiaridades que poderiam nos dar acesso a controvérsias que não estariam colocadas em outras comunidades, como a entrada das UPP's sem aviso prévio à comunidade e sem planejamento das instâncias públicas; instalação de câmeras de vigilância; dentre outras. Outro aspecto que também participou desta decisão foi o fato de já haver um contato com um fundador de um projeto social atuante na mesma, o que facilitou a entrada na rede⁵.

Para a realização da cartografia, foram realizadas entrevistas com as instâncias gestoras da política (Secretaria de Segurança Pública, Comando de Polícia Pacificadora e Batalhão de Operações Policiais Especiais – o BOPE), 6 incursões a campo para observações participantes e aproximação da comunidade, e entrevistas com 4 moradores do local⁶. Também foram entrevistados o Comandante da UPP Santa Marta e um soldado que atua diretamente com a população do morro.

Para preservar a identidade dos entrevistados, cada um deles recebeu uma numeração e uma caracterização que visa explicitar o lugar de onde falam e a participação que cada um oferece ao processo de pacificação. Assim, ao longo do texto, eles são nomeados 'Entrevistado 1, gestor'; 'Entrevistado 5, morador'; 'Entrevistado 8, policial'. As numerações foram estabelecidas de acordo com a ordem em que as entrevistas foram realizadas. As caracterizações *gestor*, *policial* e *morador* são propositadamente genéricas, ou seja, não fazem distinção entre instituições ou cargos, por acreditarmos que esse tipo de referência poderia comprometer o anonimato dos entrevistados.

⁵ Os percalços desta escolha, bem como a trajetória realizada na pesquisa de campo estão mais detalhadamente descritos no próximo capítulo.

⁶ Alguns moradores não quiseram nos dar entrevista, mas se disponibilizaram a conversas informais. Estas ajudam a compor uma melhor visão do campo de pesquisa, mas não aparecem neste trabalho por razões éticas.

Nas entrevistas, buscamos seguir as traduções dos atores e desdobrar as controvérsias relacionadas à política de ocupação das UPP's, cuidando para não definir um contexto de antemão, de modo que eles pudessem explicitar suas próprias produções do real. Este cuidado é importante nas pesquisas com a TAR, porque, de acordo com Pedro (2010), a partir do momento em que deixamos a cargo dos actantes a definição da rede, temporalidades diferentes podem emergir, aproximando coisas que estariam distantes em uma concepção temporal linear, ou mesmo distanciando elementos que poderiam ser percebidos como próximos.

Os dados, relatos e impressões obtidos na pesquisa de campo foram, então, descritos observando-se o apontamento de Ferreira (2008) que, ao relacionar os processos de decalconomia à cartografia, nos oferece uma pista importante para a operacionalização da última. Segundo esta autora, o decalque diz respeito à tradução do mapa em imagens, ou seja, ao processo de hierarquização e cristalização de categorias que se produzem a partir de um determinado acontecimento. Por outro lado, a cartografia é definida pelo abandono da imobilidade e o acompanhamento de agenciamentos enquanto se fazem como rizomas.

No entanto, ao mesmo tempo em que decalconomia e cartografia se diferem, estes dois processos também se relacionam. Isso porque novos processos podem surgir do decalque, assim como hierarquizações podem surgir do rizoma. Sendo assim, Ferreira (2008), bem como Pedro (2010), apontam para o fato de que o mapeamento de redes se efetiva na realização de uma sucessão de decalques provisórios, de modo que estes se configurem como pontos de referência a partir dos quais podemos distinguir os agenciamentos que se produziram a partir de um determinado momento que, ao ser decalcado, tornou-se obsoleto.

Partindo desse apontamento prático, decalques foram desenhados segundo três eixos principais (que se desmembram em outros relacionados) que nos permitiram cartografar a rede das UPP's atentando às suas continuidades e descontinuidades, seus impasses e movimentos.

Considerando-se que toda rede é efeito de outras redes que se tornaram obsoletas, o primeiro decalque dessa pesquisa foi, então, aquele que diz respeito à **gênese** das UPP's. Nesse, buscamos entender que redes deram espaço para o surgimento da política, os contextos e práticas que a antecederam e as negociações estabelecidas para configurar o que hoje compreendemos como pacificação. Também neste decalque, é descrito o processo de implantação das UPP's: os novos agenciamentos e conexões, os desvios e deslocamentos, bem como as resistências que se apresentaram nesse processo.

Em um terceiro momento, consideramos alguns processos relativos ao **momento atual da rede**, que agora já começa a se estabilizar: os novos arranjos produzidos para a lida com o policiamento comunitário, a legalização dos serviços de água, luz e gás, etc.; as implicações para o comércio local e a rotina da comunidade; o questionamento do conceito de paz; enfim, as transformações ocorridas no âmbito da própria UPP e da comunidade que acabam por gerar novos modos de vida no Santa Marta, bem como nos bairros do entorno.

Por fim, um último decalque foi realizado tendo em vista as perspectivas e receios dos entrevistados em relação ao **futuro da rede**. Aqui buscamos presentificar as dúvidas, incertezas, anseios e medos relacionados ao que se deseja e ao que se acredita que será o futuro da política e dos que por ela são afetados, tendo sempre em vista que estas expectativas são também performáticas, ou seja, participam da produção do futuro da rede.

Por fim, procuramos atentar aos efeitos produzidos por estas tecnologias de segurança contemporâneas que são as UPP's, sem, contudo, propor uma conclusão que encerre o assunto.

2. TECENDO A REDE. A TRAJETÓRIA DA PESQUISA DE CAMPO

Pode-se dizer que esta pesquisa tem como antecedente o meu percurso em Belo Horizonte, cidade onde nasci e me formei em psicologia. Sempre engajada com a psicologia social, atuei nas principais favelas desta cidade, o que me levou a desenvolver minha monografia no Aglomerado da Serra – um aglomerado de vilas e favelas situado na zona sul da cidade, próximo aos bairros onde se situam os metros quadrados mais caros da cidade. Naquele trabalho, busquei refletir sobre os efeitos da produção cinematográfica nacional que aborda a favela na subjetividade dos moradores daquele local. Ao longo da pesquisa, fui levada a estudar a relação de alteridade que se produz entre morro e asfalto, uma vez que essa questão foi ganhando especial relevância no discurso dos moradores, especialmente a partir do estabelecimento de políticas nacionais como o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) ou estaduais, como o programa Vila Viva⁷.

Foi buscando aprofundar na questão que empreendi meu projeto de mestrado, no princípio com o objetivo de compreender a dinâmica urbana como produtora de processos de subjetivação, a partir da história de vida de moradores de favelas. Vir para o Rio de Janeiro foi uma tentativa de me aproximar das discussões sobre favela realizadas aqui, onde esta realidade já era visível ao ponto de haver muros que separavam favela e cidade. O programa EICOS também apareceu como uma boa opção para isso, já que além de oferecer espaço para este tipo de estudo, tem uma orientação teórica de base psicossociológica.

Mas ao chegar ao Rio, me deparei com um cenário bastante diferente do que se observa em Belo Horizonte, onde o tráfico de drogas não é tão organizado e ostensivamente armado. Levando isso em conta, passei a considerar a realização da pesquisa em uma favela que já teria recebido uma Unidade de Polícia Pacificadora (UPP), por considerar o acesso a estas menos complicado do que seria com as demais. Mas como entrar em uma comunidade dita “pacificada” sem tratar do próprio processo de pacificação? Como não considerar todas as modificações trazidas por esta política na vida dos moradores de uma favela pacificada, na relação destes com a cidade e na relação da cidade com estes? Desconsiderar as UPP’s seria

⁷O Programa Vila Viva foi implantado pelo Governo do Estado de Minas Gerais visando a regularização de Vilas e Favelas a partir de três eixos básicos: a legalização fundiária, urbanização com provimento de infraestrutura e o desenvolvimento sócio-econômico. Em sua implantação, o Programa implica na desapropriação e indenização de grande número de famílias para a urbanização da favela.

desconsiderar o próprio movimento que vinha se articulando na cidade para produzir uma nova dinâmica urbana. Então, porque não estudar esse movimento?

Foi pensando assim que o objetivo de minha dissertação foi sendo reconfigurado para que as UPP's e principalmente os efeitos que elas produzem fossem incorporados a este estudo.

Tendo isso feito, o desafio foi então a escolha de um local para o desenvolvimento da pesquisa. Era preciso que esta opção fosse justificável, ou seja, que a favela selecionada fosse representativa de alguma forma, e que houvesse uma porta de entrada para a realização da pesquisa de campo. Inicialmente, as favelas do Cantagalo e Pavão-Pavãozinho pareceram uma alternativa interessante, já que apresentaram uma resistência à instalação das UPP's que ganhou grande repercussão na mídia local e nacional. Além disso, o grupo de pesquisa⁸ do qual eu vinha participando desde o início do mestrado tinha neste local um contato que facilitaria a minha entrada em campo. Entretanto, este contato acabou se mostrando indisponível, o que dificultava a realização da pesquisa.

Sendo assim, outras alternativas foram cogitadas: a favela da Rocinha, que ainda não tinha recebido o projeto; e a Santa Marta, primeira comunidade pacificada, e onde um dos integrantes do grupo de pesquisa conseguiria um cicerone.

A escolha foi feita. O morro Dona Marta seria o local de realização da pesquisa. Estudá-la tinha diversas vantagens: primeira pacificada, única até o momento a receber uma rede de videomonitoramento, a incerteza da permanência da ocupação no início do processo, e o fato de ser uma comunidade pequena contavam a favor. No entanto, pode-se listar também em algumas desvantagens. Por ter sido a primeira comunidade pacificada, poder-se-ia dizer que a Santa Marta não é representativa da política, que mudou muito desde a primeira ocupação e, segundo alguns de nossos entrevistados, só começou a ser planejada a partir da terceira UPP. Mas por outro lado, estudar este local abria um ponto de vista privilegiado para pensar o surgimento do projeto e o próprio movimento de produção e mudança de uma política. Seguimos, eu e o grupo de pesquisa, com esta opção.

Um outro desafio que se travou logo no início desta pesquisa foi com relação ao próprio estudo das UPP's. A política, apesar de grande repercussão, não tinha um projeto, um

⁸ Grande parte das etapas deste trabalho foram realizadas no âmbito do projeto “*Cartografando redes de vigilância e segurança na cidade do Rio de Janeiro: nova configuração dos espaços urbanos, novas sociabilidades, novas formas de subjetivação*”⁸, que é fruto de uma parceria entre o programa EICOS e o Proarq, e recebe fomento do CNPq através do Edital Universal. Este trabalho contou com o apoio de integrantes desse grupo tanto para a realização das entrevistas e transcrição das mesmas, quanto nas discussões realizadas nas reuniões de pesquisa. Por isso, muitas vezes me refiro a ações realizadas no campo na terceira pessoa, na tentativa de evidenciar a coletividade desta produção.

documento ao qual pudéssemos recorrer ou mesmo um decreto de lei que a regulamentasse. Disponível para o acesso às informações sobre a mesma havia apenas o site UPP Repórter⁹, disponibilizado pela própria Secretaria de Segurança Pública, e a mídia de massa, que correntemente chamava gestores do Estado e cientistas a se pronunciarem sobre a política.

Se antes minha ideia era me basear no projeto das UPP's como um ponto de partida, com esta limitação ele passou a ser mais um ponto ao qual eu teria que chegar, no que a Teoria Ator-Rede se mostrou extremamente útil com sua proposta de seguir os atores de uma rede.

Comecei seguindo o site que disponibilizava um telefone para contato, através do qual pude me cientificar sobre a possibilidade de acesso ao projeto das UPPs. A atendente me informou que para isso eu deveria enviar um e-mail no qual eu explicasse o que eu pretendia abordar na minha pesquisa de mestrado. Esse e-mail seria encaminhado para o Secretário de Segurança ou algum subsecretário que respondesse sobre o assunto. Feito isso, eu deveria marcar uma entrevista com a pessoa responsável, que, após avaliar minha proposta de trabalho, decidiria a quais informações eu teria acesso, dependendo do que julgasse necessário para o meu trabalho.

Com esse primeiro contato, o acesso ao projeto das UPPs me pareceu não só burocrático demais como também censurado, de certo modo. E acabei decidindo, junto com minha orientadora, que seria melhor ter antes um projeto mais elaborado antes de seguir em frente.

No segundo semestre de 2010, com a retomada das reuniões do projeto Redes de Vigilância, a questão do projeto das UPPs foi reconsiderada, e tentei novamente um contato, ainda que não estivesse com meu projeto de dissertação qualificado. No segundo contato, mais solícito, segui o caminho indicado pelo setor de comunicação: enviei um e-mail com um resumo da proposta de pesquisa (dessa vez a pesquisa sobre Redes de Vigilância e Segurança à qual a minha dissertação passou a estar vinculada) e também com indicação de data e horário de disponibilidade para a entrevista. Menos de uma semana depois realizamos¹⁰ a primeira entrevista na Secretaria de Segurança Pública. O próprio entrevistado nesta instituição foi quem nos sugeriu as duas próximas conversas: no Comando de Polícia Pacificadora (CPP) e no Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE).

⁹ Ver nota 1.

¹⁰ Utilizo a primeira pessoa do plural para indicar com mais clareza o caráter conjunto das etapas da pesquisa, que foram todas realizadas conjuntamente com o grupo de pesquisa sobre Redes de Vigilância e Segurança na cidade do Rio de Janeiro.

Não houve muitas complicações para agendamento de entrevistas nestes dois locais, uma vez que já tínhamos a indicação da Secretaria de Segurança Pública. Além dessas duas entrevistas, também participamos de uma reunião no Morro dos Macacos que marcava o princípio da pacificação naquele local, para a qual fomos convidados pelo entrevistado no Comando de Polícia Pacificadora.

Feitas as entrevistas com os gestores e executores da política, nos restava saber da comunidade e dos policiais atuantes na mesma suas versões sobre as UPP's e seus efeitos. Optamos por entrevistar primeiro os moradores da comunidade, visto que o contato inicial com os policiais poderia nos fechar portas em relação aos primeiros.

Era hora de lançar mão de nosso contato na Santa Marta: um dos fundadores de um projeto atuante na mesma. A data da primeira visita foi estabelecida por ocasião da 1ª Feira Social da comunidade, que estava sendo realizada pela rede de assistência social composta por equipamentos públicos e projetos atuantes na comunidade, e onde nos encontraríamos com nosso cicerone. Este, juntamente com uma parceira, nos levou – eu e mais uma integrante do grupo de pesquisa – a alguns locais do morro Dona Marta¹¹ de maior movimentação, e nos apresentaram a alguns moradores.

Subindo o morro, fizemos contato com alguns moradores e crianças, que nos contaram alguns problemas relacionados à entrada das UPP's. Como foram conversas informais, o conteúdo das mesmas não será abordado diretamente neste trabalho, como já ressaltamos no capítulo anterior.

Ainda nesta primeira visita, chamou atenção a circulação de policiais nas principais vias da favela, o que claramente é devido à pacificação. Por outro lado, um vazamento de esgoto na principal via da comunidade (que inclusive seria observado em outras idas ao local), mostra que a entrada de serviços básicos ou não é um problema de simples solução ou não é algo que se busca com tanta prioridade nas comunidades pacificadas.

Após essa visita, não conseguimos mais entrar em contato com as pessoas que tinham se disponibilizado a nos auxiliar com a pesquisa no Dona Marta. Decidimos então pela realização de algumas incursões a campo e conversas informais com alguns moradores, ainda que sem alguém para nos guiar. Foram realizadas, então, mais seis idas à comunidade, nas quais buscávamos uma deriva que nos levasse a conhecer a comunidade e alguns de seus moradores, observar os pontos de maior movimento, e relacionar possíveis contatos para nossas entrevistas.

¹¹ Existe uma distinção que é geralmente realizada pelos moradores entre as nomenclaturas Dona Marta e Santa Marta. Dona Marta, segundo eles, se refere ao nome do morro onde a favela – Santa Marta – está localizada.

Começamos nossas conversas pelo Entrevistado 4, morador, que nos indicou mais duas entrevistas. Seguindo suas indicações, conversamos com o Entrevistado 5. O outro indicado não quis ser entrevistado e justificou dizendo que por ter vivido todo o tempo ao lado dos traficantes e conhecer a maioria deles, se recusava a falar sobre as UPP's – “nem bem e nem mal”.

Tendo isso em vista, o próximo passo foi procurar o Entrevistado 6, a quem já havíamos conhecido em nossas primeiras incursões. Após entrevistá-lo, tentamos ainda entrar em contato com um comerciante que havíamos mapeado para uma possível entrevista. Ao procurá-lo, conhecemos um sujeito que perguntou o que fazíamos na comunidade. Dizemos que fazíamos uma pesquisa e que havíamos acabado de realizar uma entrevista. Sabendo disso, ele começou a nos contar algumas histórias da Santa Marta, especialmente aquelas relacionadas ao tráfico, bem como algumas que tinham como tema a sua vida naquele local. Após cerca de trinta minutos de conversa, perguntamos se ele gostaria de dar uma entrevista para a pesquisa que estávamos realizando. Prontamente ele ficou nervoso, perguntou se éramos jornalistas, se despediu e saiu apressado, chegando a esquecer a sacola de compras que carregava.

A atitude que este sujeito apresentou foi totalmente inesperada. Sem entender sua reação, conversamos com o comerciante, a quem procurávamos inicialmente e que presenciou boa parte da conversa. Este contou alguns casos de abusos cometidos por jornalistas em relação aos moradores da comunidade. Os primeiros não costumavam se identificar e publicavam as histórias, nomes e até fotografias dos moradores. O próprio comerciante disse estar com processo na justiça contra um veículo de mídia, e diz ser esse o motivo para também recusar-se a dar entrevista.

Dados os últimos acontecimentos, percebemos que era necessário conversarmos com o Entrevistado 7, que tem grande influência sobre a comunidade. Este foi o último entrevistado na comunidade, dado o prazo da pesquisa.

Feitas as entrevistas com moradores da comunidade, o próximo passo foi, então, a conversa com os policiais das UPP's, que atuam diretamente com a comunidade.

Este foi o percurso trilhado durante a pesquisa. Sua exposição busca evidenciar os caminhos seguidos, algumas vezes frutos de escolhas minha e do grupo de pesquisa que participo, outras em que fomos levados pelos próprios atores que participam desta rede.

É evidente que muitos outros coletivos estão envolvidos das UPP's ou são afetados por ela. No entanto, algumas limitações, em especial aquela relacionada ao tempo que se tem para a realização de uma dissertação de mestrado, contribuíram para o recorte que

apresentamos aqui - resultado de agenciamentos que foram se produzindo ao longo do processo de pesquisa e partir do próprio campo, dos apontamentos ou silenciamentos dos atores que participam desta rede.

PRIMEIRO DECALQUE:

A GÊNESE DAS UPP'S

3. DIFERENTES VERSÕES SOBRE O SURGIMENTO DA UPP

“**Dona Marta livre dos bandidos**”, anuncia o jornal *O Globo* no dia três de dezembro de 2008 (Anexo I). A reportagem relata a operação da Polícia Militar e do Batalhão de Choque nesta favela, iniciada no dia 19 de novembro do mesmo ano. A novidade ressaltada era a ocupação permanente do local, que prometia garantir, segundo depoimento do Governador do Estado aos jornalistas, uma ordem semelhante à que se tem no asfalto.

Na primeira capa do jornal, a matéria anuncia o nascimento de uma nova política de Segurança Pública do Rio de Janeiro, que tinha a pretensão de se espalhar por toda a cidade. É o próprio Secretário de Segurança pública que, buscando descrever a iniciativa e sublinhar a ruptura desta em relação às tentativas anteriores de se dar uma solução à questão da violência do Rio de Janeiro, afirma que “A ocupação será permanente, para sempre. Nosso projeto é esse: pôr a polícia junto com a comunidade, seja em área dominada pelo tráfico, seja em favela dominada por milícia” (Jornal *O GLOBO*, 03/12/2008).

Os próximos passos também são apontados na matéria: para o dia 15 do mesmo mês estava prevista a inauguração de um “superposto policial” no local onde funcionava a creche da comunidade, no qual seriam alocados 120 policiais que já estavam sendo treinados para atuarem segundo um “novo modelo de policiamento”. O morro do Chapéu Mangueira, no bairro do Leme, seria o próximo a receber o projeto.

Este é um dos relatos que marcam o início da política de Segurança Pública que mereceria, mais tarde, espaço na mídia e nos discursos eleitorais – **as Unidades de Polícia Pacificadora (UPP’s)**.

Mas ao contrário do que se pensa a partir da ideia de ruptura, em nossa pesquisa de campo pudemos ver as UPP’s como uma rede que se constituiu como efeito de novos agenciamentos, constrangimentos e obsolescências de outras redes (LATOUR, 2005). Mas que redes são essas que possibilitam o surgimento das UPP’s?

Buscando responder a esta questão é que pudemos realizar um primeiro decalque de nossa cartografia, que visa mapear a gênese das Unidades de Polícia Pacificadora, o seu surgimento e primeiros passos para a estabilização. Para tanto, os relatos dos entrevistados nas instâncias formuladoras e executoras da política¹² foram de suma importância, pois nos

¹² Os relatos dos moradores da comunidade não estão incluídos aqui, já que estes não participaram na formulação da política. Estes só tomaram conhecimento de que a ocupação era permanente duas semanas após o

permitiram acessar algumas controvérsias que já se colocam na fase de elaboração da política e que merecem ser explicitadas aqui. A partir desses relatos, vimos a nova política ser performada segundo dois argumentos.

O primeiro desses argumentos é construído historicamente e parece ser um ponto de partida comum para os nossos três entrevistados, apesar de ser o Entrevistado 1 (gestor) quem mais se detém na retomada desses fatos. O consenso em relação a esta versão histórica sugere que ela já está estabilizada e passa a servir como ponto de partida para a produção dos novos agenciamentos que irão produzir as UPP's.

O segundo argumento é efeito do primeiro e remete a uma ordem prática, ou seja, à atuação de cada uma dessas instâncias públicas no sentido da produção da nova política, a um saber-fazer e, portanto, a uma tecnologia. Aqui os consensos se desfazem e vemos três diferentes contextos serem construídos. São diferentes versões produzidas por cada um dos entrevistados para o surgimento das UPP's, que deslocam as decisões que foram tomadas desde as primeiras ocupações de modo a configurar cada uma dessas versões como fato (MOL, 2008).

Partindo desses dois argumentos, veremos como aconteceu a primeira ocupação, no morro Dona Marta, e como, a partir desta, alguns passos são trilhados na tentativa de uma padronização e expansão da rede.

3.1. Argumento Histórico

Antes de expormos o argumento histórico ressaltado por nossos entrevistados, torna-se imprescindível apontar para o fato de que este não pretende apontar para uma verdade única e absoluta acerca dos fatos aqui elencados. Esta é uma pista que Cukierman (2000) e outros teóricos da Teoria Ator-Rede nos oferecem ao apontarem para o fato de que as estabilizações que formam o social são sempre efêmeras, e, portanto, passíveis de serem transformadas de acordo com os atores que a contam e segundo os agenciamentos que estabelecem com aquilo que contam.

Sendo também um efeito de agenciamentos, podemos dizer que a história é múltipla e que, neste domínio, uma versão que busque apreender o real em sua totalidade e dar-lhe coerência pode ser sempre posta em cheque. O que há são histórias contadas segundo atores,

início da ocupação, na mesma época em que os jornais anunciaram o surgimento de uma nova política de segurança. Essa questão é melhor abordada no item 4.1 deste trabalho.

que, ao contá-las, produzem o mundo a seu modo, a partir de suas seleções (CUKIERMAN, 2000).

Mas como não é nosso objetivo traçar as controvérsias envolvidas na história do país e do Rio de Janeiro, buscamos aqui apontar para a seleção que, entre nossos agentes e alguns teóricos, parece estabilizada e serve como ponto de partida para as UPP's. Isso não significa que não existam outras versões, seleções, histórias.

Assim sendo, o histórico retomado por nossos entrevistados remete à década de 1970, quando alguns acontecimentos contribuíram para o desenvolvimento de um quadro bastante complexo e peculiar de violência e criminalidade urbana no Rio de Janeiro. O Entrevistado 1¹³ aponta para alguns processos iniciados nesta época que, segundo ele, foram decisivos para a produção da realidade que vinha sendo experienciada na cidade antes do surgimento das UPP's.

Em primeiro lugar, é destacado o surgimento das facções criminosas no Rio de Janeiro, que remonta ao período da ditadura militar no país, mais especificamente os acontecimentos que se sucederam ao ano de 1969, quando foi decretada a Lei de Segurança Nacional. Esta última considerava prisioneiros políticos e assaltantes comuns como ameaças à Segurança do país, e determinava que estes deveriam ser detidos conjuntamente. A penitenciária Cândido Mendes, em Ilha Grande/ RJ, foi então o destino destes presos.

Na prisão conjunta, conforme conta Leeds (2006), a posição esquerdista, a ideologia do coletivo e o modelo de organização dos militantes que lutavam contra a ditadura foram compartilhados com os presos comuns, que passaram a se denominar “o coletivo”. No entanto, já na década de 70, os presos políticos foram transferidos para as prisões no continente, e “o coletivo” reintegrado ao restante da população carcerária, no que ganhou ainda mais adeptos.

Mais tarde conhecido como Falange Vermelha e depois como Comando Vermelho, “o coletivo” viria a mudar completamente com o desenvolvimento do comércio ilegal de cocaína no Brasil, que se mostrou uma atividade lucrativa o suficiente para o abandono dos assaltos a banco, que só podiam ocorrer mediante pagamento de propina para policiais corruptos (LEEDS, 2006).

¹³ Para não tornar o texto repetitivo, optei por expor as caracterizações dos entrevistados como *gestor*, *morador* ou *policia* apenas na primeira vez em que forem citados, nas citações literais de suas falas ou quando o espaço entre uma referência e outra tornar passível a dúvida sobre tal característica.

O crescimento da oferta e demanda de cocaína do final da década de 70 e início da de 80 é o segundo ponto ressaltado pelo Entrevistado 1, que também destaca a queda do preço da droga, que a tornou acessível às camadas mais baixas da população.

A partir do momento que a Colômbia passa a produzir de maneira sistemática a cocaína, isso baixa muito o preço e passa a chegar não só para as camadas superiores da população, mas à população de um poder aquisitivo mais baixo. Isso invade o Rio de Janeiro através das nossas bocas de fumo, que até então vendiam só maconha, que normalmente vem do nordeste, e representava um faturamento baixo para eles. Então a cocaína vem para revolucionar esse mercado, esse mercado de drogas e potencializar economicamente esse mercado. (Entrevistado 1, gestor)

O tráfico de cocaína se tornou, então, o principal negócio das facções criminosas¹⁴, que se expandiram para praticamente todas as favelas do Rio de Janeiro. Cada vez mais especializados no comércio ilegal de drogas, os traficantes formaram ainda redes de intermediários e se armaram pesadamente para garantir do domínio das favelas. Nestas redes do tráfico, fazia-se notável o envolvimento de policiais e outros agentes públicos e privados, que atuavam principalmente extorquindo os traficantes, segundo Zaluar (2006).

Neste cenário complexo, as tentativas de dar uma solução ao problema foram sempre equivocadas ou imediatistas, lenientes demais ou repressivas em excesso, o que contribuiu, junto com as práticas de corrupção, para a perda de legitimidade do poder público nas ações que visavam garantir a segurança da cidade. Segundo relato obtido na pesquisa, estas políticas

Normalmente buscavam um resultado imediato, como acabar com a criminalidade do Rio em quinhentos dias, né? Um monte de campanhas como a do Moreira Franco, por exemplo, ou não: 'se nós não resolvermos os problemas sociais nós não vamos fazer nada'. Ora só uma coisa, ora só outra, sem uma articulação adequada de políticas preventivas e repressivas. (Entrevistado 1, gestor)

De fato, as políticas públicas de segurança voltadas para as favelas tiveram, na maioria das vezes, um enfoque repressivo. Segundo Burgos (2006), desde o seu surgimento as favelas foram vistas como “aberrações”, e como tais deveriam ser removidas. As experiências neste sentido deram origem aos parques proletários em 1940, e, com eles, às associações de moradores. Estas últimas buscavam oferecer resistência às formas civilizatórias adotadas

¹⁴ Essas se multiplicaram com o passar dos anos devido a brigas no Comando Vermelho ou oposições a este. Atualmente, as três principais facções atuantes na cidade do Rio de Janeiro são o Comando Vermelho, Terceiro Comando e Amigos dos Amigos (ADA). Além destas, que dominavam a maior parte das comunidades cariocas antes das UPP's, as ocupações de favelas por milícias se tornaram expressivas.

nestes locais, e acabaram se fortalecendo ao ponto de frear a proposta remocionista, que só seria retomada com força total em 1964, durante o período da ditadura militar.

O remocionismo só perde forças novamente em 1975, devido à violência das experiências anteriores que tornaram cara a política. Já em 1982, Leonel Brizola é eleito governador do Estado do Rio de Janeiro com um plataforma voltada especialmente para as favelas, que incluía a urbanização destas e a proposta de reformulação da conduta dos policiais frente aos moradores destes locais. Para Burgos (2006), Brizola buscou no afastamento que se produziu entre favela e cidade uma ideologia, e justamente por isso, não teve como se posicionar diante do crescimento do tráfico nesses locais¹⁵.

O aumento da criminalidade violenta pela qual a favela foi sempre responsabilizada acabou por produzir um sentimento de urgência no Rio de Janeiro e uma revalorização da favela como problema, o que ocorreu principalmente não por apelo dos moradores, mas, segundo Burgos (2006), pelo transbordamento da violência.

Com isso, a favela se torna palco de políticas cada vez mais repressivas, onde não foram raras as operações de ocupações de favelas pelo BOPE (Batalhão de Operações Policiais Especiais). No entanto, estas eram feitas sempre em caráter provisório, o que favorecia a volta posterior dos traficantes para as favelas e alimentava o ciclo de violência, como podemos ver na fala seguinte:

Antes das UPPs, o que que você tinha? Você fazia operações, planejadas, bem planejadas, só que a gente ia e pronto, voltava. Subia, você até ocupava temporariamente o terreno, agora, você ocupava não com o foco de permanecer para sempre, como é o foco agora. Você permanecia por um tempo indeterminado lá, e depois você saía. Quando você saía, você tirava o pé pra fora da favela, o sujeito já botava um. (Entrevistado 3, gestor)

Nem mesmo as ocupações do exército são novidade, já tendo ocorrido por ocasião da Conferência ECO1992, às vésperas das eleições de 1998, quando durante a gestão de Moreira Franco a Rocinha foi invadida, e também às vésperas dos Jogos Panamericanos em 2007 (VENTURA, 1994; LEEDS, 2006). O relato de Zuenir Ventura sobre a ocupação do complexo do Alemão em 1992 merece ser elucidado aqui, pois parece traduzir os sentimentos que circulam pela cidade também hoje, mais de 25 anos depois, com o projeto das Unidades de Polícia Pacificadora.

¹⁵A gestão de Leonel Brizola é bastante emblemática. Justamente por este ter voltado seu governo para as classes pobres, buscando oferecer a estas condições básicas de vida, acabou sendo acusado de ser conivente com o tráfico. Esta acusação aparece em nossa pesquisa na fala de um de nossos entrevistados na comunidade Santa Marta. Também parece ser à política adotada por Brizola que o entrevistado 1 se refere ao dizer das experiências em segurança pública focadas apenas na questão social e, portanto, lenientes demais.

O mundo se mudou para cá, a criminalidade diminuiu, não havia violência nas ruas, em cada esquina um soldado do exército garantia a nossa paz (...) A presença do exército nas ruas apareceu como responsável mais visível por aquela paz absoluta que baixou sobre a cidade, e ascendeu fantasias de ocupação militar para resolver o problema da violência e das drogas nas favelas (VENTURA, 1994, pág. 70)

Percebemos então que as políticas de ocupação não são novas e tampouco originais. No entanto, o que é necessário ter em mente aqui é que estas políticas sempre enfrentaram uma dificuldade de se concretizarem devido às divergências não raras entre a prefeitura da cidade, responsável pelas ações sociais, e o Governo do Estado, responsável pela segurança pública. O resultado foi, então, uma desarticulação constante entre políticas preventivas e repressivas, como bem aponta o Entrevistado 1.

À existência de facções criminosas, tráfico de drogas, corrupção e políticas equivocadas, podemos ainda somar fatores como o crescimento considerável da população favelada - acentuado pelas altas taxas de migração e ocupação desordenada dos favelas - , e um quadro topográfico peculiar do Rio de Janeiro - que dispõe os morros onde foram formadas as favelas, e os bairros de classe alta a uma proximidade física e geográfica considerável. Estes fatores, todos eles frisados pelo Entrevistado 1, contribuem de forma notável para a produção, no Rio de Janeiro, de uma dinâmica complexa em que não se deve considerar o tráfico de drogas e a violência isolada dos demais fatores. Ele ressalta:

Por que a gente, em tese, chegou nesse quadro no Rio de Janeiro? A gente tem muita tendência a atribuir ao tráfico de drogas um quadro de violência. Como se uma coisa tivesse uma relação direta, absoluta com a outra. Se assumir isso como verdade, a gente teria que assumir que todo local que tem tráfico de drogas teria violência. E a gente sabe que isso não é verdade, né? Então o Rio de Janeiro tem algo a mais além do tráfico para explicar essa nossa dinâmica da criminalidade e essa nossa lógica de guerra que existe no Rio de Janeiro. O tráfico de drogas existe no mundo inteiro e nem todo lugar tem uma característica que o tráfico de drogas do Rio de Janeiro tem [e] que explica grande parte da violência que a gente ainda vive. (Entrevistado 1, gestor)

O que temos então é uma conjuntura que agencia facções criminosas, tráfico de drogas e armas, corrupção policial, migração e topografia, tudo isso produzindo uma dinâmica complexa na cidade do Rio de Janeiro. Nessa dinâmica, é perceptível o aumento das taxas de criminalidade violenta (ZALUAR, 2006), a diluição das fronteiras entre atividades policiais e atividades criminosas (LEEDS, 2006), a marginalização dos moradores de favelas (ALVITO

e ZALUAR, 2006) e finalmente, o atrelamento do que Tereza Caldeira chamou de “fala do crime” ao que podemos chamar de fala da cidade (CALDEIRA, 2000).

De acordo com esta autora, a fala do crime é composta por “todos os tipos de conversas, comentários, narrativas, piadas, debates e brincadeiras que têm o crime e o medo como tema” (CALDEIRA, 2000, p. 27). Ela tem o objetivo de organizar as experiências de violência que vêm sendo cada vez mais experienciadas nas grandes cidades. Porém, possuem também o efeito de perpetuar a violência na medida em que esta organização é pautada em categorizações estereotipadas que opõem de modo simplista o bem e o mal. Estas oposições acabam interferindo no espaço urbano ao ordená-lo segundo certos padrões de inclusão / segregação, na vida cotidiana e também na configuração subjetiva dos indivíduos, que se valem tanto do espaço urbano quanto das relações com os outros na produção de si mesmos. Assim,

O medo e a fala do crime não apenas produzem certos tipos de interpretações e explicações, habitualmente simplistas e estereotipadas, como também organizam a paisagem urbana e o espaço público, moldando o cenário para as interações sociais que adquirem novo sentido numa cidade que progressivamente vai se cercando de muros. A fala e o medo organizam as estratégias cotidianas de proteção e reação que totem os movimentos das pessoas e restringem seu universo de interações. Além disso, a fala do crime também ajuda a violência a proliferar ao legitimar reações privadas ou ilegais – como contratar guardas particulares ou apoiar esquadrões da morte ou justiceiros -, num contexto em que as instituições da ordem parecem falhar (CALDEIRA, 2000, p. 27)

Na medida em que a fala do crime e o próprio crime se proliferam, a cidade é inundada com sentimentos de medo, risco e perigo. Dado que a organização desses sentimentos é realizada por categorias simplistas – ainda que estas sejam reconhecidas, as favelas passam, nessa conjuntura, a serem generalizadamente responsabilizadas pela violência da cidade. Sendo assim, as próprias atitudes de violência policial em relação aos moradores de favela são justificadas por este preconceito, como podemos ver no relato de outro de nossos entrevistados:

... essa relação polícia-comunidade ela era muito prejudicada devido ao formato de polícia que ficou empregado no Rio de Janeiro durante anos, que era o formato da repressão. Via-se a comunidade como um bolsão de miséria, um bolsão que era quem praticava o crime. E o crime não é uma coisa enraizada que a gente pode dizer “olha é só na favela, ou é na favela que nasce o crime”. Não, é em várias parcelas da sociedade, entendeu? Ele pode estar desde um crime mais violento a um crime mais brando, e está presente em todas as áreas. Por isso, por essa visão preconceituosa em

relação à favela é que durante muitos anos eles foram esquecidos (Entrevistado 2).

É nesse contexto que discursos que descrevem uma “cidade partida” ganharam cada vez mais expressão, uma vez que contrapunham favela e cidade, atrelando a primeira à desordem em oposição à ordem da cidade. De acordo com Ventura (1994) essa divisão da cidade remonta às escolhas que foram sendo feitas desde o processo de modernização da cidade, em que a expulsão das classes baixas para os morros e periferias foi correlata ao processo de urbanização.

Mas apesar de a ideia de uma cidade partida expressar bem os estereótipos que se formam na cidade e participam na configuração da paisagem urbana, dos modos de sociabilidade e subjetividade; tratar a cidade como dual nos impede de perceber a heterogeneidade do tecido urbano, que parece ser construído muito mais pela mistura do que pela divisão entre morro e asfalto. É o que apontam Alvito e Zaluar (2006) quando afirmam que a imagem da favela faz parte e produz a imagem na cidade como um todo, ou seja, a cidade não é nunca vista como algo a parte da favela, e “os estereótipos que se formam da cidade são os mesmos desenvolvidos pela favela” (ALVITO E ZALUAR, 2006, p. 14). No caso do Rio de Janeiro atual, as favelas participam da produção de um imaginário que compõem, junto com aquele da cidade maravilhosa, uma cidade perigosa. O perigo é ainda acirrado quando as instituições que supostamente deveriam garantir a segurança passam a estar envolvidas nas atividades criminosas.

Mas a imagem do Rio como um lugar perigoso começa a se tornar desfavorável, seja, pela pressão da população por reduções nos índices de violência, do comércio por mais segurança, ou também pelo fato de que o turismo é, na atual conjuntura neoliberal, uma das atividades que movimenta economicamente a cidade. Além disso, a partir do momento em que o problema das favelas ganha destaque a nível mundial, o país começa a ser pressionado por agências internacionais, como o BIRD (Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento), para a produção de soluções eficazes que integrem uma dimensão sócio-ambiental às ações de segurança pública (SOUZA e COMPANS, 2010). A situação se torna ainda mais insustentável quando o Rio se torna sede de alguns dos jogos da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016, voltando para si os olhares internacionais. É a partir daí que veremos surgir tecnologias que darão origem às UPP's.

3.2. Os argumentos técnicos / tecnológicos

Diferente do argumento histórico, que parece estar estabilizado entre os gestores da política, os argumentos tecnológicos nos colocam frente a uma primeira controvérsia. Nesta, relacionada ao surgimento das UPP's, diferentes versões são produzidas pelos entrevistados, nas quais a autoria da tecnologia que deu origem à política em questão é deslocada para diferentes instituições.

Na versão produzida pelo Entrevistado 1 (gestor), a constituição das UPP's foi possibilitada por uma somatória de fatores relacionados, principalmente, a um novo modelo de gestão da Segurança Pública no Estado do Rio de Janeiro.

O primeiro desses fatores apontados foi o crescimento econômico do Brasil e do Rio de Janeiro, que permitiu o equilíbrio das contas governamentais e a capacidade do Estado de investimento em segurança. Este quadro de crescimento é influenciado, principalmente, pelo fato de que a cidade em questão passou a receber, a partir de 2007, recursos destinados à recepção dos grandes eventos que se aproximam, especialmente a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016, anunciados em 2007 e 2009, respectivamente.

Soma-se a isto, o alinhamento que atualmente se observa entre Prefeitura, Estado e União, o que não era uma via de regra na política carioca: “O Rio de Janeiro sempre teve uma postura de antagonismo com o Município, com a União, que trouxe muito dano aqui pro Rio de Janeiro. Muitos investimentos deixaram de ser realizados aqui no Rio de Janeiro por falta de alinhamento” (Entrevistado 1, gestor).

Um terceiro ponto, possibilitado pelos dois anteriores, foi então, referente à gestão pública na área da segurança, que contou com a permanência do Secretário de Segurança – José Mariano Beltrame – no cargo por mais de uma gestão¹⁶, o que contribuiu para a um planejamento político de médio e longo prazo, e para uma diferenciação em relação às estratégias repressivas adotadas nas gestões anteriores. Nas palavras do entrevistado:

E a Secretaria procurou trabalhar, tentar trabalhar de uma maneira mais estratégica né? Na Secretaria de Segurança Pública alguns gestores atuaram muito no operacional, comandando efetivamente as células das duas polícias, com ações operacionais. A gente quis se afastar um pouco disso até por que entendemos que esse deveria ser o papel da Secretaria de Segurança Pública: focar mais em ações de médio e longo prazo, em questões estruturais e ações

¹⁶ Atualmente, o Secretário de Segurança exerce o seu segundo mandato, tendo iniciado no cargo em 01 de janeiro de 2007.

estratégicas que, aí sim, pudessem efetivamente mudar a dinâmica do Rio de Janeiro. (Entrevistado 1, gestor)

Para que novas estratégias fossem pensadas, e que estas pudessem dar uma resposta eficiente ao problema do Rio de Janeiro, a solução adotada foi então, segundo esse entrevistado, a “profissionalização” dos gestores.

...a gente colocou técnicos aqui. A gente não tem relação política, nós somos técnicos, nós somos de outras forças, nós somos da Polícia Federal. Então, a gente tem autonomia pra trabalhar aqui. (...) Sem gerência política, então. Isso faz toda a diferença para o Rio de Janeiro. (Entrevistado 1, gestor; grifo meu)

O foco em um novo modelo de gestão da Segurança Pública, e, mais ainda, de uma gestão que se apresenta como “técnica” e não política permite, segundo o mesmo entrevistado,

... que a gente refunde a polícia do Rio de Janeiro a partir da pacificação dessas comunidades. Porque com a pacificação você quebra toda uma lógica existente, inclusive da própria polícia. Então você cria uma ambiência pra novos investimentos pra novas ações e uma nova interface com a comunidade. Sem a pacificação isso não seria possível. (Entrevistado 1, gestor; grifo meu)

Fica clara, na fala acima, a relação que se estabelece entre a pacificação e a captação de novos investimentos, o que nos leva a considerar novamente o sedimento dos eventos desportivos mundiais em 2014 e 2016. Para Jaguaribe (2011), eventos de repercussão internacional têm o efeito de gerar imaginários de uma “cidade ideal”, o que, no capitalismo neoliberal, implica em uma cidade segura, arena de consumo e espetáculo. É nesse sentido que as estratégias de *branding* publicitário relacionadas ao espaço urbano ganham relevância, na medida em que buscam tornar a cidade visível, maximizar seus lucros e recursos. “O crucial no processo do branding é vender uma imagem da cidade para que ela possa ser recipiente de recursos, investimentos, turismo e ganhos econômicos” (JAGUARIBE, 2011, p. 330-331).

Para produzir uma cidade vendável, a Segurança torna-se essencial, visto que está associada também à liberdade, à possibilidade de circular e consumir. É uma vez que as favelas são responsabilizadas pela insegurança e medo na cidade (CALDEIRA, 2000), e como contraponto à imagem de “Cidade Maravilhosa” (ALVITO e ZALUAR, 2006), é justamente neste espaço que as estratégias de segurança e de *branding* irão se concentrar. Estas últimas,

quando relacionadas a áreas urbanas, atuam no sentido de produzir uma reapropriação de uma determinada área, criando para esta novas associações e novas utilidades (JAGUARIBE, 2011).

Com isso, as comunidades pacificadas, que antes estavam fortemente atreladas à violência, passam a ser o motivo de peças publicitárias em que crianças cantam o antigo rap “eu só quero é ser feliz, andar tranquilamente na favela onde eu nasci”; ou então, como na propaganda mais recentemente veiculada na mídia, vários moradores das comunidades pacificadas exibem suas habilidades musicais, compondo uma orquestra que toca e canta o samba de Nelson Cavaquinho e Elson Soares “O sol há de brilhar mais uma vez/ A luz há de chegar aos corações/ Do mal, será cortada a semente/ O amor será eterno novamente”. Assim, a favela, que sempre foi a marca do Rio por sua violência, é reinventada para se tornar um local com potencial turístico, de belas vistas que podem ser admiradas dos bondes, de samba, e de um exotismo dado pela pobreza, pelas relações de comunidade, pelas construções desordenadas.

Portanto, a primeira versão foca em uma reestruturação da gestão em Segurança Pública, que passa a se ocupar em produzir, a médio e longo prazo, uma cidade que seja percebida como segura. Para tanto, as intervenções nas favelas realizadas pelas UPP's são estratégicas e têm no *branding* propagado pela mídia um forte aliado na produção de uma “ambiência para novos investimentos” e na divulgação deste “novo” cenário.

De outro modo, a segunda versão, apresentada pelo Entrevistado 2 (gestor), nos traz outros relatos acerca de quais agenciamentos teriam possibilitado a passagem dos modelos anteriores de ocupação para o atual, pautado na ideia de uma polícia comunitária.

Segundo ele, a necessidade de captação de recursos para a polícia frente ao Governo Federal exigiu a redefinição curricular da formação de policiais de forma a se incluírem temáticas como Direitos Humanos e Polícia de Proximidade no curso preparatório. A partir daí, começaram a surgir “novos policiais”, mais voltados para uma prática de proximidade, o que possibilitou que um novo modelo de policiamento fosse levado a cabo.

Essa necessidade de reformulação pode ser atribuída ao Programa Nacional de Segurança com Cidadania (PRONASCI), criado pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SNSP) juntamente ao Ministério da Justiça em 2007. O PRONASCI é uma iniciativa que busca dar soluções mais eficientes à questão da violência, tratando de pensar mais suas causas e agir sobre elas. Para Carvalho e Silva (2011), este programa evidencia a crescente importância que a segurança adquire nos dias atuais e a emergência desta como principal requisito para a garantia dos direitos e o exercício da cidadania.

É o PRONASCI que introduz, no Brasil, a noção de “segurança cidadã”, que prega uma política de segurança mais voltada para o cidadão a partir de práticas focadas na prevenção mais do que na repressão. Este conceito já vinha sendo adotado internacionalmente em experiências no âmbito da segurança pública, e é exportado para os países da América Latina pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) (SOUZA E COMPANS, 2010).

Além das influências internacionais, Souza e Compans (2010) observam ainda que o PRONASCI é claramente fruto das teorias desenvolvidas na década de 70, que se debruçam sobre o vínculo entre indivíduo e território, acreditando que a apropriação afetiva do lugar possa fazer surgir “ações ‘naturais’ de controle e vigilância”. Essa concepção torna-se disparadora para o desenvolvimento de teorias que articulam as configurações urbanísticas à ocorrência de crimes, propondo-se a pensar intervenções que visem produzir Espaços Urbanos Seguros. É nesse sentido, pois, que Souza e Compans (2010), apontam para uma concentração cada vez maior das intervenções policiais nas favelas:

Dado que as áreas de maior incidência de crimes coincidem com os locais de concentração das faixas de pobreza, os procedimentos dos ‘espaços urbanos seguros’, ao menos na experiência apresentada até agora, seja na Europa ou na América Latina, não se estendem por toda a cidade, mas concentram-se fortemente nos bairros e locais habitados por estes segmentos da população urbana (SOUZA e COMPANS, 2010, pág. 8)

Dentre os 94 projetos que fazem parte do PRONASCI, cabe aqui destacar o denominado “Territórios da Paz”, que apresenta semelhanças com o projeto das UPP’s pela associação que realiza entre criminalidade, espaço e segurança, mas também por ter como uma de suas diretrizes a articulação de diferentes instâncias de poder concernentes à segurança pública, a mobilização comunitária e policial, bem como a formação de efetivos mais voltada para os direitos humanos (BRASIL, 2010).

A articulação entre o PRONASCI e as UPP’s também é realizada por Carvalho e Silva (2011), que consideram as últimas como um conjunto de medidas adotadas no âmbito do PRONASCI, e que, portanto, refletem seus pressupostos:

[O PRONASCI] adota um conjunto de medidas que objetivam a imediata diminuição da violência e da criminalidade, por meio da implementação de Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) em áreas urbanas consideradas de elevados índices de criminalidade e violência. Deve-se ressaltar que a ocupação dessas áreas pela polícia e a instalação das UPPs indica o reconhecimento, por parte do Estado, da necessidade de reorientação

estratégica das ações de controle e manutenção da ordem pública. Isso contribui para diminuir os índices de criminalidade, porém, de forma territorialmente limitada. (CARVALHO E SILVA, 2011, pág. 65)

Com efeito, esta versão põe em cena a crescente importância da segurança pública no cenário internacional, que acaba influenciando as políticas nacionais para uma reformulação de sua atuação, o que dá origem ao PRONASCI e, conseqüentemente, às UPP's como um desmembramento do primeiro.

Um terceiro contexto é ainda apresentado pelo Entrevistado 3 (gestor), segundo o qual as UPP's têm como antecedente a instalação da sede do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) no alto da comunidade Tavares Bastos, no bairro do Catete – zona sul do Rio, ainda durante a gestão de governo de Luis Eduardo Soares.

No período anterior à instalação do Batalhão, as tropas do BOPE realizaram incursões na comunidade com frequência, de modo a avisar das mudanças que estavam por vir e a reprimir o tráfico de drogas local. Houve confronto com os traficantes, alguns foram mortos, outros presos, outros abandonaram a comunidade. Com a evasão do tráfico, as tropas começaram a utilizar a comunidade como local de treinamento e, de acordo com a colocação deste entrevistado, este foi o primeiro passo para uma aproximação entre o Batalhão e a comunidade:

Demorou algum tempo até a comunidade entender qual era o papel do Batalhão. E a gente começou a se aproximar, fazer alguns contatos, começou a utilizar a comunidade como local de treinamento, porque não tinha mais tráfico de drogas e a gente podia treinar (...) Sem o marginal, você pega o pessoal e treina aqui com tranquilidade. A gente começou a usar a área para treinamento. Só que a comunidade, ela não tinha muita contrapartida. A gente teve que, o batalhão se viu obrigado da gente também ajudar a comunidade. (Entrevistado 3, gestor)

Tendo isso em vista, o BOPE teria providenciado, como contrapartida, a entrada de alguns serviços na comunidade, como da companhia de luz da cidade, ONG's (Organizações Não governamentais), e até programas de esporte que passaram a ocorrer no próprio Batalhão, com os policiais da corporação como professores de crianças da comunidade. É daí que surge, então, segundo o entrevistado, o que depois viria a se constituir como o conceito de UPP: “Então a comunidade e o batalhão interagem, há uma interação muito boa. E o conceito de UPP... esse é o conceito de UPP. É você trazer os serviços sociais que ficaram ausentes durante anos, para aquelas comunidades dominadas pelo tráfico de drogas.” (Entrevistado 3, gestor).

Sendo assim, tem-se a ocupação da comunidade Tavares Bastos como um precedente para a política, ou seja, um local onde se desenvolve a tecnologia que mais tarde será aplicada a uma série de outras comunidades dominadas pelo tráfico armado. É isso o que leva o nosso entrevistado a fazer uma diferenciação interessante, entre **UPP de fato** e **UPP de direito**:

Na realidade, a gente pode elencar a primeira UPP de fato - não é a de fato e de direito -, de fato, é aqui na comunidade Tavares Bastos. Tem uma UPP aqui, nenhuma UPP de direito, inaugurada, instituída pelo governador. Isso aqui foi o primeiro conceito de UPP. Porque quando a gente veio pra cá, isso aqui, esses prédios aqui eram local de marginais, ponto de cadáver, uso de drogas, etc. E essa comunidade aqui do lado era uma comunidade muito violenta. (...) a primeira UPP de fato, apesar de não estar reconhecida a nível Governamental foi essa aqui. Pós essa, Dona Marta foi a primeira realmente de fato e de direito. Foi inaugurada pelo Governador, teve pessoal efetivo da Unidade Pacificadora, pertencente ao Comando de Unidade Pacificadora, o CPP. (Entrevistado 3, gestor)

A passagem da UPP de fato para aquela de direito, ou seja, a própria produção das UPP's, teria contado, então, com a repercussão da mídia acerca da ocupação da comunidade Tavares Bastos, que levou ao governador a repetir a experiência no morro Dona Marta seguindo o modelo de proximidade adotado pelo BOPE.

Como podemos ver, essa terceira versão se diferencia ainda mais das outras duas, colocando em cena outra realidade e também outra UPP, dessa vez apenas “de direito”, uma vez que estabelecida em um governo anterior ao que vigora atualmente. Mas talvez não seja por coincidência que a política carregue também um nome que antes esteve relacionado ao veículo utilizado pelo BOPE em suas operações – o caveirão – que quando surgiu era denominado “o pacificador”. De acordo com o Deputado Marcelo Freixo¹⁷, este mesmo veículo, quando começou a circular nas comunidades para a realização das operações de repressão ao crime, era chamado pelos moradores pela alcunha “passa-e-fica-a-dor”.

Essas três versões põem em cena a controvérsia sobre a origem das Unidades de Polícia Pacificadora. Isso porque, apesar de coexistirem em alguns momentos, o que elas apresentam são diferentes formas de performar as UPP's, ou seja, elas produzem as UPP's como uma realidade múltipla. Nesta multiplicidade, as opções que aparecem – entre uma e outra forma de performar o real - devem ser consideradas sempre como modelações, efeitos de realidades que não estão dadas, mas que são produzidas segundo interesses que se articulam (MOL, 2008).

¹⁷ Conferência proferida pelo Deputado Marcelo Freixo na abertura do VII Seminário de Psicologia e Direitos Humanos organizado pelo Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ).

Tais interesses precisam ser negociados para que a rede se fortaleça e possa expandir. Essas negociações ocorrem em meio a processos de tradução, em que cada um dos actantes envolvidos na rede significa a si mesmo e aos outros, define papéis e arregimenta aliados, na tentativa de produzir uma certa estabilidade para a rede. É também neste momento que os jogos de poder são mais claramente expostos. (LAW, 1992)

Partindo desses ensinamentos, podemos então nos perguntar: Como estas diferentes performances se relacionam? Que interesses, traduções e negociações são articulados de modo que esta política ressoe de forma uníssona e se fortaleça?

Antes de tentar responder a estas questões, é necessário lembrar que as negociações que se estabelecem em torno de uma controvérsia nem sempre são explícitas. De qualquer modo, o próprio formato atual do processo de ocupação nos fornece algumas pistas para pensar as traduções realizadas no âmbito da produção da política.

Atualmente, como veremos mais detalhadamente no tópico 4.2 sobre a métrica da pacificação, cada uma das instituições das quais viemos falando – Secretaria de Segurança Pública, Comando de Polícia Pacificadora (CPP) e o Batalhão de Operações Policiais Especiais -, assume uma fase do processo de ocupação das comunidades pacificadas. Enquanto o BOPE fica responsável pelas etapas iniciais do processo, de caráter declaradamente repressivo, o CPP se encarrega do processo de aproximação entre comunidade e polícia, e a Secretaria de Segurança Pública fica incumbida do monitoramento e avaliação de todo o processo.

Nessa configuração, as versões apresentadas pelos Entrevistados 1 e 2 parecem se somar facilmente, ao passo que aquela relatada pelo Entrevistado 3 é a que mais sofre constrangimentos, talvez pelo fato de que o atrelamento das UPP's a um antecedente guiado pelo BOPE poderia comprometer a ideia de uma política que busca uma ruptura em relação às práticas repressivas adotadas nas gestões anteriores da Segurança Pública.

Assim, o BOPE, que o Entrevistado 3 considera o “precursor” do conceito das UPP's e executor da primeira UPP “de fato”, terá, para o Entrevistado 1, o papel de uma tropa que se integra à política por engajamento:

E a gente pretendia usar tropa regular nessa segunda fase até para exonerar o BOPE, mas o BOPE se incluiu nessa missão de uma maneira tão significativa que ele foi além das suas ambições de tropa especial. Até porque a gente entende que é muito emblemático o pessoal do BOPE entrar em uma comunidade dessas possivelmente pela última vez. Comunidades que eles já guerrilharam muitas vezes, já perderam muito amigo, já sofreram ferimentos, já passaram um estresse tremendo, vendo pessoas inocentes

morrerem. Quer dizer, entrar em uma comunidade dessas possivelmente pela última vez é um motivo de orgulho e de satisfação muito grande para a tropa do BOPE e eles foram muito além. (Entrevistado 1, gestor)

Estas traduções foram se tecendo desde a primeira ocupação, mas foi somente a partir da terceira, no Jardim Batam, que se buscou o fechamento dessas primeiras controvérsias relacionadas às UPP's. Isso aconteceu por meio de um processo no qual os gestores, executores e setores de inteligência da Segurança Pública se reuniram para planejar e padronizar a política de modo que esta pudesse se expandir às principais favelas do Rio de Janeiro. Mas antes de nos determos a este ponto, é importante ressaltar como ocorreu a ocupação na favela Santa Marta, primeira a receber o projeto da pacificação e foco desta pesquisa.

4. O PROCESSO DE PACIFICAÇÃO

4.1 Santa Marta: a primeira comunidade ocupada

A favela Santa Marta é uma comunidade considerada pequena em relação às demais do Rio de Janeiro. Situada no morro Dona Marta, no bairro de Botafogo, ela possui pequena extensão e população de cerca de 10 mil habitantes, segundo dados do site UPP repórter¹⁸. Suas primeiras casas foram erguidas pouco antes do início da década de 1940, por famílias oriundas da baixada fluminense e ex-escravos que migraram de Minas Gerais. A partir dos anos 50, também os migrantes nordestinos passaram a fixar moradia no local (BARCELLOS, 2006).

O morro tem apenas dois acessos: a Rua São Clemente, em Botafogo, dá acesso à parte baixa; e a Rua Marechal Espiridão Rocha, no bairro das Laranjeiras, permite a entrada pela parte alta e é o único acesso para veículos. As laterais da comunidade são margeadas pelas matas do morro, atualmente demarcadas por muros de contenção ambiental. 778 degraus fazem a conexão da parte baixa ao topo do morro, segundo informações do programa de turismo Rio Top Tour, filiado ao Ministério do Turismo e atuante na comunidade.



Figura 1 - A favela Santa Marta
(Foto de Cristiane Siqueira)

¹⁸ Ver nota 1.

O interior da comunidade é composto por uma série de becos estreitos com casas, em sua maioria de alvenaria, que foram construídas muito próximas umas das outras e, muitas vezes, em cima umas das outras, provocando um crescimento vertical que torna difícil a circulação de ar e escurece o ambiente.

Como na época de seu surgimento as políticas de remoção estavam apenas começando, os benefícios básicos da urbanização, como água, esgoto, coleta de lixo e luz foram providenciados pelos próprios moradores, que se organizavam em mutirões para a realização de obras coletivas, ou por meio de políticas clientelistas.

Com a eleição de Leonel Brizola ao cargo de Governador de Estado em 1982, a situação da Santa Marta se transformou. O incentivo à urbanização chegou à favela em materiais de construção, o que impulsionou os mutirões para a substituição dos barracos por casas de alvenaria, a pavimentação dos becos, construção de algumas pontes e passagens seguras em locais que corriam risco de desabamento (BARCELLOS, 2006). Mas ainda assim os principais problemas enfrentados, como a coleta de lixo e a falta de um sistema de esgoto, perduravam.

O trabalho de varredura era feito por dez garis, selecionados pela Associação de Moradores. Mas no ano de 1987 eles não davam conta da limpeza porque mais de 70 por cento das famílias de 1.560 barracos jogavam o lixo em qualquer área livre ou dentro dos valões, formando dezenas de pontos de acúmulo de sujeira na favela. As outras acumulavam o lixo na frente de suas casas em latões descobertos, fonte de insetos. A circulação do ar nos labirintos era difícil, e gerava um fedor permanente que vinha da mistura letal nas valas de esgoto, lixo e água das chuvas. (BARCELLOS, 2006, p. 115)

A estrutura que foi se constituindo na favela, com becos muito estreitos e escuros, além do difícil acesso, foi um dos fatores que favoreceu a estabilização das atividades de grupos criminosos na Santa Marta, que começaram a surgir ainda no início das ocupações, com grupos de matadores e de assaltantes. O tráfico de drogas só começou a ser praticado na favela por volta da década de 70, mas nessa época, ainda não se falava em facções e nem mesmo se viam armas pelo morro, que, segundo Barcellos (2006), era controlado inicialmente por bicheiros e criminosos independentes. É o que também nos conta um de nossos entrevistados:

E aqui no morro, um tempo mais pra trás, quem matava era os nortista né? Matava de faca. Depois é que foi chegando esse negócio de tráfico. Antes era de faca, os nortista matava era de faca. Num era de tiro não... (Entrevistado 6, morador)

É o ano de 1987 que marca a chegada massiva das armas e, com elas, do domínio territorial, realizado por grupos de traficantes. De acordo com Barcellos (2006), neste ano houve uma guerra na comunidade em que dois grupos rivais disputaram o domínio das bocas de fumo do local. O primeiro grupo era chefiado por um ex-policia militar que havia sido expulso da corporação por prática de assaltos; e o segundo por um assaltante independente, mas com ligações (ainda precárias) com o Comando Vermelho. Esta primeira guerra já atingiu grandes proporções, chamando atenção da mídia nacional e até internacional, e marcou o início da representação da favela Santa Marta como um lugar violento. A guerra terminou com a ocupação da polícia e a fuga dos dois principais líderes rivais. Quando a polícia deixou a comunidade, o líder do segundo grupo havia sido assassinado, o que possibilitou o domínio do primeiro, que se manteve no poder até o início da década de 1990. Em 1991, seu líder foi preso e, o substituto, em uma negociação sem precedentes, “vendeu” o controle das bocas do morro aos rivais, agora já filiados ao Comando Vermelho.

Episódios emblemáticos marcaram a favela Santa Marta nos 20 anos que decorreram de 1991 até os dias atuais. Para citar dois deles, em 1996, o cantor pop Michael Jackson gravou um de seus videoclipes em uma laje desta comunidade, e teve toda a sua segurança garantida pelo chefe do tráfico, na época um dos principais nomes do tráfico da história do Rio de Janeiro, Marcinho VP. Já em 1999, o mesmo traficante forneceu ao cineasta João Moreira Salles informações e entrevistas sobre a dinâmica do tráfico, a vida dos traficantes e o Comando Vermelho, contribuindo para a repercussão da comunidade como um dos locais mais perigosos da cidade, e também para uma recompensa milionária pela delação de VP. Estes dois acontecimentos tiveram como efeito uma grande visibilidade da favela, que no final de 1999 foi tomada por policiais em uma ocupação que durou 200 dias e só teve fim no carnaval de 2000 (BARCELLOS, 2006).

A retirada da polícia foi sucedida pelo retorno do domínio do tráfico, processo que se repetiu por muitas vezes até o estabelecimento de uma política de ocupação permanente no local em 2008 – a Unidade de Polícia Pacificadora. As invasões esporádicas da polícia, que sempre tinham como consequência a troca de tiros com os traficantes, a morte e prisão de alguns deles e a produção de medo em toda a comunidade; produzia também o transbordamento da violência, que passava a atingir as classes média e alta dos bairros vizinhos, como conta um de nossos entrevistados:

Antigamente esses elementos armados eles não se limitavam somente à área da favela. Eles vinham até a área que as pessoas chamam de asfalto pra

cometer outros delitos: roubo a estabelecimento comercial; roubo a transeunte, que é o cidadão na rua; roubo em ônibus, é... invasão de domicílio, uma série de coisas. (Entrevistado 2, gestor)

Este transbordamento da violência, somado à visibilidade que a Santa Marta adquiriu através da mídia, e ao fato de ser uma comunidade pequena e se localizar no meio da zona sul do Rio, tornavam aquele um local estratégico para uma intervenção de grande porte no campo da segurança, como aponta o Entrevistado 1:

... a comunidade em si ela é pequena, pouco relevante. Pouco relevante no sentido de tamanho, de expressão. Mas como era um ponto estratégico, olha a quantidade de armas apreendidas em uma operação policial. Se isso foi apreendido, imagine o que existia lá. (...) Então pelo tamanho e pela quantidade e característica do armamento você pode depreender a importância do ponto pra aquela facção. (Entrevistado 1, gestor)

Contudo, a despeito dos diferentes antecedentes elencados anteriormente como facilitadores para o surgimento da política, os Entrevistados 1 e 2 afirmam que as primeiras ocupações – Santa Marta, Cidade de Deus e Jardim Batam - não foram efeitos de um planejamento sistemático, mas de demandas específicas dessas comunidades, que só poderiam ser solucionadas com a ocupação permanente das mesmas. Com isso, a política é desenhada como uma estratégia que surge da busca pela solução de problemas pontuais, e, portanto, como algo ordinário e simples, que não se origina em um planejamento político, mas na ação, no acontecimento. Nas palavras de nosso entrevistado:

Bom, as primeiras comunidades elas surgiram de forma muito pontual. Existia um problema no Santa Marta que a criminalidade ali ela apresentava uma característica bem violenta, bem agressiva, que destoava até das outras do Flamengo. Então, após vários fatos consecutivos com problemas acentuados de criminalidade, a Secretaria de Segurança optou por iniciar um programa que era uma ocupação territorial, ou seja, ela optou por mandar as suas tropas mais repressivas em relação à ação policial, tá? (...) Feito isso, pensou-se: nós vamos iniciar agora um processo aonde nós vamos instalar uma sede, uma sede de polícia comunitária, na época era esse nome (...) e implantou-se ali o Posto de Policiamento Comunitário do 2º Batalhão, que era o Santa Marta. (Entrevistado 2, gestor)

O caráter imediatista desta primeira ocupação é corroborado ainda pelo Entrevistado 8 (policial), que, apesar de ter participado da operação, conta que não sabia se tratar de um processo permanente:

... a gente não sabe exatamente quando surgiu, porque eu era do Batalhão e nós recebemos a ordem de fazer a operação, fizemos a operação e ocupamos

a comunidade. Isso foi em 18 de novembro de 2008. Aí entramos, fizemos a operação, ficamos na comunidade, aí fiz contato: “Comandante, tá ocupado, e agora? Qual é a determinação?”, e ele: “mantém a ocupação”. Aí nós começamos a receber apoio de outras unidades – Batalhão de Choque, Batalhão Florestal, BOPE e algumas outras Unidades Operacionais: o 9º Batalhão, o 16º Olaria –, ‘veio’ algumas equipes desses batalhões para manter a comunidade sempre ocupada. A gente não sabia exatamente o que era, até que a Secretaria de Segurança chamou a gente para conversar... (Entrevistado 8, policial)

Os moradores da comunidade também não foram avisados que estavam sendo atendidos por uma nova política de Segurança Pública, e nem que aquela ocupação se diferenciaria das que anteriormente já haviam ocorrido na comunidade.

Por ter sido a primeira comunidade, a gente não sabia. Por que primeiro teve uma ocupação, uma espécie de um tiroteio aí, que feriu até uma repórter da Band se eu não me engano. (...) eles fizeram a ocupação, ou seja, a gente esperava que era apenas mais uma ocupação como outras, que era seis meses, quatro meses... Só que aí depois eles avisaram: "não, implantação da primeira UPP". A gente ainda ficou meio assim, receoso, né? (Entrevistado 4, morador)

Ora, o que estes depoimentos nos mostram é que a política surge a partir de um acontecimento, sobre o qual a Secretaria de Segurança procurou intervir, na tentativa de responder àquela configuração que se produzia. Esta resposta, no entanto, acabou se diferenciando daquelas adotadas anteriormente em situações de violência, pautadas na simples punição dos traficantes. De outro modo, buscou-se desenvolver uma intervenção na processualidade do fenômeno criminal, que, como vimos a propósito das práticas de repressão anteriores, voltaria a se perpetrar se a ocupação não fosse mantida.

A necessidade de reformulação das práticas de segurança pública já vinha sendo ressaltada por diversos atores e autores que buscavam refletir acerca das mesmas. Já em 2006, por exemplo, Leeds sustenta que “a violência física e criminosa resultante do tráfico de drogas é uma forma visível e palpável da violência empregada pelo Estado, e que ela mascara uma violência estrutural-institucional mais oculta” (LEEDS, 2006, pág. 235). Burgos, em consonância com esta autora, também salienta que “o problema favela está a exigir uma nova resposta, que supõe o enfrentamento do ‘dilema de redemocratizar a cidade’”(BURGOS, 2006, pág. 45). E Soares, nesse mesmo ano, observa que “esse quadro complexo exige políticas sensíveis às várias dimensões que o compõem. É tempo de aposentar as visões unilaterais e o voluntarismo” (SOARES, 2006, pág.94). Este autor ainda aponta para “a possibilidade de combinar ações públicas de natureza preventiva com presteza de resultados,

o que pressupõe a possibilidade de que políticas de prevenção sejam eficientes mesmo não atuando sobre causas estruturais ou incidindo sobre macroestruturas” (SOARES, 2006, pág. 94). Isso sem mencionar iniciativas como a do PRONASCI, que buscou intervir nas práticas de policiamento ao estabelecer novas grades curriculares e programas de policiamento preventivo, pautado no território, com programas intersetoriais e controle social (SOUZA E COMPANS, 2010).

Mas apesar das muitas advertências, é interessante notar que esta mudança de orientação nas práticas policiais e de segurança não é planejada, mas ocorre, como já frisamos, a partir de um acontecimento, e tendo em vista a processualidade de um determinado fenômeno.

Estas são pistas importantes para seguirmos, pois nos apontam para os estudos teóricos de Foucault acerca do desenvolvimento de novas formas de exercício do poder na contemporaneidade, mais condizentes com os princípios do liberalismo. É o que o autor denomina **dispositivos de segurança**, que operam a partir do englobamento, complexificação e aperfeiçoamento das técnicas desenvolvidas a propósito dos mecanismos de soberania e disciplinar.

Na modalidade de poder exercida na soberania, a ideia de segurança era compreendida por meio de um sistema de leis que estabeleciam o que era permitido e o que era proibido, conformando o que Foucault (2008a) denominou **sistema legal**. A partir dessa compreensão, aquilo que se considerava proibitivo era acoplado a uma punição, acreditando-se que a punição da desordem era o caminho para o restabelecimento da ordem social. O poder se concentrava na figura do monarca, e as leis tinham como função legitimar essa soberania, bem como obrigar a obediência dos sujeitos.

De outro modo, o mecanismo disciplinar teve como principal característica o estabelecimento de técnicas de vigilância, que eram acrescidas ao código legal e ao sistema punitivo. Segundo Foucault (2008a), a vigilância passou a ser pensada como um meio para a prevenção da ocorrência de crimes, e a punição buscava a correção e moralização dos infratores. Esta moralização se dava, conforme aponta Deleuze (1992), por meio de uma lógica de confinamento e institucionalização dos indivíduos, do que decorria o adestramento e a disciplinarização de seus corpos. Tais práticas possibilitavam a perpetuação e economia do poder, uma vez que, com uma sociedade de corpos dóceis o próprio poder poderia se fazer ausente.

Conforme aponta Foucault (2008b), o sistema disciplinar já se desenvolveu para atender aos princípios liberais, já que pressupunha uma vigilância “invisível”, de modo que a

liberdade dos sujeitos pudesse ser preservada e o Estado só precisasse intervir quando determinada conduta não fosse considerada favorável. Mas com o desenvolvimento do liberalismo, a noção de liberdade ganha uma nova dimensão, levando as técnicas de poder a se modificarem.

O liberalismo traz à tona a doutrina do *laissez-faire* como condição para o crescimento e expansão do comércio. Para Foucault (2008b), ele pode ser pensado mais como um naturalismo do que propriamente como um liberalismo, uma vez que o comércio vai ser entendido em sua naturalidade e possibilidade de auto-regulação. É justamente neste princípio liberal que se pautará, de acordo com este mesmo autor, a razão do Estado Liberal, que é a razão do Estado mínimo.

Para garantir a naturalidade e liberdade das relações comerciais, o Estado passará ter como função a garantia de uma série de liberdades, como a liberdade de circulação, de comércio, do direito à propriedade, e uma série de outras. Nesse sentido,

A liberdade nunca é mais que – e já é muito – uma relação atual entre governantes e governados, uma relação em que a medida do “pouco demais” de liberdade que existe é dada pelo “mais ainda” de liberdade que é pedido. De modo que, quando digo “liberal”, tenho em mira, por conseguinte, uma forma de governamentalidade que deixaria mais espaços brancos à liberdade (FOUCAULT, 2008b, pág. 86).

Entretanto, Foucault (2008b) aponta que o liberalismo não se contenta em respeitar as liberdades. Mais do que isso, ele é consumidor de liberdades, e, portanto, vai precisar produzi-las e também geri-las. Nesta gestão, será levada em consideração uma equação entre as liberdades individuais e coletivas, que é realizada pelos dispositivos de segurança.

Esses dispositivos terão a função de “proteger o interesse coletivo contra os interesses individuais” (FOUCAULT, 2008b, pág. 89), o que será feito a partir do estabelecimento de uma série de mecanismos de controle que operam à distância, a céu aberto. Nesse sentido, vamos se proliferarem os computadores, banco de dados, estatísticas e câmeras de vigilância produzindo novas formas de controle e sociabilidade, configurando o que Deleuze (1992) chamou de **sociedade de controle**.

O exercício de um controle contínuo e a céu aberto acaba por evocar formas de regulamentação também diferentes daquelas da disciplina. Surge, então, a noção de normalidade enquanto instância de regulamentação própria da sociedade de segurança. Diferente da disciplina, a normalidade da segurança é definida a partir da própria realidade em

produção, pois deixa de ter como fundamento a norma, e passa a se pautar no normal, no corriqueiro, no que é considerado “natural” (FOUCAULT, 2008a).

Com isso, a atenção recai sobre o acontecimento enquanto ele se produz, e a partir do qual se buscará maximizar os efeitos positivos e minimizar os negativos, de modo que se obtenha um ponto aceitável, ou seja, que este acontecimento possa emergir como uma naturalidade. Nesse sentido, passa a ser relevante a própria ocorrência do desvio, da criminalidade.

Estes desvios são, por sua vez, inseridos em séries de probabilidades em que se considerarão os efeitos do mesmo ao nível da população e do desenvolvimento político-econômico. Assim, um determinado fenômeno apenas será pertinente dependendo de sua duração e de seus efeitos, de modo que a intervenção que visa à segurança levará sempre em consideração um cálculo de custos – da ocorrência do crime em relação à repressão. (FOUCAULT, 1999; FOUCAULT, 2008a)

Voltaremos a falar dos dispositivos de segurança na medida em que vamos descrevendo o desenvolvimento das UPP's. Por ora, é importante termos em mente que estas se desenvolvem a partir de um acontecimento, e considerando-se os efeitos do mesmo. Portanto, não ocorrem por acaso. Ao contrário, o momento em que surge a primeira UPP é também um momento em que a cidade do Rio acabava de ser escolhida como sede dos Jogos Olímpicos de 2016, o que abria uma temporada de pressão internacional para a solução do problema da violência, de captação de recursos nacionais e internacionais, mas também de transbordamento da criminalidade, como já vimos anteriormente.

Com isso, a relação custo-benefício de uma intervenção permanente passa a ter um saldo positivo, visto que, promovendo a normalidade em espaços antes atrelados à criminalidade, a cidade passa também a receber investimentos públicos e, principalmente privados. Mas isso só ocorreria se a intervenção assinalasse uma diferença em relação às operações anteriores, sempre marcadas pela descontinuidade, pela extrema violência, pela corrupção policial e por sua ineficácia.

Foi isso que se buscou fazer, então, com a orientação para o policiamento permanente e comunitário, o qual passou a ser realizado por policiais recém-formados, os chamados recrutas. Assim, no Dona Marta, onde tal ocupação ocorreu pela primeira vez, esta foi realizada pelas forças repressivas da polícia – Batalhão de Choque e BOPE, conforme conta o Entrevistado 2. As forças policiais “ficaram durante um tempo fazendo a varredura”, ou seja, procurando por armas e drogas e cumprindo mandatos de prisão. Feito isso, instalou-se o que

se chamou de “Posto de Policiamento Comunitário”, e aplicados efetivos recém-formados para a realização do patrulhamento permanente do local.

A intervenção realizada no morro Dona Marta serviu como experiência-piloto para as ocupações subsequentes, possibilitando a verificação da aceitação e impacto da política, e também o dimensionamento de efetivo e de recursos, a realização de parcerias com outros organismos públicos e privados e a testagem dos procedimentos e estratégias adotadas naquele local.

A prática de alocar recém-formados foi uma das que foram reproduzidas para todas as UPPs, e teve como pressuposto o fato de que os policiais antigos poderiam manter pré-conceitos em relação aos moradores das comunidades, como aponta um dos entrevistados.

A gente optou por usar policiais recém-formados, até pra que você não tenha que fazer juízo de valor sobre os policiais antigos: quem é o bom, quem pode. Não, vamos usar todos os policiais recém-formados porque mesmo quem pode, mesmo o policial honesto, o policial técnico, ele já traz com ele aquela lógica de guerra do passado então, ele já vivenciou momentos de confronto e a gente quer inovar, a gente quer fazer o novo pra aquele local, não quer trazer gente que não tenha nenhum vínculo psicológico negativo naquele território. (Entrevistado 1, gestor)

Esses policiais recém formados recebem então, além do curso básico para a formação policial, uma semana a mais de preparação para a integração às UPP's, em que são ministradas disciplinas de policiamento de proximidade, além de um treinamento para a abordagem em favelas que é provido pelo BOPE, conforme conta o Entrevistado 9.

Assim como a diretriz da alocação de recém formados, também o estabelecimento de postos de polícia comunitária foi difundido para as UPP's seguintes. No entanto, a nomenclatura inicial foi substituída na terceira ocupação, do Jardim Batam, pela atual – Unidade de Polícia Pacificadora, como conta o Entrevistado 2.

Se a nomenclatura que aludia ao policiamento comunitário já buscava ressaltar uma diferença em relação às práticas de policiamento tradicionalmente levadas a cabo no Rio de Janeiro, por serem essas marcadas pelo caráter repressivo e violento; esta segunda terminologia busca marcar ainda outra diferença, desta vez em relação à própria ideia de polícia comunitária.

De acordo com Foucault (2008a), o dispositivo de polícia foi criado simultaneamente ao dispositivo diplomático-militar, ambos visando garantir a segurança do Estado-nação no período moderno. Assim, o dispositivo diplomático- militar visava limitar a mobilidade dos Estados sem impedir que estes se fortalecessem, ou seja, evitar o retorno à lógica de

colonização e dominação de um Estado pelo outro. Nesse contexto, tem-se a emergência da ideia de paz, que já não é ofertada pela igreja, mas pelos Estados; e que não é proveniente de uma unidade, mas da pluralidade. Constituindo a ideia de paz, surge ainda aquela da guerra, que tem a função de garantir o equilíbrio de forças entre os Estados. Nota-se, portanto, que paz e guerra são ideias complementares - e não opostas -, que visam o interesse do Estado. Com essa compreensão, a analogia empreendida pelos moradores de favelas acerca do caveirão, que de pacificador foi denominado passa-e-fica-a-dor, ganha novos sentidos.

Complementando o dispositivo diplomático-militar, o dispositivo de polícia foi criado para manter a força Estatal interna, de modo a garantir a continuidade da circulação do comércio e, conseqüentemente a posição do Estado em uma concorrência que começava a se estabelecer em nível mundial. Ela é instrumentalizada por regulamentos, decretos e proibições, de modo que seu papel se caracteriza pela disciplinarização e moralização dos indivíduos (FOUCAULT, 2008a).

Mas na história brasileira recente, estes dois dispositivos estiveram atrelados, seja porque, durante a ditadura militar foram de fato integrados para garantir o cumprimento da Lei de Segurança Nacional, seja posteriormente a este período, devido às garantias constitucionais que asseguraram à polícia o direito de utilização das práticas repressivas em prol da “guerra contra o crime” (LEEDS, 2006). Com isso, o que se tem é um deslocamento da segurança nacional para a segurança urbana que, segundo Batista (2011), conserva os mesmos parâmetros repressivos.

Com a imagem violenta somada àquela corrupta, a polícia precisava se reinventar para que a política das UPP's ganhasse confiabilidade. A ideia de polícia comunitária, já experimentada sem sucesso pelo GPAE, foi então a primeira tentativa.

Segundo Cunha (2004), o policiamento comunitário será concebido como uma alternativa às questões de segurança pública, se estruturando a partir de quatro pilares: a prevenção do crime; a reorientação do patrulhamento para as práticas preventivas e não emergenciais; o aumento da responsabilidade da comunidade no provimento da segurança e, por último, a descentralização dos comandos policiais. A autora ainda observa que, na verdade, o estabelecimento da polícia comunitária não opera necessariamente uma mudança nos objetivos da segurança pública, mas sim nos meios empregados para atingir esses fins.

Assim, na teoria, de acordo com Cunha (2004), o policiamento comunitário é extensivo a comunidades em geral, sejam elas ricas ou pobres. Busca-se a prevenção do delito onde quer que ele ocorra. E é justamente esse o motivo, para o Entrevistado 2, da necessidade de uma nova diferenciação de terminologia. Segundo ele a polícia comunitária, por ser

aplicável tanto no bairro quanto na favela, é mais ampla, enquanto no conceito de polícia pacificadora há um recorte específico na pacificação da favela.

... quando você atrela polícia comunitária somente a esses locais, que são as favelas, você está limitando o projeto. Tá dizendo que só ali a polícia consegue desenvolver o seu caráter comunitário, o que não é verdade. A polícia comunitária, ele é um projeto que é na verdade a polícia na sua essência, que é a polícia próxima da sociedade trabalhando em conjunto com ela pra prevenir o crime. Prevenir que o delito ocorra, seja ele na favela, seja ele na Vieira Souto. Então a polícia entendeu que esse nome não era mais adequado e sugeriu pra Secretaria de Segurança que utilizasse um novo nome. Então pensou-se um novo nome e deu-se então o nome de Unidade de Polícia Pacificadora. (Entrevistado 2, gestor)

Com esta fala, o Entrevistado 2 busca mostrar que a UPP é uma prática específica para as favelas, entendimento que não é compartilhado pelo Entrevistado 1. O último se baseia não nas teorias, mas nas experiências práticas de policiamento comunitário, em geral voltadas exclusivamente para as classes pobres e moradores de favela, para produzir um outro motivo para a diferenciação dessas experiências.

... em relação a polícia, o que a gente tá pretendendo, que a partir da UPP a gente crie um novo modelo organizacional, um novo modelo de gestão, um novo modelo operacional, com novo uniforme, com novos equipamentos, com nova estrutura, recursos tecnológicos. Ela vai ser um piloto pra inovações, que isso depois ganhe o asfalto. A gente pretende que depois da UPP, da mesma forma que a comunidade vai ser absorvida pelo bairro, a UPP absorva o policiamento do asfalto. (Entrevistado 1, gestor)

Aqui, temos mais uma controvérsia, agora relacionada ao próprio propósito das UPP's, e ao que se espera dela: a produção de territórios cada vez mais delimitados ou a reintegração da favela à cidade. Essa é uma controvérsia que irá permear toda a reflexão realizada neste trabalho, ao longo do qual vamos encontrando algumas pistas para lidar com ela. A principal destas pistas parece ser dada no momento em que se delimita o objetivo das UPP's, quando fica claro, como veremos a seguir, a importância do território e o foco das intervenções no mesmo.

4.2 A métrica da pacificação

Apesar de o projeto das UPP's vir se desenvolvendo desde dezembro de 2008, é somente em maio de 2009, a partir da terceira implantação de UPP que, segundo o Entrevistado 1, a política começa a ser planejada.

Neste processo de planejamento foi definida uma métrica para as operações, de modo que a política pudesse se difundir para outras comunidades; ou seja, procurou-se padronizar minimamente os procedimentos de ocupação policial, visando garantir a durabilidade e confiabilidade do processo de pacificação. Foi, portanto, uma tentativa de começar a estabilizar a rede e arregimentar mais aliados para sua composição, o que acabou por evidenciar o seu caráter híbrido, em que humanos e não-humanos participam da produção do coletivo que estava se formando (LAW, 1992; LATOUR, 2000).

Definiu-se então o objetivo das UPP's, que é exposto pelo Entrevistado 1 como “Retomar o controle Estatal sobre áreas atualmente ainda sob forte influência da criminalidade ostensivamente armada (...) Com o objetivo de devolver à população a paz e a tranquilidade”; e pelo Entrevistado 2, como “tirar as armas daquele território, (...) desterritorializar os elementos marginais pela ocupação”.

Apesar de focarem aspectos diferentes da dinâmica das comunidades, podemos verificar que o território se faz central em ambas as definições, mas também o armamento, a dominação do tráfico. Isso porque o território é entendido como algo que confere poder aos traficantes e que, sendo retomado, restituirá o poder ao Estado.

A noção de retomada, empregada pelos gestores da política, suscita reflexões diversas. Contudo, vale ressaltar que, conforme apontam Burgos (2006) e Ventura (1994), os territórios onde atualmente estão situadas as favelas cariocas foram aqueles discriminados pelo Estado no processo de modernização do país, salvo raras exceções (como o caso da favela Cidade de Deus, por exemplo, que foi inicialmente construído pelo Estado para se configurar como um parque proletário). Assim sendo, a ideia de retomada parece remeter não à reapropriação de um espaço antes estratificado pelo Estado, mas sim a uma apropriação, que faz lembrar as políticas remocionistas de outrora, mas que agora é impulsionada pelo transbordamento da violência, pela dominação do tráfico, pelos efeitos desse cenário no comércio, turismo e nas relações internacionais; e balizada pela visibilidade que a favela veio adquirindo na agenda da política internacional e dos direitos humanos. Com isso, o território adquire valor, de um lado por possibilitar a manutenção das relações fundadas na dualidade entre cidade e favela e dos efeitos que isso produz, e de outro por ser o lócus de intervenção nessas realidades. É nesse sentido, então, que um dos entrevistados coloca que “o território tem muito valor pro tráfico, e

é por isso que ele se arma, e é por isso que eles são tão violentos. Por que eles precisam de seus territórios que são altamente valorizados” (Entrevistado 1, gestor).

O foco no território é outro ponto que nos permite pensar as UPP's à luz dos dispositivos de segurança contemporâneos. Em primeiro lugar, temos um mecanismo policial que se exerce segundo a configuração espacial da cidade – ou seja, focado nas favelas -, e que nos aponta para um modo disciplinar de exercício do poder (FOUCAULT, 1999). Por outro lado, entretanto, a interferência que se busca produzir nos territórios parece ser diferente do que se buscou com as formas de poder disciplinares a partir das práticas de confinamento. De outro modo, ao “retomar” territórios antes dominados pelo tráfico, o Estado busca viabilizar a livre circulação nos mesmos, seja de mercadorias ou pessoas.

Ser livre para circular é, como vimos, uma ideia cara aos dispositivos de segurança contemporâneos, que, de acordo com Foucault (2008a) só funcionam quando há liberdade enquanto possibilidade de movimento e circulação. Mas é também a liberdade e seus mecanismos de gestão que, combinados ao crescimento cada vez maior das taxas de criminalidade, irão produzir o aumento dos sentimentos de medo e insegurança, que clamam por intervenções no âmbito da segurança. É por isso que Foucault afirma que “de uma maneira mais precisa e particular, a liberdade nada mais é que o correlativo da implantação dos dispositivos de segurança” (FOUCAULT, 2008a, p. 63)

Assim, vemos que, na prática das ocupações de favelas, dispositivos disciplinares e de segurança não se excluem, mas se complementam e se articulam. O que permite esta articulação é, segundo Foucault (1999), a produção de normas e normalidades, sendo as primeiras aplicadas aos indivíduos e estabelecidas como condições para a emergência do ‘normal’ ao nível da população.

Desse modo, as intervenções policiais são realizadas levando-se em consideração a produção de normalidades e gestão dos desvios, ou seja, daqueles acontecimentos que fogem ao que é considerado normal. Estes desvios são, por sua vez, inseridos em uma série de probabilidades, de modo que a intervenção que visa à segurança levará em consideração um cálculo de custos (FOUCAULT, 2008a). É o que podemos observar na fala de um dos entrevistados: “Mas, achamos que a relação custo-benefício vale a pena. Se for para trazer o Rio de Janeiro para um nível de normalidade dos problemas em virtude de qualquer grande centro do mundo” (Entrevistado 1, gestor).

Tal cálculo será feito com base em estatísticas, as quais, segundo Foucault (2008a), são a principal tecnologia dos dispositivos de segurança, uma vez que, ao permitirem levar em

consideração as ocorrências do passado e a possibilidades do futuro; proveem o cálculo das normalidades¹⁹.

A busca por se produzir índices de normalidade possibilita ainda o surgimento da noção de caso, que permite a análise quantitativa da ocorrência dos fenômenos. Tal análise provará, por sua vez, a noção de risco, e ainda aquela de risco diferenciado (em que o risco é dado em relação à um determinado grupo). Do risco diferenciado desenvolve-se, então, a noção de perigo.

As ideias de risco e perigo são centrais para o entendimento dos dispositivos de segurança, pois, como aponta Foucault (2008b), articulam a liberdade à segurança. Tal articulação se produz na medida em que a garantia da segurança é dada nos termos de uma proteção dos interesses coletivos em relação aos interesses individuais, e o que a noção de perigo reflete é a ameaça a este coletivo que se busca preservar. Nesse sentido, teremos toda uma cultura e educação do perigo, de modo que “por toda parte vocês veem esse incentivo ao medo do perigo que é de certo modo a condição, o correlato psicológico e cultural interno do liberalismo. Não há liberalismo sem cultura do perigo” (FOUCAULT, 2008b, pág. 91).

No contexto das grandes cidades como o Rio de Janeiro, podemos traduzir a emergência desses conceitos da seguinte forma, tendo em vista a questão da segurança: um determinado número de casos de crimes irá produzir, considerando-se a persistência dos mesmos, zonas de risco. Como vimos anteriormente, temos hoje uma grande responsabilização dos grupos favelados pela criminalidade, que passam a representar um risco diferenciado. Sendo assim, as favelas passam a ser consideradas como zonas perigosas, e seus moradores passam a ser vistos como integrantes das chamadas “classes perigosas”.

Assim, o que se tem é uma reconfiguração espacial pautada na segurança e que produz “espaços de criminalidade”, por um lado, e estratégias de controle da criminalidade por outro. Estas estratégias irão, de acordo com Rose (2000), reconfigurar o trabalho das agências de segurança públicas e privadas, que passam a estar envolvidas no próprio produzir e traçar dos territórios de segurança.

É no sentido de buscar garantir a segurança a partir da produção de circulação que, ao definirem-se os objetivos das UPP's, uma marca forte de negação é posta em cena: “O objetivo das UPP's não é acabar com o tráfico”, afirmação repetida por todos os

¹⁹ É importante ressaltar aqui que as estatísticas não nos fornecem nada mais do que representações de acontecimentos específicos que produzem uma determinada realidade elevando-a ao estatuto da objetividade, ou seja, elas não refletem a criminalidade “real” (CALDEIRA, 2000). Nesse sentido, podem ser compreendidas como dispositivos de inscrição tal como os definimos na primeira sessão deste projeto seguindo os ensinamentos de Law (2004).

entrevistados. Aqui vemos a produção do que LAW (2004) chama de “ausência manifesta”, definida pelo autor como o conjunto dos elementos que estão ausentes na produção de uma realidade, mas são feitos manifestos por aqueles presentificados. E, na medida em que são feitos manifestos, atuam, juntamente com as presenças, na produção de determinados arranjos.

No nosso caso, podemos dizer que a ausência de pretensão em acabar com o tráfico atua na medida em que põe em cena a importância da visibilidade na realização do cálculo de custos que provê as ocupações das UPP's: visibilidade da violência, da criminalidade, da potência armada do tráfico, da dominação do território.

A gente não tem a pretensão de acabar com o tráfico de drogas inclusive nas comunidades onde existe UPP. O elemento que ainda insistir em traficar que o faça de maneira dissimulada e que a polícia não veja. Por que se ver, ele vai ser preso em sua ação. Então ele pode até tentar continuar traficando, mas não de maneira ostensiva, não com essa quantidade de armas, e de forma que o policial que está ali vinte e quatro horas naquela comunidade não perceba. Mas isso existe no asfalto, existe na Vieira Souto, existe no centro do Rio, e não vai deixar de existir no Rio de Janeiro (...) Existe um fenômeno biopsicossocial de que o crime é inerente a própria sociedade. A UPP não vem aí para acabar com a criminalidade. Ela vem manter sob controle aquele tipo de criminalidade violenta oriunda do uso de armas, principalmente armas de guerra. (Entrevistado 1, gestor, grifos meus)

A visibilidade parece ser, neste caso, o parâmetro para a verificação de normalidades, como ilustra a fala acima, onde podemos ver que, nas comunidades onde há UPP, o tráfico pode até se fazer presente, desde que não seja visível, que apareça em níveis considerados normais. Com isso, podemos correr o risco de dizer que o oposto da visibilidade seria a normalidade, que, como aponta Foucault (2008a), busca sempre a anulação de um determinado fenômeno no sentido de que este não será mais considerado como uma questão.

Dentro dos parâmetros em que os objetivos das UPP's foram definidos, o primeiro passo para o planejamento da estratégia a ser aplicada nas ocupações foi a realização de um mapeamento das comunidades com as características para receberem o projeto, ou seja, aquelas que possuem a característica de domínio do tráfico ostensivamente armado. Este foi empreendido pelos setores de inteligência da polícia, ligados às polícias militar e civil, e o Instituto de Segurança Pública. Desse mapeamento surgiram, então, 97 comunidades, que foram hierarquizadas por quatro instâncias avaliadoras (as três que realizaram o mapeamento e a Secretaria de Segurança Pública) que deram notas de 1 a 3 para todas as comunidades mapeadas, segundo a periculosidade de cada uma delas: três para as mais complexas, 1 para

as menos complexas. Partindo desta hierarquização, foram definidas as prioridades das ocupações.

Todas as comunidades receberam um método de organização meramente matemático (...) Aí pegamos as comunidades que receberam, como eram quatro instâncias avaliadoras, as que receberam doze, onze ou dez pontos. O máximo era doze pontos. E vimos que quarenta e sete (mais ou menos) comunidades ou complexos atendiam essa característica, e vimos que todas as principais do Rio de Janeiro estavam nesse universo de 47 comunidades ou complexo. (Entrevistado 1, gestor)

O que percebemos, mais uma vez, é a evidência da normalidade como instância definidora também da extensão da política. Na medida em que se estabelece que aquelas comunidades que receberam notas menores do que 9 não são passíveis de serem atendidas pelas UPP's, é porque se entende que os índices de criminalidade ali, ainda que não estejam dentro de padrões ótimos, são aceitáveis, “*inerentes à sociedade*” e, portanto normais. Com isso, passa-se a entender que “na comunidade pequena você tem condições, com ações regulares da polícia, de manter sob controle” (Entrevistado 1, gestor).

Excluídas cerca de 50 comunidades das 97 elencadas na fase de mapeamento, o próximo passo foi então a elaboração de relatórios que possibilitassem maior conhecimento acerca das 47 que se tornaram o alvo da política. Esses relatórios continham dados, de diferentes tipos, tais como: nome da comunidade, bairro em que está inserida, área integrada, batalhão e delegacia responsáveis, a facção dominante, os sujeitos que foram presos e declararam endereço naquele bairro, e a área de influência da comunidade. Um segundo mapeamento, portanto, que permite verificar mais do que apenas sua localização geográfica.

Bruno (2009) nos dá uma pista importante acerca da relação entre os mapas e as práticas de vigilância e segurança. Segundo a autora, o mapa oferece a quem o observa uma visão a um só tempo do todo e do detalhe, fator que determina sua importância na guerra. Mas sua relação com o território vai além da demarcação de fronteiras, já que permitem visualizar também os processos que ocorrem no interior dos territórios, favorecendo o controle e inspeção dos mesmos.

Essa relação entre mapa e vigilância se torna mais imbricada na medida em que técnicas são desenvolvidas para permitir o mapeamento de processos sociais, políticos, econômicos, etc. Estes mapas permitem, conforme aponta Bruno (2009), uma super-visão, conhecimento, controle e até mesmo a previsão de processos engendrados em determinado local.

No caso das UPP's os mapas parecem assumir uma agencia que vai além da produção de territórios a serem pacificados. Eles atuam também na dinâmica da ocupação, na definição dos locais onde serão instaladas as sedes, na medição dos índices de criminalidade e produção de estatísticas, na delimitação dos deslocamentos que configuram novos espaços de criminalidade, no estabelecimento de metas e previsões a serem alcançadas; enfim, em uma série de outras materialidades que produzem as UPP's. Junto com eles, também outra materialidade – o fuzil – se torna ator da política, uma vez que a delimitação de sua área de influência é realizada a partir da medição do alcance de uma bala desta arma.

...um tiro de cima de um morro desse pode atingir toda essa população envolvida nesse raio de 2 km (...) então, se você tira a arma de guerra de dentro da comunidade você não tá beneficiando ali 10, 15 mil pessoas daquela comunidade, você tá beneficiando todos os bairros e todas as pessoas que circulam em volta daquela comunidade que ficam livres, ou com uma possibilidade muito menor de ser morto ou atingido por uma bala perdida. (Entrevistado 1, gestor).

Estes dois não-humanos, o fuzil e o mapa, junto com uma série de outros, como o espaço físico no qual se localiza a sede das UPP's, os uniformes dos policiais que são diferenciados, os carros para patrulhamento também identificados, aparecem como materialidades que atuam – e que é necessário que atuem – para que a rede se estabilize cada vez mais. Por serem não-humanos, eles também arregimentam maior confiabilidade e objetividade à política aos olhos da população, evitando que seus pressupostos sejam questionados (LATOURET, 2000; LAW, 1992). É nesse sentido, pois, que os Entrevistados 1 e 2 insistem em afirmar que as UPPs não são apenas uma política, mas sobretudo uma técnica ou uma tecnologia, no sentido em que se pensa a tecnologia como um saber fazer, como uma técnica que porta um conhecimento que, por sua vez, produz uma determinada intervenção.

Esta intervenção, como vimos, se estende para além dos limites da favela, já que está colocada em termos da possibilidade de uma pessoa não ser atingida por uma bala. Dado que a política tem a pretensão de expansão para todo um rol de comunidades cariocas²⁰, e que cada UPP tem interferências em um raio de 2 quilômetros, podemos nos arriscar a dizer que o que ela visa é muito mais do que apenas as favelas, mas toda a população.

Essa preocupação com a população é mais uma característica dos dispositivos de segurança observada por Foucault (2008a). É à população que se busca garantir liberdade, mobilidade e segurança para que possa consumir. Ela é, segundo Foucault (2008a), membro

²⁰ A estimativa apresentada pelo Entrevistado 1 é de que até 2014 cerca de 40 sedes de UPP's sejam instaladas.

da máquina liberal-mercadológica, e, portanto, o objetivo último dos dispositivos de segurança e, conseqüentemente, da ação econômico-política.

A população passa a ser considerada também como uma naturalidade e entendida, por um lado, como uma relatividade em relação às suas condições e possibilidades, e por outro, como especificidade, já que se submete às suas próprias leis de transformação e deslocamento, bem como de interação e dinâmica de interesses. Sendo dependente de variáveis, a população de certa forma escapa à ação política, e, por isso, é necessário que se busque conhecê-la, o que é feito a partir de estatísticas e mapeamentos que permitam identificar essas variáveis bem como seus desvios. (FOUCAULT, 2008a). As estatísticas permitem, então, que os fluxos sejam mensurados para que a população se torne o objeto de saber do governo, que, assim, pode empreender técnicas de vigilância, controle de condutas e gestão dos riscos. Desse modo, ela “(...) aparece tanto como objeto, isto é, aquilo sobre o que, para o que são dirigidos os mecanismos para obter sobre ela certo efeito, [quanto como] sujeito, já que é a ela que se pede para se comportar desse ou daquele jeito” (FOUCAULT, 2008a, pág. 56).

Mas para atingir a população, as intervenções que visam a segurança precisarão ser inscritas em um espaço dado. Este espaço é o meio: campo de intervenção próprio dos dispositivos de segurança que pode ser entendido pela equação que une população e território, tornando possível que se produza “certo número de efeitos, que são efeitos de massa que agem sobre todos os que aí residem” (FOUCAULT, 2008a, pág. 28).

Podemos dizer, então, que a favela é o meio onde se busca alcançar um nível de normalidade para que, assim, possa se produzir circulação e “paz” na cidade do Rio de Janeiro como um todo. Foi buscando conhecer esse meio, então, que o perfil de cada comunidade foi traçado segundo dados demográficos e estatísticos, dotando as comunidades e seu entorno de um estatuto de amostragem característico dos dispositivos de segurança. Foram estes dados que permitiram a atuação das UPP’s sobre esses locais levando-se em conta a característica desses territórios, das populações aí envolvidas, os fluxos e processos em curso.

Caracterizados os campos de intervenção, tem-se ainda uma penúltima fase do planejamento, que é a realização de um levantamento operacional pela Polícia Militar, com base no relatório anteriormente produzido, que irá determinar a quantidade de efetivos e equipamentos necessários para serem alocados em cada uma das comunidades listadas. Por último, foi realizado o planejamento das ocupações, considerando-se a quantidade de efetivo necessária e uma visão operacional de facilidade de desdobramento do terreno. O resultado desse planejamento, segundo o Entrevistado 1, foi a opção “por uma estratégia regional, a

nossa ideia é varrer a zona sul, centro em direção à zona norte, chegar até a oeste” (Entrevistado 1, gestor). Não é por acaso que esta estratégia é definida: na zona sul encontram-se as classes altas e médias da cidade, bem como os principais pontos turísticos; no centro temos a zona portuária, e, na zona norte, o estádio Maracanã onde alguns jogos serão realizados por ocasião dos grandes eventos.

Mas é necessário apontar ainda para a flexibilidade desse planejamento, que pode ser alterado de acordo com os acontecimentos em cada favela. Assim, uma comunidade pode ser ocupada em caráter imediato como ocorreu nos casos das três primeiras ocupações e no complexo do Alemão. Esse último chegou a ser anunciado por nossos entrevistados gestores como o principal desafio da política e apontado como um dos últimos a receber a pacificação. No entanto, dada a repercussão midiática dos deslocamentos de traficantes para aquele local, o Complexo acabou tornando-se uma prioridade para a Secretaria de Segurança Pública²¹.

Definidas as comunidades que irão receber a UPP, segue-se sua implementação, que se dá em 4 fases. As duas primeiras levadas a cabo pelo Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE), a terceira pelo Comando de Polícia Pacificadora (CPP) e a última também pelo CPP juntamente com a Secretaria de Segurança Pública.

A primeira é a chamada fase de retomada, quando os oficiais do BOPE invadem a comunidade com o objetivo de retomar o território. Para isso, são acionadas equipes de folga, já que pode haver conflito armado, como aponta um entrevistado: “[o BOPE] invade essa área e, se for o caso usa a força, como foi o caso lá do Cantagalo: troca de tiros, marginal morto, marginal ferido, elementos presos, material apreendido, as granadas, os fuzis, as pistolas, e a gente toma o local” (Entrevistado 3, gestor). A atuação nesta fase é unicamente repressiva e gerou muitos conflitos armados nas primeiras comunidades que receberam as UPP’s.

Feito isso, passa-se a uma fase de estabilização, quando o BOPE continua no local cumprindo mandatos de prisão, levantando as demandas mais urgentes da comunidade (luz, água, etc), retirando barricadas postas pelo tráfico na comunidade, ou seja, fazendo o primeiro contato entre polícia e comunidade. Para isso, são colocados contêineres em diferentes pontos da comunidade que simbolizam a tomada do território e impedem os traficantes de voltarem.

O processo segue com uma cerimônia de “formatura”, onde os oficiais do BOPE entregam o comando para as Unidades de Polícia Pacificadora. Nesta, o BOPE, que chega às comunidades com seu uniforme padrão – preto com o símbolo do Batalhão, uma caveira -,

²¹ As entrevistas com os gestores da política foram realizadas no período transcorrido entre o final do mês de setembro ao início de novembro do ano de 2010. Pouco depois ocorreu a ocupação do Complexo do Alemão, no dia 29 de novembro do mesmo ano.

coloca um uniforme branco que simboliza, segundo o Entrevistado 1, “a transição da guerra para paz”. Importante notar que a ocupação da comunidade pela polícia não tem prazo de término.

Por fim, a última fase é a de avaliação das UPP's, para a qual ainda não há um modelo, mas já uma intenção de produzi-lo, como revela o Entrevistado 1: “a gente quer criar uma métrica pra isso, um círculo de avaliação trimestral ou semestral, a gente ainda está definindo”. Novamente vemos a métrica como instrumento de validação da política.

Ao longo dessas quatro fases, propõe-se uma mudança no papel exercido pela polícia, em que a pretensão é o exercício do patrulhamento de caráter preventivo, a partir de uma lógica de proximidade com a comunidade. Esta transição no modo de atuação dos policiais é progressiva, e avança juntamente com o processo de implementação da política, como podemos ver na figura abaixo.

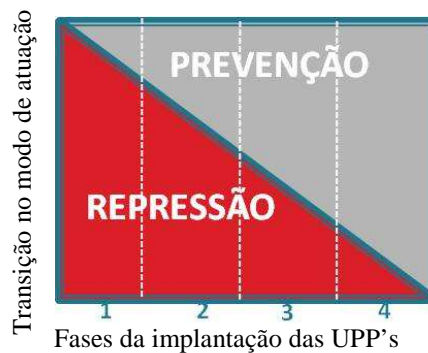


Figura 2 - Transição do policiamento repressivo para o preventivo.
Fonte: Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro²²

A proposta de mudança tem um importante papel na tentativa de produzir normalidade nas favelas pacificadas e de inseri-las no que Rose (2000) chamou de circuitos de inclusão. De acordo com este autor, as estratégias de controle contemporâneas ganham coerência quando pensadas em termos de inserção dos indivíduos a circuitos de inclusão ou exclusão. Os circuitos de inclusão são aqueles que operam afiliando sujeitos em uma variedade de práticas nas quais a modulação de condutas opera a céu aberto, em um controle constante e rizomático que se faz dentro dos fluxos que o sujeito participa. A vigilância se dispersa no

²² Esta figura foi cedida pela Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro por meio de um dos gestores participantes desta pesquisa. Interessante notar que o gráfico linear ilustra a compreensão desta instituição acerca do processo de constituição das UPP's. Essa não é, no entanto, uma visão coerente com os pressupostos da Teoria Ator-Rede, que guia esta pesquisa. Se fossemos reproduzir um gráfico que buscasse representar o mesmo processo segundo a TAR, este seria mais circular e menos diretivo em relação às fases de transição do modelo repressivo para o preventivo de policiamento, visto que muitas são as reverberações a que este processo está sujeito antes de uma estabilização e fechamento definitivos.

tempo e espaço da vida cotidiana e os sujeitos não são considerados por sua personalidade, mas sim por suas capacidades e potencialidades, que são codificadas e lhes dão acesso (ou não) às redes de segurança. Como exemplos de portas de entrada a estes circuitos podemos citar: os cartões de banco e de crédito, os trabalhos e empregos fixos, o acesso a serviços como luz, telefone, água ou internet; enfim, tudo aquilo que permita uma codificação e leitura dos fluxos cotidianos de vida e consumo de uma pessoa.

Complementares a estes operam os circuitos de exclusão, que compreendem os sujeitos não afiliados nas redes de inclusão. Apesar disso, esses são também sujeitos a estratégias de controle, que podem ser de dois tipos: aquelas que buscam reinserir os excluídos, reintegrando-os em circuitos de civilidade; e aquelas que julgam a reinserção impossível para certos indivíduos, e procuram administrá-los em espaços marginais visando neutralizar o dano que podem causar à circulação.

Tendo isso em vista, podemos entender a tentativa de inserir uma população antes marcada por sua situação nestes “espaços de criminalidade”, em circuitos de inclusão, como uma das propostas das UPP’s. A reintegração da favela à cidade também parece ser um ponto importante, uma vez que possibilita que as estratégias de controle incidam também sobre as populações marginalizadas. Mas esta tentativa de integração merece ser problematizada, uma vez que as UPP’s também podem produzir um afastamento ainda maior entre favela e cidade, pois a produção de circuitos de inclusão não ocorre sem deslocamentos e desvios que contribuem para a produção de novos circuitos de exclusão. Mas antes de nos determos nessas questões, que já remontam ao processo de estabilização da política e seus efeitos, é necessário explorar as resistências que foram empreendidas a despeito das UPP’s, e o modo como estas levaram a política a produzir novos agenciamentos para se fortalecer e estabilizar.

SEGUNDO DECALQUE:

O MOMENTO ATUAL

5. O PROCESSO DE ESTABILIZAÇÃO DA POLÍTICA

Após 3 anos da primeira ocupação, hoje as UPP's já alcançaram a marca das 20 comunidades ocupadas. Como foi divulgado pelo Entrevistado 1, priorizou-se as favelas da zona sul, passando pelo Centro e chegando à Zona Norte. Algumas comunidades que não estavam previstas de serem ocupadas se tornaram prioridades durante o processo, devido aos deslocamentos e aglomerações de bandidos, como foi o caso do Complexo do Alemão, ou simplesmente por se constatar que uma UPP poderia sofrer os revezes de uma comunidade não ocupada, o que levou à ocupação do morro da Formiga.

As 20 UPP's existentes estão distribuídas da seguinte forma, conforme ilustra o mapa abaixo: 6 estão situadas na zona sul da cidade (Morro Dona Marta; Babilônia/Chapéu Mangueira; Cantagalo/Pavão-Pavãozinho; Tabajaras/Morro dos Cabritos; Rocinha e Vidigal/Chácara do céu); 8 na zona norte (Morro do Borel, Morro da Formiga, Andaraí, Salgueiro, Morro do Turano, Morro dos Macacos, Engenho Novo e Mangueira); 2 na zona oeste (Jardim Batam e Cidade de Deus) e 4 no centro (Morro da Providência; Coroa/Fallet-Fogueteiro, Escondidinho/Prazeres e São Carlos).



Figura 3 - Mapa de distribuição das UPP's no Rio de Janeiro
Fonte: Google Earth

O site do UPP Repórter apresenta ainda uma estimativa de cerca de 256.150 mil pessoas beneficiadas pela política; que abrange 55 comunidades atendidas, além de 35 bairros de entorno beneficiados e um efetivo de 3.115 policiais aplicados. Isso, até a ocupação do Morro São Carlos, ou seja, sem contar as três últimas ocupações da Mangueira, Rocinha e Vidigal.

Toda essa expansão teve seu auge no ano de 2010, quando foram instaladas 8 Unidades de pacificação. Foi também este o ano que concentrou o maior número de ações de resistência à pacificação, que culminaram na ocupação do Complexo do Alemão.

Já em 2011, a política começa a se estabilizar. Mas essa estabilização é fruto de um processo em que as resistências antes empreendidas contra a pacificação passam a ser o motor para novos agenciamentos e novas traduções que vão reorganizando e fortalecendo a política.

5.1. Os diferentes focos de resistência às UPP's.

Desde o princípio da implantação das UPP's, incertezas e oposições foram manifestadas de diversas formas e pelos diversos atores envolvidos na política, desde moradores das comunidades ocupadas e traficantes das mesmas até policiais que foram integrados às UPP's e intelectuais. Essas resistências podem ser compreendidas a partir de uma série de fatores, como o histórico das políticas públicas voltadas para as favelas, a truculência do tratamento dirigido aos moradores destas pelos policiais, a falta de informações sobre a política, os tiroteios que ocorriam nos confrontos entre policiais e traficantes que resistiam às ocupações, dentre outros.

Alguns desses focos de resistência puderam ser mapeados nesta pesquisa a partir das entrevistas realizadas, e a exposição dos mesmos nos dá acesso a mais algumas controvérsias que possibilitam a compreensão do modo com o projeto das UPP's foi sendo constituído, as alterações e deslocamentos que sofreu e, por fim, os agenciamentos e conexões que permitiram que a política se estabilizasse.

É Law (1992) quem nos dá essa pista ao buscar compreender os processos engendrados na composição de redes sócio-técnicas. Esse autor atenta ao fato de que a constituição de uma rede é sempre um processo em que, da mesma forma que a rede pode em alguns momentos se estabilizar, ela pode também enfrentar resistências que a desestabilizem e tragam abaixo todas as suas conexões.

É visando superar as resistências e controvérsias que podem desestabilizar uma rede que as práticas de **tradução** começam a agir dentro da mesma, buscando o seu ordenamento (LAW, 1992)²³. Segundo Law (1992), diferentes traduções podem sobrepor-se umas às outras, coexistirem e interagirem umas com as outras, sendo tanto mais eficientes quanto mais garantem as relações e o ordenamento de uma rede, bem como a sua posterior estabilização e expansão.

Com isso, podemos afirmar que os movimentos de enfrentamento não atuam apenas no sentido da estagnação de uma rede em processo de constituição. De outro modo, as traduções realizadas para reordenar a rede a partir dessas oposições revelam a potência mobilizadora e de criação de novos mundos que pode ser apreendida das controvérsias e resistências.

Com a UPP não foi diferente. Tendo em vista os processos de resistência, o projeto da pacificação foi sendo reformulado na medida em que novas discussões foram surgindo. Com isso, novos agenciamentos surgiram, e as UPP's se configuraram cada vez mais como uma tecnologia, um saber-fazer que é dado na ação e considerando-se a processualidade e os acontecimentos.

5.1.1. As resistências das comunidades

Nas primeiras comunidades onde as UPP's foram implementadas, resistências foram apresentadas de diversas formas pelos moradores. Nesse período inicial, as ocupações ainda se diferiam pouco das demais operações antes realizadas nestes locais, que tinham foco predominantemente repressivo. Desse modo, a relação de desconfiança e violência que antes se estabelecia entre polícia e morador de favelas configurou-se como um dos principais desafios das UPP's, que tinham como principal proposta o estabelecimento de uma polícia de proximidade e, portanto, pautada na confiança. É o que conta um de nossos entrevistados:

A gente conversa com os Comandantes das UPPs, das primeiras: Santa Marta; Cidade de Deus; Babilônia e Chapéu Mangueira e o Batam(...) Nesses primeiros a comunidade demorou a conseguir confiar na polícia, primeiro porque eles tinham na cabeça que a polícia ia ficar lá pouco tempo, que eles iam fazer aquele trabalho todo e iam abandonar eles; depois era na atitude dos policiais. Ainda existia uma cultura que eles chamam de polícia anterior, né? Da antiga polícia. Isso quem fala são os moradores. Então por isso, isso atrapalhava um pouco o processo. (Entrevistado 2, gestor)

²³O conceito de tradução pode ser encontrado no Capítulo 1, que versa sobre a metodologia desta pesquisa.

A desconfiança da comunidade na polícia é corroborada ainda por moradores entrevistados na Santa Marta, que apontam para um ressentimento em relação ao Estado, seja pelo abandono dessas zonas de pobreza, seja pelo empreendimento de políticas repressivas e descontinuadas.

... foi o Estado que tirou o seu pai, foi o Estado que tirou seu irmão, entendeu? Então tem pessoas que ainda tem esse resquício (Entrevistado 7, morador).

O desenvolvimento de uma “cultura de ressentimento” da favela em relação à cidade é apontado por Burgos (2006). Segundo este autor, esta cultura teria se constituído a partir das políticas remocionistas empreendidas especialmente no período ditatorial, e foi ainda mais incrementada com o estabelecimento de relações clientelistas com o Estado. O resultado disso foi um afastamento cada vez maior entre Estado e favela e, conseqüentemente, entre favela e cidade. É o que ilustra a fala a seguir:

Tem uma desigualdade aí e começa pelo poder público, isso não é bom, né? Ou seja, por isso que muitas coisas... a comunidade aqui ela ficou com o pé atrás, ou seja, o policiamento ele é o que? Ele faz parte do poder público, ou seja, as pessoas têm um pé atrás por isso, acaba levando tudo em consideração: os maus tratos, a intolerância, ao órgão público que não quer conversar. Ele sai fazendo, ele não quer te ouvir, faz o que ele acha melhor. Aí depois volta aqui pra pedir votos, a verdade é essa. (Entrevistado 4, morador)

Assim, a entrada da polícia naquele primeiro momento representava não o novo, mas o velho travestido de novo: a mesma política repressiva, um novo nome. É por isso que na Santa Marta as oposições começaram desde o princípio do processo, quando da definição do local onde seria a sede da UPP, segundo conta o Entrevistado 8 (policial). O local escolhido foi construído pelo ex-Governador do Estado do Rio, Antony Garotinho, para alocar uma creche para as crianças da comunidade, e o abandono deste projeto em prol da UPP gerou, segundo este policial, resistências por parte dos moradores. Mas, de acordo com este mesmo entrevistado, o enfrentamento por ocasião da escolha da sede não apontava para a necessidade de uma creche, mas para uma oposição em relação à instalação da polícia na comunidade, já que, segundo ele,

A polícia ela era vista assim como de repressão, né? Chegar na comunidade e cobrar, invadir os barracos dos moradores, e prender... Ela é vista como um

inimigo. A gente vai nas comunidades e eles falam: “ah aqui tava tranquilo, a polícia chega, tem tiro, tem não sei o que”; e aí “tem risco aqui, tem as crianças, e tal”. E a gente é visto como errado, o traficante que é visto como certo, e a polícia só é vista na repressão. (Entrevistado 8, policial)

É também para essa recusa de interação com a polícia que o Entrevistado 9 (policial) aponta quando conta que, no início da ocupação no Dona Marta, muitos dos moradores se recusavam a falar com os policiais das UPP's, e até mesmo a frequentar os mesmos locais que estes.

Além desses focos de resistência que se fizeram mais presentes no início da implantação da política em algumas comunidades; também no decorrer do processo de pacificação outros movimentos puderam ser verificados. Estes, no entanto, estão mais relacionados à questão da liberdade e da limitação desta a partir da chegada das UPP's.

Como temos visto, os dispositivos de segurança que atuam nas configurações sócio-técnicas contemporâneas visam a garantia de uma série de liberdades. Vimos também que, para tanto, estes dispositivos são operadores de uma equação que leva em conta os interesses coletivos em relação àqueles individuais, observando-se a normalidade dos fenômenos, e de modo que as intervenções levarão sempre em conta um cálculo de custos. É, portanto, da liberdade que se tratam os dispositivos de segurança.

Contudo, nessa gestão, nesse cálculo de custos e equação de interesses, uma série de constrangimentos, limitações, controles e coerções se farão necessários para que se possa produzir condições para que a liberdade seja exercida. O controle será, então, o correlato da liberdade, e, ao mesmo tempo, aquilo que pode destruir a liberdade. É o que aponta Foucault (2008b):

... embora esse liberalismo não seja tanto o imperativo da liberdade, mas a gestão e organização das condições graças às quais podemos ser livres, vocês vêem que se instaura, no cerne dessa prática liberal, uma relação problemática, sempre diferente, sempre móvel, entre a produção da liberdade e aquilo que, produzindo-a, pode vir a limitá-la e a destruí-la. (FOUCAULT, 2008b, pág. 87)

Essas limitações à liberdade, quando exacerbadas, ou seja, a inflação dos mecanismos compensatórios da liberdade, irão causar parte dos movimentos de resistência às estratégias de segurança (FOUCAULT, 2008b).

No âmbito das UPP's podemos ver que, apesar de haver nesta política a proposta de produzir nas favelas cariocas as condições para o exercício da liberdade; quando elas se instalam nas comunidades, uma série de constrangimentos, regulamentações e limitações vão

sendo impostas aos seus moradores por meio de dispositivos de segurança e vigilância, gerando movimentos de contestação da política.

Assim, uma questão que gerou problemas entre UPP e moradores foi a das regulamentações de festas na comunidade e também do horário de fechamento dos bares locais. A partir da entrada das UPP's, as festas que ocorriam em locais abertos precisaram ser autorizadas pelos policiais. Nos bailes funk, característicos das favelas cariocas, as músicas do tipo “proibidão” foram vetadas, e passou a ser solicitado dos organizadores um alvará de funcionamento. É o que relata um dos entrevistados:

Qualquer festa que você for fazer, assim, se você for fazer um aniversário de um filho seu você tem que falar, entendeu? Você não pode botar um funk aí, que tem uns funks muito nojento. Que eles já fizeram até com a minha filha aqui. Falaram com ela aí (que ela passou ouvindo, botando um funk aí) se continuasse assim eles iam tomar esse rádio, o cd, ia tomar tudo. Não é como era, que nego fazia coisa a vontade. Mas eles são abusados, são abusados. (Entrevistado 6, morador)

Também merece destaque o movimento realizado por um grupo de moradores em relação à instalação de câmeras de segurança na comunidade. A Santa Marta foi a primeira comunidade a receber estes dispositivos e, apesar de haver um projeto de expansão desses, é ainda a única que possui o vídeo-monitoramento. A instalação das câmeras não foi negociada ou mesmo comunicada à comunidade, de modo que, quando isso ocorreu e os moradores tomaram ciência, o Grupo ECO, atuante na comunidade, tomou a frente na confecção de cartazes que se manifestavam contra os dispositivos de vigilância (ver figuras 4 e 5). As questões centrais levantadas por este grupo eram: a da perda de privacidade dos moradores; a vigilância contínua da favela e o tratamento desigual aos moradores favelados em relação àqueles do restante da cidade, onde apenas existem câmeras em regiões de grande trânsito de pessoas, mercadorias ou veículos²⁴.

²⁴ Uma análise mais detalhada das resistências oferecidas pelos moradores do Santa Marta à implantação do vídeo-monitoramento naquele local pode ser encontrada através da referência: PEDRO, R.; RHEINGANTZ, P.A.; ROCHA, I.S.; CASTRO, R.B. Cartografando redes de vigilância e Segurança no Rio de Janeiro – primeiras anotações. In: *Anais do 28º Congresso Internacional da Associação Latino-Americana de Sociologia*, 2011.



Figura 4 – Big Brother Santa Marta

Fonte: GRUPO ECO

Disponível em:

<http://www.grupoeco.org.br/html/cameras_santa_marta_0.html>



Figura 5 – A espiada

Fonte: Grupo ECO Disponível em:

<http://www.grupoeco.org.br/html/cameras_santa_marta_2.html>

Outra estratégia de resistência que ganhou notoriedade na Santa Marta foi realizada por um de seus moradores, que tomou a frente da produção de uma cartilha informativa sobre os direitos dos moradores em casos de abordagens policiais para distribuição em toda a comunidade (Figura 6), visando conscientizar os moradores acerca de seus direitos, prevenir ocorrência de abusos por parte dos policiais, e denunciar aqueles policiais que não cumprem com a lei²⁵.

Esses movimentos de enfrentamento à política ocorridos na Santa Marta deram origem a uma estratégia de aproximação que foi acrescida à métrica da política: a realização de reuniões entre os policiais da UPP e os moradores das comunidades, com o objetivo de explicar a nova política, seus propósitos e desafios. Citando um dos entrevistados, o que se estabeleceu “foram estratégias. Você utiliza estratégias. Estratégias que... de aproximação. São reuniões com a comunidade, é você apoiar a comunidade, envolver com ela nas suas questões.” (Entrevistado 2, gestor).

Assim, na Santa Marta, foi realizada uma reunião a propósito da definição da sede, outra para explicar o funcionamento das câmeras de segurança e até um panfleto

²⁵ A “Cartilha popular do Santa Marta: Abordagem Policial” é uma realização da Visão Favela Brasil com o apoio de diversas organizações como a Comissão de Direitos Humanos da ALERJ, o grupo ECO, o Instituto de Defensores dos Direitos Humanos, dentre outros.

confeccionado pelo próprio Comando da UPP para também esclarecer sobre a abordagem policial (Figura 7).

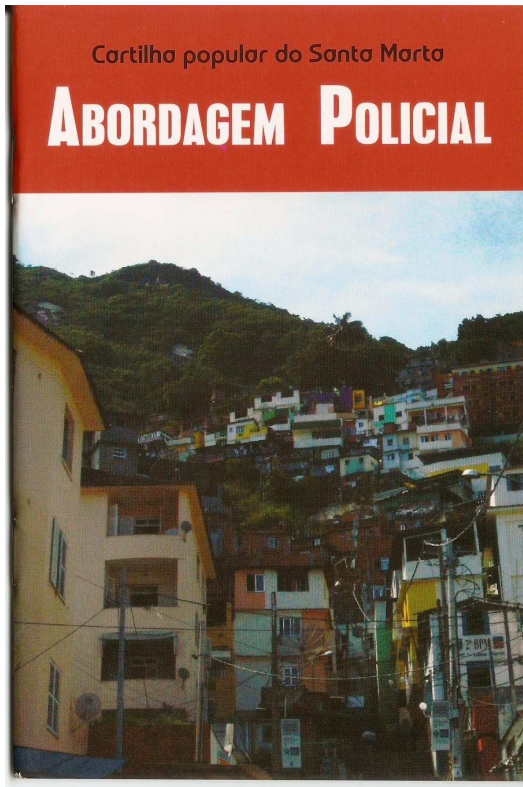


Figura 6 – Cartilha popular do Santa Marta: Abordagem Policial



Figura 7 – Cartilha de abordagem policial divulgada pela UPP

O resultado dessas ações foi, com o passar do tempo, o estabelecimento de novos agenciamentos com os moradores, o que é relatado pelos policiais das UPP's entrevistados nessa pesquisa:

Hoje em dia, muitas pessoas vêm aqui pedindo para poder ver as imagens. Então inverteu, assim. Hoje eles têm a noção verdadeira de que as câmeras eram para ajudar para a segurança. “Ah, porque arranharam meu carro”, “Ah, porque mexeram na minha bicicleta lá em baixo”. Então as pessoas vêm aqui para ver essas coisas gravadas. (Entrevistado 8, policial)

Com o tempo eles foram aceitando mais. Essa questão do som alto foi a maior resistência que nós enfrentamos, mas hoje o pessoal já vem pedir autorização espontaneamente quando vai fazer festa. (Entrevistado 9, policial)

Mas às críticas e oposições oferecidas por moradores, especialmente aqueles das primeiras comunidades ocupadas, somaram-se ainda as reações dos traficantes às ocupações,

que ganharam grande destaque midiático, e tiveram um papel também importante na estabilização da política.

5.1.2. Guerra avisada: estratégia para fazer viver e deixar morrer.

Desde ocupação do morro Dona Marta já se sabia que o Governo do Estado pretendia expandir a política de ocupação permanente para outras favelas do Rio, como podemos ver na reportagem divulgada pelo jornal O Globo no dia 03/12/2008, relatando o início da proposta no Dona Marta (Anexo I), e também naquela do dia 29 de janeiro de 2009, que já anuncia a extensão do projeto à Cidade de Deus, mas sem divulgar a data da mesma (Anexo II).

Mas ainda que o Estado tivesse divulgado as intenções de expansão, a experiência de ocupação não-avisada se repetiu nas primeiras comunidades, conforme aponta o Entrevistado 1, gerando uma série de reações dos traficantes que dominavam esses territórios.

Confrontos armados entre polícia e tráfico, assaltos e arrastões em túneis e vias de engarrafamento da cidade, e incêndios de ônibus públicos que eram atribuídos ao tráfico pela mídia, geraram um verdadeiro cenário de guerra no Rio de Janeiro. Até mesmo uma união das diversas facções criminosas da cidade chegou a ser anunciada, enfatizando a tentativa de desestabilizar a política (ver figura 8).



Figura 8- Matéria do Jornal *O Globo*. A repercussão midiática da resistência dos traficantes à pacificação.

Essas reações ocorreram em quase todas as primeiras comunidades pacificadas, e, como já foi dito, se concentraram principalmente no ano de 2010, em que a política teve a sua maior expansão.

Tendo em vista a repercussão destes confrontos, a Secretaria de Segurança Pública optou por reformular a estratégia de ocupação, e passou a alertar a comunidade para a data da invasão, visando minimizar o número de mortes e, conseqüentemente, facilitar o processo de aproximação entre polícia e comunidade. É o que o entrevistado 1 chama de “guerra avisada”. Segundo ele:

... se você não avisa, entra e ocasiona a morte de inocentes nós vamos ser criticados. Se você avisa pode evitar a morte de inocentes. (...) vamos supor que uma UPP, numa entrada dessa, num combate da policia com o bandido houve [a morte de] uma criança inocente. Quer dizer, até a UPP, o policial que vai lá depois, conseguir estabelecer um vínculo de confiança com a comunidade em cima de um trauma desse... é claro que isso vai ser revertido com o tempo, mas dificulta muito mais a aproximação. Então, nós temos optado nas últimas ocupações de avisar a criminalidade pra ela abandonar efetivamente, porque nós estamos interessados no território dele. (Entrevistado 1, gestor)

Essa estratégia da guerra avisada nos traz uma indicação importante para pensarmos a UPP como uma política que se exerce dentro dos moldes dessa nova forma de governamentalidade contemporânea. A partir dela, podemos observar uma preocupação com a vida daqueles sujeitos que se considera que são passíveis de inserção nos circuitos de inclusão; o que nos permite concordar com Foucault (1999) quando aponta para um poder que, na contemporaneidade, se exerce com base na premissa “fazer viver e deixar morrer”.

De acordo com Foucault (1999), no exercício da soberania o atributo principal do soberano era o de decidir sobre o direito à vida e à morte. Vida e morte não eram considerados fenômenos naturais, fora do campo do poder político. Ao contrário, ambos eram considerados como direitos, que se exerciam por meio da vontade do soberano. Foucault explica ainda que “dizer que o soberano tem direito de vida e de morte significa, no fundo, que ele pode **fazer morrer e deixar viver**” (FOUCAULT, 1999, pág. 286, grifos meus), de modo que seu poder incide sobre a vida na medida em que decide sobre a morte.

Com as transformações políticas trazidas pelo liberalismo e o capitalismo, esse direito político à vida e à morte irá se modificar. A emergência da naturalidade como instância de regulamentação e da liberdade como motor da economia de poder transformará esse direito em seu inverso. O exercício do poder agora consistirá em **fazer viver e deixar morrer**.

Essa transformação não ocorre de repente, mas gradualmente, acompanhando o desenvolvimento das técnicas de poder. Ao longo desta mudança, os dispositivos de vigilância podem ser considerados, segundo Foucault (1999), como um estágio do meio, onde as técnicas de poder se exercem sobre o corpo individual, na separação, alinhamento e disposição em série desses corpos para a visibilidade e vigilância.

Com a complexificação das técnicas de vigilância, também as técnicas de poder se aperfeiçoam, buscando dirigir não mais o homem-corpo, mas o homem-vida. Assim, o que passa a ser levado em consideração é a vida dos homens enquanto espécie, e tudo aquilo o que, do ponto de vista biológico, pode afetá-la (FOUCAULT, 1999).

É nesse sentido que Pelbart (2007) afirma que o poder tomou de assalto a vida. Ele encarrega-se da vida, busca intensificá-la e otimizá-la ao máximo possível. Para tanto, afirma o autor, este poder se exerce também de maneira cada vez mais molecular, mais rizomática, de modo a atingir as diversas esferas da vida e da população.

Temos, portanto, um investimento do poder na vida, uma “tomada de poder sobre o homem enquanto ser vivo” (FOUCAULT, 1999), que Foucault irá chamar de **biopolítica**. É no âmbito da biopolítica, buscando assegurar e garantir esse biopoder, que os dispositivos de segurança irão atuar.

O outro termo da biopolítica – o fazer morrer – será exercido a partir de outra técnica de poder: o racismo. O que Foucault (1999) chama de racismo é tudo aquilo que provoca uma fragmentação da raça humana, desqualificando um grupo em relação ao outro. Um conceito, portanto, não ligado apenas à questão negra.

Conforme aponta Foucault (1999), a partir do momento em que se estabelece o racismo, o poder atua no sentido de relacionar a morte de um determinado grupo ou raça, à vida de um outro, considerado superior. Assim, se trata de deixar morrer aqueles que passam a ser considerados como perigo para a manutenção da vida. É o que se dá, então, em relação aos criminosos que antes dominavam as favelas cariocas, como podemos ver na fala do Entrevistado 1:

Ele [o criminoso] vai ser preso daqui a pouco ou ele vai ser morto ou ele vai se converter ou ele vai pra outro estado, não tem dúvida disso, o que a gente quer naquele momento é retomar aquele território e se pudermos fazer isso sem dano para a sociedade civil, tudo bem. (Entrevistado 1, gestor)

O fato é que com a guerra avisada muitos traficantes deixaram as favelas antes do processo de ocupação, o que garantiu uma redução significativa dos confrontos armados,

assim como das mortes decorrentes destes enfrentamentos. Com isso, a UPP ganhou mais aliados no processo de ocupação, mas também novas controvérsias, que agora colocavam a questão: ‘onde foram parar os traficantes já que estes estavam fugindo antes da chegada das UPP?’, que é formulada por um de nossos entrevistados:

Para o governador, para as margens do Governo, é um troço muito bom [a guerra avisada]. Só que o que está começando a acontecer? Tá começando a repercutir na imprensa que “ahhh, tudo bem, entrou mas não pegou ninguém, onde foram parar esses bandidos?”. Aí você pode esconder 1,2,3,4,5, ocupações, mas vai chegar uma hora que, aonde foram parar esses bandidos? Então vai chegar um momento que a gente vai fazer invasões, por mais que o sujeito avise, que vai ter resistência. E os grandes complexos, Complexo do Alemão, principalmente, Rocinha, é capaz de ter esse desafio. (Entrevistado 3, gestor)

Duas versões, então, circularam em relação à reformulação da estratégia de ocupação das comunidades – uma que tem a guerra avisada como um aspecto positivo da política, já que evita mortes de inocentes; e outra que aponta para a ineficiência desta forma de atuação, pois permite o deslocamento das zonas perigosas pela cidade.

É no âmbito deste embate que mais duas novas traduções reconfiguraram as UPP's. A primeira delas foi a ocupação do Complexo do Alemão, em outubro de 2010, visando fortalecer e estabilizar a política em relação à controvérsia sobre a guerra avisada. Para esta operação, novas alianças também foram formadas, incluindo o Exército, a Marinha, a Polícia Federal, a Polícia Civil, enfim, organismos Federais, Estaduais e Municipais que mostravam a força e a articulação dos esforços para a pacificação.

Além disso, estabeleceu-se também uma conexão com um novo aliado para compor a política: o disque-denúncia. Este, segundo o Entrevistado 3 (gestor), teve um papel importante desde a primeira implantação de UPP, promovendo a realização de denúncias dos moradores das comunidades ocupadas a respeito da localização de traficantes. Mas foi com a adoção da estratégia da “Guerra avisada”, que a relevância deste dispositivo se tornou ainda maior. Segundo o Entrevistado 1, nas implantações das UPP's da Tijuca, as primeiras em que se adotou esse modelo, a atuação deste dispositivo ganhou destaque, uma vez que

... no primeiro dia [de ocupação] o número de disque-denúncias para a polícia dizendo onde está arma, onde está droga, quer dizer, foi muito grande. Hoje, então, a própria comunidade hoje ela apóia muito, facilita muito o trabalho da polícia, ela interage adequadamente com a UPP. (Entrevistado 1, gestor)

A partir da primeira ocupação na Tijuca, e especialmente quando o Complexo do Alemão foi ocupado, iniciou-se também a divulgação do serviço do disque-denúncia, com a convocação da população à delação dos traficantes a partir de folhetos informativos, como o que pode ser observado abaixo.



Figura 9 - Folheto informativo do disque-denúncia
 Fonte: http://www.disquedenuncia.org.br/?page_id=9

Nota-se então a produção, por meio do disque-denúncia, de uma associação entre comunidade e Estado que se atualiza a partir do exercício de um olhar vigilante dos moradores de favela sobre si e sobre os outros. Para Bruno (2009) e Marx (2002), essa é uma das características de uma nova forma de vigilância, que, transformada pelo novo modelo de governamentalidade, é também exercida de maneira molecular e rizomática.

Bruno (2009) propõe a ideia de uma “vigilância distribuída” como um novo entendimento para o modo como as práticas de vigiar vêm se exercendo na contemporaneidade. Diferente da vigilância panóptica teorizada por Foucault, esta tem como principal característica a descentralização do controle e a incorporação do mesmo em dispositivos diversos. Em suas palavras, trata-se de

uma vigilância que tende a tornar-se incorporada em diversos dispositivos, serviços e ambientes que usamos cotidianamente, mas que se exerce de modo descentralizado, não-hierárquico e com uma diversidade de propósitos, funções e significações nos mais diferentes setores: nas medidas de segurança e circulação de pessoas, informações e bens, nas estratégias de consumo e marketing, nas formas de comunicação, entretenimento e sociabilidade, na prestação de serviços, etc. (BRUNO, 2009, Pág. 156).

Com a descentralização da vigilância e a incorporação da mesma em dispositivos diversos, teremos por consequência uma multiplicidade de objetos da mesma, que não mais se exercerá sobre o indivíduo suspeito, mas sobre todo e qualquer indivíduo. É nesse sentido, então, que Bruno (2009) irá falar em uma vigilância para todos, em que a vigilância passa a

ser considerada como um dever de cada um, mas é também despersonalizada, já que é responsabilidade de todos. O próprio Estado, segundo Rose (2000) investe e incita esta responsabilização por parte dos indivíduos, de modo a se tornar não mais o provedor da segurança, mas um facilitador na manutenção da mesma.

A participação e engajamento na produção da segurança da comunidade se tornam, por sua vez, condições para o empoderamento dos sujeitos sobre suas vidas e escolhas, mas também um exercício de cidadania ativo em relação à comunidade. Assim, o exercício da vigilância passa a estar associado ao exercício da cidadania (ROSE, 2000). Também Bruno aponta para esse fato ao colocar que “Os indivíduos são mobilizados a adotarem, como parte de seu espírito e prática de cidadãos, um olhar e uma atenção vigilantes sobre o outro, a cidade e o mundo” (BRUNO, 2009, pág. 159).

Essa nova modalidade de vigilância parece se articular à segurança a partir da premissa de que “um ambiente seguro é um ambiente vigiado”. Assim, a vigilância é tida como aquilo que possibilita a segurança, e é reforçando isso que atua o disque-denúncia. Mas também podemos nos arriscar a dizer que o que os dispositivos de segurança visam é produzir condições para o exercício da vigilância, isto é, produzir espaços nos quais o controle possa ser exercido à distância.

Uma das condições para que isso ocorra é o cadastramento dos indivíduos nos bancos de dados do governo para que esses possam ser inseridos em séries de fluxos e estatísticas. No âmbito das UPP’s, esse foi um trabalho para as UPP’s Sociais, que passaram a operar junto com as UPP’s a partir de outubro de 2010, com a função de articular o fornecimento de serviços básicos para a população das comunidades pacificadas, de modo a reverter os legados da violência e exclusão territorial. É o que aponta o fragmento abaixo retirado do site oficial deste projeto:

A UPP Social (...) conta com uma equipe de gestão que atua diretamente nos territórios pacificados, **produzindo informações detalhadas sobre cada área de UPP**, reconhecendo os que já atuavam no local antes da pacificação, fortalecendo as vias de diálogo entre moradores, lideranças e gestores públicos, mobilizando as instituições capazes de suprir as demandas de cada comunidade e apoiando a execução das ações previstas.²⁶

Como podemos ver, na articulação realizada por meio das UPP’s Sociais, a produção de informações sobre as comunidades e seus moradores tem o papel fundamental. Tendo isso em vista, podemos concordar com a formulação de Rose (2000), em que o autor defende que

²⁶ O site oficial do projeto UPP Repórter pode ser acessado pelo domínio <http://www.uppsocial.com.br/>.

nos circuitos de exclusão a questão não é apenas coagir os excluídos, mas produzir conhecimento sobre estes que sirvam como base para a identificação daqueles que representam risco, e para o reconhecimento dos que podem ser gerenciados dentro de circuitos abertos de controle. Assim, podemos considerar as UPP's Sociais como mais um dispositivo de segurança que atua no âmbito das UPP's e, mais do que isso, exerce um papel fundamental na produção de dados para o controle e vigilância.

Como podemos ver, estamos de novo às voltas com a questão do “fazer viver e deixar morrer”, que, diante das resistências oferecidas às UPP's, parece ter sido o eixo que permitiu a reorganização da política, e, assim, o seu fortalecimento no processo de estabilização.

5.1.3. As resistências oferecidas pelos policiais

Além das resistências oferecidas por moradores das favelas pacificadas e traficantes, também os policiais que foram integrados às UPP's apresentaram algumas oposições ao modo de atuação que estava sendo proposto.

Na favela Santa Marta, onde ocorreu a primeira ocupação, alguns dos policiais que foram designados a trabalharem nas UPP's, e até mesmo recrutas, chegaram a pedir transferência para os Batalhões, segundo conta o Entrevistado 8:

Ah, quando tivemos que estudar a UPP, os policiais que vieram pra cá, recrutas que a gente chama, então eles tinham uma visão de que policial tinha que combater, trocar tiros e tal, e muita gente veio pedir pra ser transferido. Falavam na época “não era isso que a gente queria, manda a gente pro Batalhão, não sei o quê...” (Entrevistado 8, policial)

Esta visão dos policiais é, segundo Cunha (2004), resultado da formação e socialização do policial no Brasil, que enfatiza as práticas violentas e um modelo de atuação militarizado. As políticas públicas de segurança anteriores reforçavam essas práticas, de modo que já se chegou a declarar o deslocamento de táticas e práticas de guerra para a segurança urbana, especialmente, para as favelas; e a oferecer premiações àqueles policiais que matavam traficantes (BARCELLOS, 2006; KANASHIRO, 2009).

Com a política de pacificação, a proposta é de que esta atuação, que durante anos foi corroborada pelo Estado, mude drasticamente, de modo que o policial passe a ter atribuições mais relacionadas ao cotidiano das comunidades. Um trabalho, então, menos combativo e

repressivo, mais voltado para a população em geral do que unicamente para os criminosos, e, portanto, mais condizente com os novos modelos de vigilância e segurança.

Hoje a gente faz mais é mediação de conflitos, briga de vizinho, a gente coloca as partes uma de frente pra outra e tenta resolver o conflito na forma da lei. Esse é até um dos fundamentos da polícia pacificadora. (Entrevistado 9, policial)

Mas a resistência dos policiais em abandonar práticas antigas não se resumiu aos pedidos de transferência. Ao contrário, a mídia divulgou uma série de reportagens onde os oficiais que estavam integrados às UPP's eram protagonistas de episódios de roubos, extorsão, violência, etc. Vera Malaguti Batista denuncia alguns desses eventos a partir de algumas matérias divulgadas em jornais de circulação no Rio de Janeiro:

Na Folha apareceram matérias sobre os relatos dos moradores do Alemão, denunciando a existência de corpos na mata com a polícia impedindo o acesso ao local. No dia 1º de dezembro, a Folha também noticiou as queixas de abuso dos moradores, mas nada poderia empanar o sucesso do plano. É incrível como meses depois vem à tona o conjunto de atrocidades, roubos, extorsões cometidas contra os pacificados; escutas mostravam policiais dividindo o botim, uma verdadeira Serra Pelada, diriam eles. (BATISTA, 2011, pág. 5)

De fato, o processo de ocupação do Complexo do Alemão foi o que mais colocou em cheque a atuação de policiais. Entretanto, o Alemão é um caso bem específico, já que desta ocupação participaram o exército, marinha, polícias civil, militar e federal, dentre outras instituições. Em todo caso, em outras comunidades também surgiram denúncias de corrupção, roubo e extorsão de agentes das UPP's em diversos veículos de mídia. Algumas manchetes podem ser citadas: “Rio investiga denúncia de extorsão policial em UPP” (Destak Jornal, 04/05/ 2011); “PM de UPP é preso por suspeita de roubo na baixada” (Portal de notícias R7, 15/09/2011); “PM investiga corrupção entre policiais de UPP no Rio” (FOLHA, 11/09/2011); “PM admite corrupção em UPP do Catumbi e afasta comando da Unidade” (Portal de notícias R7, 11/09/2011). As reportagens publicadas por estes veículos faziam referência especialmente às UPP's do Borel, Catumbi e da Coroa/Fallet-Fogueteiro, onde os esquemas de corrupção vieram a público.

Essas formas de resistência, que se opõem ao policiamento de proximidade pregado pela política de pacificação e insistem nas antigas práticas de repressão, extorsão e corrupção, nos permitem indagar até que ponto essa medida de alocar policiais recém formados é de fato

capaz de mudar o olhar do policial acerca de suas práticas e seus conceitos sobre o morador de favela; e também o inverso, ou seja, o olhar do morador de favela acerca do policial e de suas práticas. A esse respeito, podemos concordar com Cunha (2004) quando esta aponta para a necessidade de

...reconhecer que iniciativas tais como programas de reforma e profissionalização direcionados às instituições de segurança pública se defrontam frequentemente com uma cultura policial que se expressa através da resistência às mudanças e da inércia da própria organização das instituições policiais (CUNHA, 2004, pág. 205)

Nesse sentido, Cunha (2004) também afirma que a realização dessas reformas precisa considerar o fato de que o processo de formação não inclui apenas um conjunto de disciplinas, mas também um processo de iniciação do profissional em seu contexto de trabalho que irá configurar sua identidade profissional e seu olhar sobre o campo de atuação.

Ora, os policiais das UPP's são formados com alguns poucos diferenciais, que se resumem a duas semanas de curso preparatório extra, nas quais são lecionadas disciplinas de direitos humanos e polícia de proximidade. Entretanto, ainda nesse curso preparatório estendido, são também treinados pelo BOPE para as ações de desdobramento de terreno, e, quando se formam, passam a ser chefiados por policiais que já possuem experiência na corporação policial. São, portanto, os policiais formados nos moldes da “antiga polícia” que irão conduzir a iniciação dos recrutas e, mais do que isso, comandá-los, o que nos leva a questionar, também, a inserção das novas disciplinas de forma isolada nos currículos dos recrutas e a capacidade de essa reformulação produzir efeitos significativos na atuação dos policiais.

Isso posto, nota-se que o estabelecimento de uma polícia comunitária que seja de fato uma “nova polícia” parece estar condicionado menos à inserção de recrutas nas comunidades, e mais ao envolvimento dos policiais (recrutas ou não) no projeto de uma polícia voltada para a prevenção. É justamente isso que os policiais entrevistados apontam como um dos maiores desafios da UPP.

A ideia da polícia comunitária é que quanto mais tempo você conseguir manter o policial ali naquele local melhor. Porque a ideia é sempre uma aproximação com a comunidade, então você mudando muito os policiais, até ele estabelecer aquela relação de confiança que você tem hoje com os policiais que estão aqui há 3 anos, eles já conhecem, ele tá sempre lá no posto da praça Corumbá. Ele sabe quem saiu de manhã pra trabalhar, a hora que sai, quem é, sabe a hora que volta, faz o quê, aonde mora, é parente de quem, então isso aí facilita muito o trabalho e vai criando aquele vínculo do

policial com o morador e isso aí faz com que o morador tenha confiança no policial... Então se troca muito o policial atrapalha o princípio básico da polícia comunitária que é o policiamento de proximidade. (Entrevistado 8, policial)

Como podemos ver na fala acima, são compromisso com a comunidade e envolvimento com a ideia de polícia comunitária que permitem o estabelecimento de uma relação de confiança com a comunidade, e, mais do que isso, o exercício de um policiamento não mais balizado unicamente pela repressão, mas que mescla dispositivos disciplinares de vigilância com aqueles contemporâneos de controle de fluxos para a segurança da população.

6. O SOCIAL CHEGA AO MORRO

Todas as reformulações promovidas pela UPP fizeram com que ela obtivesse uma aceitação cada vez maior, inclusive dos moradores de favelas pacificadas. Apesar de não acabar com o tráfico, a “retomada” do território e a retirada do domínio armado das facções criminosas ocasionou o fim de uma série de constrangimentos causados pelos confrontos entre polícia e traficantes que, antes, eram frequentes na vida daqueles sujeitos.

O fim desses constrangimentos, que não eram provocados apenas por traficantes, mas também por policiais, permitiu uma reorganização da experiência de vida nas favelas que tem a fala do crime como fio condutor (CALDEIRA, 2000). Como podemos ver nas falas que se seguem, uma fragmentação temporal que opõe “antes” e “depois” da UPP é reproduzida para significar os novos processos engendrados pela pacificação.

Esse projeto entrou dentro da comunidade e, não é que tenha acabado com o tráfico, mas assim, aquele enfrentamento que tinha entre bandido e polícia acabou, aquele risco de bala perdida, de você subir de madrugada no meio do tiroteio, tomar uma bala e morrer, essas coisas acabaram, ou seja, há muito tempo que a gente não escuta um tiro dentro da comunidade. (Entrevistado 4, morador)

O nosso morro hoje está bom, porque está existindo mais tranquilidade, não se vê tiro, não se vê guerra. No morro, hoje, pode subir gente que antigamente não subia. Duvido que vocês estivessem aqui. O bandido ia querer saber pra onde é que vocês iam: “Onde vocês vão?, casa de quem?”. (Entrevistado 5, morador)

Esta oposição entre antes e depois, sendo o “antes” relacionado ao período marcado pelos constantes tiroteios, e o “depois” marcado pela “tranquilidade”, como diz o nosso entrevistado, acaba por favorecer a adesão à ocupação policial, ainda que também os policiais tenham participado da produção de experiências associadas ao momento anterior às UPP’s. Isso ocorre porque, como aponta Caldeira (2000), esta oposição entre antes e depois muitas vezes dá origem a outra divisão também simplista entre bom e ruim, bem e mal.

É claro que esta não é uma equação simplista, em que a polícia passa a estar associada ao bem e o tráfico ao mal. Na verdade, em nossas entrevistas, pudemos perceber que tanto a relação que se estabelecia com a polícia quanto aquela com o tráfico eram negativamente marcadas, como podemos ver nos relatos abaixo:

De vez em quando tinha uns aborrecimentos, mas eu tenho me aborrecido mais com a polícia aqui do que próprio com a malandragem, porque a polícia não respeitava a gente. Chega aqui e empurrava a porta dos outros com o pé, esculhambava a pessoa, chamava a pessoa de tudo quanto é nome. Tirava a maior onda braba aí com a pessoa Só faltava deixar a pessoa nua na frente da família, de todo mundo. (Entrevistado 5, morador)

[O tráfico]quase todo dia matava (...) Eles matava e levava lá pra cima. Queimava, enterrava. (...) eles matava qualquer um. Tanto eles matava os cara que trabalhava com ele, como matava um morador. Se o morador vacilasse e caguetasse ele matava. Não era só assim, briga nem nada não. Vinham e entrava lá por baixo, leva lá pra cima. Já sabia que era pra matar, aí matava aqui por cima, pelo campinho. (Entrevistado 6, morador)

É notório que os moradores viviam em meio a uma tensão que se estabelecia tanto em relação à polícia quanto em relação aos traficantes, e parece ser o fim desta tensão que está no pólo positivo da divisão entre bem e mal. Assim, é a pacificação que é considerada “boa”, em contraposição à violência e a guerra, que se considera “ruim”.

Mas para que essa avaliação positiva ocorresse, foi necessário que a UPP empreendesse mais do que somente a retomada de territórios, por diversos motivos. Em primeiro lugar, podemos citar a resistência da população em relação à polícia, que dificultava a realização da proposta de policiamento comunitário. Em segundo lugar, a existência de um policiamento específico para as áreas de favelas poderia reforçar a classificação de “classes perigosas”, e gerar efeitos de segregação e criminalização ainda maior das populações faveladas, que se veriam sob a afirmação de um Estado de Polícia. Por último, podemos ressaltar o fato de que durante anos a favela conviveu com a imposição do tráfico e a omissão do Estado, e foi justamente se apropriando das responsabilidades que deveriam ser conferidas ao Estado que o tráfico se expandiu, ou seja, através de políticas assistencialistas que garantiam a alguns dos moradores de favelas as condições básicas de existência.

Nesse sentido, a associação das UPP's com políticas sociais se tornou uma estratégia de extrema importância para a estabilização e aceitação da pacificação. O próprio Secretário de Segurança Pública chegou a afirmar, em entrevista para o jornal O GLOBO, que “nada sobrevive só com segurança. Não será um policial com um fuzil na entrada de uma favela que vai segurar, se lá dentro as coisas não funcionarem” (BOTTARI e GONÇALVES, Jornal O Globo, 29/05/2011 – Anexo III). Também um de nossos entrevistados corrobora essa perspectiva, e ressalta ainda o risco do estabelecimento de um Estado policial autoritarista se outras instâncias do poder público se fizerem ausentes no processo de pacificação.

Com a UPP existe um choque realmente... de cultura. Porque a polícia chega num primeiro momento e tenta organizar todo aquele espaço. Só que se a polícia se intrometer muito nisso, nesse processo, ela passa a exercer funções arbitrárias, que não são da sua função. O que o projeto UPP entendeu? “Bom, até aqui é a área da polícia, a partir daqui nós precisamos do apoio de outros órgãos”. São coisas que não são da nossa área de atribuição: luz, água, lixo, tudo, educação, tudo isso aí atende a representatividade na nossa sociedade. Então vamos racionar esses canais e pedir que eles se engajem e juntem com a gente. (Entrevistado 2, gestor)

Assim, a garantia dos direitos sociais, por meio do “acionamento de canais”, passou a ser a tarefa da UPP Social, que se tornou parte indissociável do projeto de pacificação e imprescindível para os agenciamentos que possibilitaram sua expansão.

A equipe da UPP Social inicia seus trabalhos nas comunidades juntamente com o efetivo policial da UPP, na reunião que marca a transição da segunda para a terceira fase de ocupação. Nessa reunião são levantadas as necessidades e prioridades da comunidade em questão, e, a partir dessas demandas, a equipe irá intermediar a entrada de outras secretarias do Município e do Estado, além de empresas privadas, projetos sociais, etc.

A UPP Social dá uma outra dimensão para a política de pacificação, possibilitando sua caracterização como um dispositivo de segurança mais do que como um mecanismo disciplinar. Embora haja um policiamento vigilante – e, poderíamos também dizer, disciplinador –, com a introdução de políticas sociais a UPP estabelece um foco significativo na produção de condições de existência, ou seja, no ‘fazer viver’ tanto os moradores da favela, quanto a população em geral que circula pela cidade e deixa de ser atingida pela criminalidade.

Para tanto, os dispositivos diversos engajados neste projeto acabam se prestando também à função de dispositivos de segurança por possibilitarem – através de cadastros de moradores, de ruas, de fornecimento de crédito – o controle à distância dos fluxos nesses locais. Com a presença e atuação desses dispositivos na política de pacificação, não apenas a polícia tem o papel de vigiar os indivíduos e controlar os fluxos, mas todas as instâncias públicas e privadas que compõem o coletivo denominado UPP Social.

No âmbito das UPP’s, acredita-se que é justamente esta integração de serviços para a realização de ações sociais e urbanização à política de ocupação policial que acabam por levar a paz às favelas. Esta concepção de paz, como veremos mais adiante neste trabalho, está fortemente associada à produção de normalidades e de circulação nesses espaços, e, sendo assim, está também relacionada à um modelo de urbanidade e sociabilidade que se produz na cidade.

Como vimos nos capítulos anteriores, a divisão entre favela e cidade está pautada em alguns estereótipos que se formam em relação a estes espaços urbanos. De acordo com Burgos (2006), tais estereótipos, que levam ao entendimento da favela como um problema, surgem do incômodo que esta causa à urbanidade da cidade. É fato que atualmente este incômodo é muito mais traduzido em termos da violência e seu transbordamento para outras zonas urbanas. Entretanto, Burgos (2006) aponta que as primeiras abordagens da favela como espaço apartado da cidade se dão pelo viés sanitarista, que repudia as condições de vida insalubres daqueles espaços, e os indica como “aberrações” que não poderiam constar no mapa das cidades.

Com o aumento da criminalidade e o fim das políticas remocionistas, essa concepção higienista parece ter sido ofuscada, mas não deixou de existir. Um exemplo atual pode ser encontrado na matéria abaixo do jornal O Globo, que relata a pressão exercida pelo Governo do Estado do Rio sobre o Google Maps para que as favelas não ganhassem destaque no mapa da cidade.

Terça-feira, 26 de abril de 2011 O GLOBO RIO • 17

Google modificará seus mapas sobre o Rio

Site promete hierarquizar dados e aprimorar apresentação para que favelas não tenham mais destaque do que bairros

Laura Antunes

• Um alento para os cariocas informados com os mapas do Rio disponibilizados pelo Google, a maior ferramenta de buscas na internet do planeta, que priorizam as favelas, mesmo as minúsculas, e ignoram bairros como Humaitá e Cosme Velho: o site promete, no prazo de seis meses a um ano, alterar todo layout de seus mapas, hierarquizando as informações. Ou seja, os bairros terão mais destaque, assim como os pontos turísticos da cidade, que hoje não são localizados. As favelas, por sua

vez, continuarão indicadas, mas apenas quando o internauta aumentar o zoom.

— O Google nunca teve a intenção de difamar o Rio, até porque quem elabora os mapas da cidade é um carioca. O problema é a falta de critério das informações, lançadas no mapa sem hierarquia. Compramos as informações sobre a cidade e as usamos sem priorizá-las — explicou Félix Ximenes, diretor de comunicação do Google.

Segundo ele, a meta é aumentar o grau de qualificação dos dados para que, ao clicar nos mapas, o internauta receba pri-

meiro as informações mais importantes, como os bairros e, por meio de zoom, os sub-bairros com suas ruas e, somente então, as favelas.

— O Rio sofre mais com a falta de critério das informações porque, numa mesma faixa estreita de terra, aparecem bairros de classe média e favelas. Em São Paulo, por exemplo, isso não ocorre porque as favelas ficam na periferia — explicou.

Hoje as favelas, pelo Google Maps, têm o mesmo status dos bairros. O tamanho das letras usadas para escrever os nomes é o mesmo.

Falando em nome do prefeito Eduardo Paes, o secretário especial de Turismo e presidente da Riotur, Antonio Pedro Figueira de Mello, classificou como um absurdo os mapas do Rio no Google. De acordo com ele, em 2009 a Riotur enviou ofício ao Google para que incluisse os pontos turísticos da cidade nos mapas e diferenciasse as favelas dos bairros.

— Na época, o Google nos comunicou que não havia como alterar os mapas, mas, agora, com tanta repercussão, espero que esses mapas sofram alterações — disse o secretário. ■

Reprodução da internet



O GOOGLE MAPS mostrando o Rio como um aglomerado de favelas

Figura 10 - Google modifica mapas para esconder favelas.

Dois aspectos, portanto, produzem essa ideia de partição da cidade: a criminalidade e o sanitarismo, que em uma abordagem mais restrita²⁷, faz referência às condições de vida nas favelas. É justamente sobre dois aspectos, então, que as UPP's vão atuar, buscando perpetuar o modelo de urbanidade da cidade.

²⁷ Em uma visão mais ampla poderíamos entender o sanitarismo como a proposta de limpeza da cidade no sentido de retirada dos favelados de cena.

Nesse sentido, as primeiras providências tomadas pelas UPP's Sociais são em relação aos serviços básicos de água, luz, esgoto, coleta de lixo, gás, etc. Em seguida, os esforços se voltam para a implantação de projetos sociais, de educação, qualificação profissional, saúde e turismo. O provimento desses serviços, somado às ações de segurança, possibilita que estes locais ganhem novos significados, de modo a não serem mais considerados como zonas de risco. É o que também aponta um dos entrevistados:

Pra mim o que mudou é que ela [a UPP] veio permitir com que as comunidades verdadeiramente ocupadas não sejam tratadas mais como área de risco. O Santa Marta hoje tem a Light trabalhando perfeitamente dentro da favela, tem médico de família que atende todo mundo em casa, tem turistas, tem turismo a todo vapor - recebemos hoje quase 4 mil turistas por mês aqui no Santa Marta -, temos Fundação de Assistência técnica dentro do Santa Marta, temos um CETEP - Centro Tecnológico Profissionalizante aqui no Santa Marta -, temos o CBI, um projeto de educação, a informatização, todo mundo com acesso a informatização, temos telecursos levando complemento escolar para os moradores, temos a Secretaria de Obras realocando famílias que moram em situação de risco, famílias com casas caindo... Então essas pessoas estão tendo um pouco mais de dignidade, quando ganham um apartamento, quando ganham uma casa nova. Então já está havendo a transformação social. (Entrevistado 7, morador)

As mudanças observadas no fragmento acima nos apontam para uma concepção de social e para outra de transformação social. A primeira confirma o caráter inteiriço desse tecido híbrido, que agrega naturezas e culturas para produzir mundos de vida. O social é, portanto, a Light, o médico da família, os turistas, a Fundação de Assistência Técnica, o acesso a informação, o telecurso, os apartamentos e as casas novas. Ele é um constante traçar de associações por diferentes veículos, e não algo que está a priori definido. Já a transformação social, no sentido empregado pelo Entrevistado 7, é a própria configuração do social do modo como agora ele o define. Transformação, portanto, de casas caindo em apartamentos e casas novas; de áreas de risco para ponto turístico - um contraponto entre ausências e presenças, que baliza também o entendimento do Entrevistado 4 quando este afirma que a UPP “traz o social para dentro da comunidade”.

Mas a chegada do social não ocorre sem mais deslocamentos. Tendo em vista a provisão de todos esses serviços, a redução dos riscos, e levando-se em consideração o estabelecimento de condições de circulação e mercado, a prefeitura do Rio e o Instituto Pereira Passos passam a considerar alguns dos territórios pacificados como *ex-favelas*.

A caracterização do que veio a ser denominado ex-favela é exposta em uma reportagem do Jornal O Globo também do dia 29/05/2011 (ver Anexo IV): áreas que, como

qualquer outro bairro da cidade, são atendidas por serviços básicos e possuem boas condições urbanísticas, contando com saneamento básico e arruamentos. Foram 44 os locais que deixaram de ser considerados como favela. Dentre estes, estão algumas comunidades que ainda não foram pacificadas e outras que já receberam as UPP's, como é o caso da Santa Marta.

A concepção de ex-favela traz consigo uma controvérsia acerca do próprio conceito de favela e o seu oposto, de cidade. O Instituto Pereira Passos e a Prefeitura consideram que não são favelas as comunidades que atendem a um determinado padrão urbanístico e são atendidas por serviços sociais. Por outro lado, especialistas como o presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil, também chamado a dar seu depoimento para a reportagem, afirma que a segurança é condição fundamental para a integração de uma favela à cidade e a sua consideração como bairro.

De qualquer modo, poder-se-ia dizer que o Dona Marta, após a política de ocupação, cumpriria todas as condições para não mais ser considerada como favela, como de fato ocorreu. Entretanto, alguns de nossos entrevistados nos apresentam relatos não muito consonantes com esta concepção, alertando que, mesmo tendo sido a primeira comunidade a ser pacificada, há 3 anos, a comunidade até hoje não conta com serviços de coleta de lixo, esgoto encanado e nem mesmo fornecimento de luz satisfatórios e a preço justo.

Aí a gente paga. Agora eles tão cobrando a luz, cobrando a água e cobrando o esgoto. Você vê, tem canto aí que o esgoto é descendo favela abaixo. Quando chove é uma tristeza. Quando chove você vê, você anda por aqui é pisando dentro do esgoto, a água. (Entrevistado 6, morador)

O único problema é a desigualdade dos valores da conta de luz. Que a água ela vem num valor fixo pra todo mundo, água e esgoto, mas a luz não, a luz ela vem... ela é pra uma família que tem, como eu falei, que tem tudo dentro de casa, ele paga R\$90 e se eu só tiver uma televisão e uma geladeira vou pagar R\$90 também, ou seja, não é igualdade isso, é desigualdade. Na verdade, tem que ser por consumo, se você consumir muito você paga muito, se você consumir pouco você paga pouco. (Entrevistado 4, morador)

Isso mostra que a integração entre setores tem se mostrado demorada e pouco efetiva, especialmente quando se trata do provimento dos direitos sociais básicos. Reconhecendo a demora para o provimento desses serviços, o Entrevistado 3 elege este como o principal desafio da política. Ele relata:

Mas os serviços públicos, isso demora. A UPP Social, que implantaram agora com a Secretaria de Ação Social, isso demora. Tinha que ser mais rápido. E o morador não tem nada. Nego lá não tem nada. Então ele precisa

disso lá. Aí depois, já que tá seguro, então vamos fazer o que? Luz, internet a preço moderado, net, TV a cabo a preço justo, luz a preço justo, serviço de gás no padrão, saneamento básico, ações sociais, é... implantação de... ações sociais, aquilo não tem nada, entendeu? Não tem nada. E isso tá demorando pra caramba. Em relação à nossa velocidade tá... A iniciativa privada, ela é muito mais rápida. (Entrevistado 3, gestor)

A mesma demora, no entanto, não ocorre quando se trata das ações que têm como mote principal a promoção de circulação e desenvolvimento de mercado na área da favela, como os programas de legalização do comércio e de turismo. Estes, assim como os serviços oferecidos por empresas privadas, chegam rapidamente às comunidades, e atualizam a proposta de fazer desses locais alvos para o *branding* publicitário que visa a captação de recursos para o Rio em decorrência dos grandes eventos que se aproximam (JAGUARIBE, 2011). Esse objetivo é claramente apontado por um dos entrevistados na fala abaixo:

Então tudo isso é um aquecimento da economia. Um exemplo que a gente pode dar é a questão do turismo. Existem comunidades que tem potencial turístico. É o caso do Santa Marta que foi a primeira a receber o projeto Rio top Tour. No primeiro mês já foram 4.500 visitantes, na favela. Faz parte hoje do roteiro da secretaria de turismo, passar pras organizações, as entidades e a iniciativa privada que trabalha com turismo que eles tem que levar, que ele pode levar o turista nacional e internacional pra esses locais. Então hoje ele pega ali o turista e leva pra comunidade e eles ficam encantados. Por que lá no Santa Marta você tem uma vista linda, tem vários pontos históricos e famosíssimos como a estátua do Michael Jackson os pontos de visita da Madona. Então tudo aquilo ali, aliado a beleza do local e tudo mais faz o aquecimento. E o projeto num é só esse, o projeto ele visa trazer um retorno pra comunidade que é o que? O aquecimento da economia, passando da esfera informal para a formal. (Entrevistado 2, gestor)

Essa dinâmica, que parece priorizar o desenvolvimento de alguns serviços, tem produzido algumas consequências importantes de serem consideradas, especialmente quando levamos em consideração a proposta da UPP de integrar as favelas (ou ex-favelas) aos bairros da cidade.

Consideremos em primeiro lugar a formalização do comércio local. É sabido que durante anos, os jovens da favela foram atraídos pelo tráfico pela possibilidade de enriquecimento rápido que este representava. Uma vez que muitos desses jovens eram procurados pela polícia, era na própria favela que o dinheiro ganho através do tráfico circulava. Com o fim do domínio dos traficantes, então, o comércio local acabou sendo atravessado por dois processos: um de baixa nos lucros, já que era o tráfico que produzia a circulação de capital na favela; outro de legalização dos estabelecimentos, para a qual uma

série de requisitos deveriam ser cumpridos. O resultado foi, então, o desenvolvimento de novos meios de sobrevivência, como conta um dos entrevistados:

Olha, realmente assim, pros comerciantes foi ruim o fato das UPP's, por que? por incrível que pareça, 80% do dinheiro que circulava na comunidade era dinheiro que tinha alguma origem do tráfico, ou seja, o traficante, se ele fosse beber a Coca-Cola, ele comprava no comércio, se ele fosse fazer uma festa, ele comprava no comércio, tudo que ele fosse fazer, ele comprava no comércio da comunidade, ou seja, o pessoal vinha da rua, comprava droga, né?, esse dinheiro ia pra mão do traficante e esse dinheiro girava dentro da comunidade, ou seja, quando acabou isso, os comerciantes foram os primeiros a sentir, muitos fecharam o comércio, alugaram, fizeram quartos, fizeram quitinete, por que tá dando mais retorno do que você ter um comércio. (Entrevistado 4, morador)

Essa adaptação dos comerciantes foi também relatada por uma das pessoas com quem tivemos uma conversa informal durante uma das visitas realizadas a campo. Dono de um antigo bar da comunidade que costumava ser frequentado por traficantes, ele nos conta que chegou a ser pressionado para o fechamento do estabelecimento, de modo a se adequar às transformações pelas quais a favela vinha passando.

O outro aspecto que merece ser ressaltado é o desenvolvimento do turismo na Santa Marta, que passou a ser cadastrada no programa Rio Top Tour. O desenvolvimento do turismo em favelas cariocas é uma tendência que vêm se desenvolvendo desde a década de 1990, tendo a favela da Rocinha como uma precursora (FREIRE-MEDEIROS, 2010). Mas, o desenvolvimento dessas práticas em favelas pacificadas, com o apoio do Estado, deixa entrever a importância das mesmas na concretização do *branding* publicitário, que tem por objetivo a transformação da imagem da cidade e a reapropriação de ambientes considerados como ameaças aos investimentos econômicos (JAGUARIBE, 2011). Nesse sentido, o que o turismo apresenta é um novo conceito de favela, agora pacificada, e que pode ser “vendida e consumida com um valor monetário acordado entre promotores e consumidores em diferentes partes do mundo” (FREIRE-MEDEIROS, 2010, pág. 34).

Sem engrossar o coro que afirma que “turismo na favela é zoológico de pobre”, os moradores da Santa Marta entrevistados para essa pesquisa afirmam aprovar as práticas de turismo, como podemos ver nas falas que se seguem:

Hoje tá todo mundo subindo a comunidade pra fazer evento, por que tá no momento. Você vê pessoas famosas aqui, pessoal de Record, de Globo, Malhação, você vê essa quadra aqui sempre cheia, pessoal... ou seja, não tem mais aquele receio "ah, vou subir o morro pra frequentar uma festa. Não vou", acabou isso. Hoje, aqui virou um point do Rio, igual uma Gávea da

vida, Baixo Leblon, Baixo Gávea, Cobal do Humaitá, Cobal do Leblon. Hoje é a mesma coisa e tem muitas pessoas que ficam até com inveja da comunidade, do que acontece dentro da comunidade. Que são os sambinhas, geralmente é samba, né? (...) Isso é o lado positivo né? por que isso que traz coisas, traz melhorias para a escola de samba que precisa, até financeiramente, por que aí é... muitas empresas passam a olhar a comunidade com outros olhos, querem conhecer a comunidade... Tá acontecendo devagarzinho, mas têm muitas empresas já vindo aqui pra ajudar, de qualquer, não seja como, não importa como ela vai ajudar, mas só em já tá aqui, tá divulgando o nome, já tá ajudando. Depois vai vir com as melhorias. A gente tá sempre pedindo. (Entrevistado 4, morador)

Hoje o Santa Marta recebe quase 10.000 turistas por mês. Então é uma comunidade que está disputando mercado de turismo com Pão-de-Açúcar e Corcovado. Então hoje é diferente lá do Santa Marta. Hoje o Santa Marta saiu das páginas policiais. A gente está na página social, cultural e de turismo. (Entrevistado 7, morador)

Essa aceitação, que, para intelectuais e pessoas de classes média e alta, é geralmente considerada absurda, tem explicações importantes que Freire-Medeiros (2010) nos ajuda a compreender. Ao pesquisar o turismo em uma favela carioca, esta autora constata que, apesar de beneficiar diretamente poucos moradores das favelas, já que a verba arrecadada com essas práticas não é distribuída, o turismo pode possibilitar um ganho eventual e pontual para alguns moradores, em especial as crianças. Essa constatação da autora se confirma também em nossa pesquisa de campo, na qual muitas vezes fomos abordadas por crianças que se ofereciam como guias em troca de dinheiro, ou simplesmente pediam. “Good Money, please!”, me disse certa vez uma criança que, com seu inglês precário, vinha me pedir alguns trocados.

Um outro ponto ressaltado por Freire-Medeiros (2010) como capaz de favorecer a aceitação do turismo é a noção de que a relação turista-morador pode fazer frente à “metáfora de guerra”, e à ideia amplamente divulgada na mídia de que os moradores da favela são invariavelmente conviventes com o tráfico. Nesse sentido, a autora aponta que quando os moradores

identificam como principal característica positiva do turismo na favela a visibilidade e a produção de contraestigmas, está sendo posta uma recusa à invisibilidade e aos estigmas que nós, sociedade brasileira, ajudamos a produzir ao longo desses cem anos de favela (FREIRE-MEDEIROS, 2010, págs., 42-43).

De fato, todos os serviços conferidos a partir da implantação das UPP's produzem uma visibilidade de outro tipo para esses territórios. Antes unicamente associados ao tráfico, agora

a favela pode ganhar novos sentidos, apesar dos problemas levantados sobre a efetividade do fornecimento de serviços básicos.

Mas há que se ressaltar que essa ressignificação da favela também conduz a um revés significativo no desenho da paisagem urbana. É que, com as intervenções realizadas a propósito das UPP's e das demais instituições, a favela se torna um espaço enobrecido. A garantia de acesso aos serviços básicos e o *status* de ex-favela faz com que o custo de vida nesses territórios aumente, e acaba impelindo a saída forçada de alguns de seus moradores, que não conseguem mais se manter nestes espaços. Um de nossos entrevistados nos dá seu diagnóstico:

... em breve pobre não vai morar aqui. Porque aqui o custo de vida está cada vez aumentando mais. A gente vai chegar uma época aqui que a gente não vai poder pagar mais os impostos. (Entrevistado 5, morador)

Esse processo de enobrecimento ou *gentrification*, como é nomeado na língua inglesa, é, segundo Leite (2002), uma consequência de intervenções que buscam construir uma nova imagem para a cidade, e o fazem a partir da eleição de certos espaços considerados como centralidades, e da transformação desses em áreas de investimentos público e privado. A intervenção nesses espaços busca justamente reativar os fluxos de investimentos para a economia local, de modo a produzir a valorização e espetacularização do espaço urbano. Leite ressalta:

... os bairros enobrecidos parecem perder sua potencialidade como espaço público de dissensão política e equidade de participação. Uma questão fundamental, entretanto, é saber em que medida essa “desapropriação de sujeitos” não corresponde também a uma reapropriação de outros sujeitos. Se por um lado as práticas de *gentrification* separam esses lugares dos que neles vivem – na medida em que parecem alienar o patrimônio dos seus usuários através das relações econômicas de consumo –, por outro, é possível que esse mesmo processo amplie as possibilidades interativas (conflitivas ou não) entre aqueles que neles interagem. (LEITE, 2002, pág. 121).

Duas possibilidades, então, estão postas quando um território é enobrecido: a desapropriação de sujeitos, e a reapropriação de outros. Essa concepção nos remete novamente aos estudos de Rose (2000), quando este revela que os dispositivos de segurança e vigilância podem levar à produção de circuitos de inclusão, mas também deslocar os circuitos de exclusão e redesenhar o mapa da cidade, das zonas de risco e criminalidade.

No Dona Marta, como já vimos, alguns moradores já foram desapropriados de suas casas, e outros temem essa possibilidade. Por outro lado, também começa a se esboçar a

reapropriação da favela por outros segmentos. Um exemplo é o grupo Spanta Neném, que promove um bloco de carnaval na cidade, e passou a realizar festas na quadra da Escola de Samba Unidos do Santa Marta. O turismo, os projetos sociais e esportivos também são ações que possibilitam novos encontros.

Contudo, uma questão permanece relevante: Será que esses encontros significam a aproximação entre morro e asfalto? A visibilidade da favela e seu enobrecimento estariam produzindo a integração da cidade? Ou o estaríamos produzindo nova modalidade de exclusão, agora por meio justamente da inclusão? E mais, essa possível integração seria um indicativo ou um produto do estabelecimento da paz nesses territórios?

7. “SE TIVESSE PAZ ELES NÃO ANDAVAM ARMADOS”

A paz, conceito estampado na nomenclatura da UPP, aparece em nossa pesquisa como um conceito controverso. Objetivo último da política, as diferentes acepções produzidas permitem refletir sobre os paradoxos que a política presentifica, sobre o que estamos produzindo.

Mas antes de expormos essas controvérsias, é necessário atentarmos a algumas considerações de Foucault, que nos auxilia a compreender a noção de paz como algo dinâmico que se produz constantemente, seguindo as transformações nas relações de poder e nas tecnologias de controle e vigilância.

Pudemos observar no capítulo 4 que a ideia de paz como conceito apartado da religião foi instituída com a criação do dispositivo diplomático-militar para traduzir a ausência de dominação de um Estado sobre o outro. Assim, se antes a paz esteve relacionada à salvação que poderia ser garantida pelo soberano por ser este considerado um enviado divino; agora passa a ser entendida como uma arte política que visa o equilíbrio entre os diferentes Estados e possibilita o vínculo entre esses. Nesse período, considera-se que “a paz universal é a estabilidade adquirida na e pela pluralidade, por uma pluralidade equilibrada” (FOUCAULT, 2008b, pág. 348).

A paz é compreendida, então, pela equação em que cada Estado deve ser internamente forte e garantir sua unidade territorial, mas sem que isso implique na dominação de outros Estados. Nesse sentido, é um estado de tensão, que tem a guerra como seu principal defensor: se um país ultrapassa os limites de seu território tentando dominar outro, a guerra é instituída como caminho para buscar a paz. No Brasil, essa preocupação pôde ser verificada, segundo Batista (2011), no estabelecimento da centralização territorial para o Império, que assim como a atual política, foi denominado pacificação e empreendido por sucessivas guerras.

Para a garantia da paz nesse período disciplinar, a polícia aparece como aparelho que tem como função a manutenção da ordem interna do Estado, seu crescimento e o incremento de suas forças. A ocupação da polícia é identificada com a própria ocupação do Estado, e seu objeto de intervenção será o homem como sujeito, na medida em que ele age, e que esta ação interfere na boa qualidade do Estado. “É isso que é visado pela polícia, a atividade do homem, mas a atividade do homem na medida em que tem uma relação com o Estado” (FOUCAULT, 2008a, pág. 432).

Ocupando-se do sujeito em sua relação com o Estado, a polícia tem o poder de adotar qualquer instrumento necessário para que a atividade do homem se integre efetivamente ao Estado e lhe seja útil. Assim, este dispositivo produz um contexto em que viver bem, e não mais subsistir, é transformável em força produtiva para o Estado. É nesse sentido que, de acordo com Foucault (2008a), a racionalidade do Estado passa a se relacionar com a vida dos indivíduos, e sua força é proporcional à felicidade destes.

Também é função da polícia assegurar o comércio nas cidades, tendo em vista que este é a principal força de um Estado, e o que assegura seu crescimento e expansão. Assim, ela se ocupa também da circulação, tanto de mercadorias quanto de homens, implicando o provimento de condições materiais e regulamentações para a mesma (FOUCAULT, 2008a).

Como podemos ver, a polícia se caracteriza, nesse momento, por ser um golpe de Estado permanente, instrumentalizado por regulamentações, decretos, proibições e instruções. Ela não está mais subordinada às instituições jurídicas, mas ao próprio Estado, caracterizando o que Foucault (2008a) chamou de Estado de Polícia. Para Batista (2011), o Estado de Polícia deve ser compreendido a partir de sua diferenciação em relação ao Estado de direito. Enquanto no último todos os indivíduos estão ou deveriam estar igualmente submetidos à lei; o Estado de Polícia contrapõe dois grupos: os que mandam e os que obedecem, os que representam o poder e os que são deixados de fora dele. Nesta última configuração político-econômica, o que a polícia visa, é, então, garantir da paz buscando incrementar a força do Estado a partir da disciplinarização dos indivíduos e do território (FOUCAULT, 2008a).

Entretanto, com o desenvolvimento do neoliberalismo, esse modelo disciplinar de polícia começa a ser questionado. As ideias de regulação espontânea do mercado e da população e a emergência dessas duas instâncias como naturalidades torna injustificável a imposição de regulamentações excessivas a estes processos.

Nesse sentido, a governamentalidade passa a ter por princípio respeitar os processos considerados naturais e agir com eles; gerir esses processos para que não se desviem, ao invés de regulamentá-los. É aí que entram em cena os dispositivos de segurança, que terão como função garantir a ocorrência desses fenômenos e a minimização de desvios que se tornem significativos no nível da população. (FOUCAULT, 2008a)

Também a noção de paz irá se adequar ao novo modelo de governamentalidade e à expansão cada vez maior do comércio. A garantia da paz não mais estará relacionada à limitação de força dos Estados em relação aos demais, mas justamente à não limitação do mercado externo; ou seja, à globalização do mercado. Segundo Foucault “Quando mais vasto

o mercado externo, menos fronteiras e limites haverá, mais se terá nisso a garantia da paz perpétua” (FOUCAULT, 1999, pág. 78)

Com base nessa concepção de paz, que se relaciona a uma organização internacional para o comércio; a garantia de liberdade aos indivíduos e da circulação se tornam fundamentais. Assegurar a liberdade implica também em proteger a vida, que será o termo do poder com o qual o Estado irá se ocupar. Por outro lado, a morte - que antes era a fonte do poder do soberano, e venerada em grandes rituais - será progressivamente desqualificada, passará a ser justamente o outro termo do poder, o que está do lado de fora dele e que apenas lhe é útil na medida em que fornece estatísticas.

Vemos, então, se desenvolver a biopolítica como um novo mecanismo de poder que opera, como já foi dito anteriormente, a passagem do *fazer morrer e deixar viver* para *fazer viver e deixar morrer*. No exercício da biopolítica, buscar-se-á otimizar a vida, intervindo em tudo aquilo que possa ameaçá-la: as doenças, os acidentes, os crimes, as relações entre os homens e entre estes e seus meios. (FOUCAULT, 1999)

A noção do perigo aparece, nessa conjuntura, como tradutora de tudo aquilo que aparece como desvio, e contra o que o Estado deve proteger a população por meio de ações de segurança. Essas ações irão mesclar controle e vigilância por meio de dispositivos diversos, provocando a descentralização do antigo objeto da polícia, que passa a ter como função principal aquela de caráter repressivo, que visa impedir que a desordem se produza nas cidades. (FOUCAULT, 2008b).

Como podemos observar, a noção de paz, para Foucault, é diferente daquela de segurança, apesar de ambas estarem relacionadas. Paz parece ser um conceito mais amplo e mutável, a partir do qual os diferentes modos de exercício de poder se desenvolvem. Por sua vez, a segurança pode ser pensada em relação às tecnologias desprendidas para garantir a paz, seja qual for o sentido atribuído a este conceito, e manter determinada relação de poder.

É também notável o deslocamento dos mecanismos utilizados para a garantia da paz, produzido em cada modo de exercício do poder. Na soberania, a paz estava conjugada à noção de salvação, à igreja e ao rei, ao passo que no período disciplinar foram os dispositivos diplomático-militar e de polícia que ganharam relevância nesse sentido. Já na contemporaneidade, a garantia da paz está cada vez mais distribuída por instituições e dispositivos diversos – os chamados dispositivos de segurança, o que não significa que os dispositivos diplomático-militar e de polícia deixaram de atuar nesse sentido.

É no âmbito dessas duas tecnologias de poder – disciplinar e de segurança – que, as controvérsias acerca do conceito de paz relativas às UPP's irão se desenvolver. A partir dos

relatos dos atores, a ideia de pacificação desliza entre as noções disciplinar e contemporânea da paz, ora tendo a polícia como principal agente neste processo; ora sendo este agente múltiplo, e às vezes indefinível.

Os gestores e policiais entrevistados performam a noção de paz mais condizente com os pressupostos da biopolítica, destacando as associações entre paz e produção de normalidade e circulação, à redução dos níveis de violência e criminalidade, e ainda à mudança na atuação dos policiais. O Entrevistado 1 (gestor), resume alguns desses aspectos ao colocar:

O que é a paz? Paz é você poder exercer suas atividades do dia-a-dia, dormir, executar o seu lazer, trabalhar num **ambiente de normalidade. É a ausência de criminalidade**, que vai desde a estrutura do serviço, você ter onde jogar o lixo, ter água à luz, ter saneamento, até poder efetivamente dormir. Como é que você dormia num local com as pessoas trocando tiro, o traficante entrando no seu barraco, a polícia entrando no seu barraco? (...) Uma coisa é você dormir num ambiente de tranquilidade se você tiver num estágio de sono. Outra coisa é você poder dormir sabendo que ninguém vai invadir sua casa de uma hora pra outra. Então, é basicamente trazer a paz, que é o direito que toda humanidade deve ter. Ter um ambiente de trabalho, de lazer, de convívio social. Um ambiente de normalidade. (Entrevistado 1, gestor)

Ao encontro desta definição há outra, dada pelo Entrevistado 8 (policial), que atrela o estabelecimento da paz à redução dos índices de criminalidade e violência que a ocupação policial teria proporcionado.

A gente usa pacificação porque, como eu te disse, o Secretário [de Segurança Pública do Rio de Janeiro] sempre deixou bem claro que o principal objetivo é acabar com a violência. Então, igual eu falei, não era UPP no início, ele criou esse nome depois, principalmente por isso, por ter acabado com a violência. (Entrevistado 8, policial)

Ora, o que essas duas acepções nos permitem notar é a construção de um pareamento entre a noção de paz e alguns aspectos característicos das relações de poder contemporâneas, revelando mais uma vez a política das Unidades de Polícia Pacificadora como um dispositivo de segurança do neoliberalismo.

Uma primeira evidência para esta constatação é o foco na produção de normalidades, que parece ser o sinônimo de paz e, assim sendo, o objeto da pacificação. De tal modo, o que é visado pela política é fazer dos territórios ocupados “ambientes de normalidade”. A condição para o estabelecimento desses ambientes é a produção de circulação, a liberdade de

ir e vir e de exercer as atividades do dia-a-dia, que passa a ser a primeira preocupação do Estado.

O cara ele quer ir, sair da favela, voltar pra favela a hora que quer, que quiser, e não ser abortado por marginal, não tomar tiro, não sofrer um tiroteio de polícia. É o primeiro anseio dele, depois vem o resto. Depois vem o resto. (Entrevistado 3, gestor).

Um segundo aspecto que nos permite afirmar a política de pacificação como um dispositivo de segurança, ainda com base nas definições de paz apontadas acima, é a relação que está colocada entre a pacificação e a biopolítica. A preocupação com a vida e a gestão dela no âmbito da população é notória na ideia de paz como a ausência de criminalidade, que, considerada como desvio, vai ser controlada por meio de ações articuladas de dispositivos diversos comprometidos com o “fazer viver”. Ações no âmbito da segurança são articuladas, nesse sentido, às ambientais, da saúde, educação, turismo, dentre outras.

Os resultados dessas ações serão, por sua vez, mensurados por meio das estatísticas, que, para os gestores e policiais, traduzem o alcance ou não da paz nos territórios ocupados. É o que nos aponta o Entrevistado 1 ao assinalar alguns dados acerca da transformação da criminalidade e da atividade policial nas duas primeiras comunidades pacificadas – Santa Marta e Cidade de Deus:

...E vimos que **de uma forma geral, o que aconteceu, a criminalidade violenta cai muito e a micro-criminalidade, a notificação da micro-criminalidade, ela sobe;** e a atividade policial também cresce muito. Então, nós tivemos ali um homicídio doloso na circunscrição, cai de 34 pra 6, e quantos cadáveres, de 6 pra 1. Roubos também são noticiados de 17 pra 12. Roubos de veículo de 68 pra 8. Roubo de carga de 8 pra 0. Roubo à transeuntes de 82 pra 42. Roubo em coletivo de 141 pra 41. Isso na Cidade de Deus. Dona Marta, como é muito menor, as casuísticas são muito menores também, mas a lógica é a mesma, né? Homicídios de 3 pra 0, enquanto cadáver não houve, roubos noticiados de 5 pra 3, veículos 25 pra 14, carga 25 pra 0, transeunte de 55 pra 34, coletivo de 6 pra 3. (Entrevistado 1, gestor)

Um ponto importante de ser ressaltado na fala acima é a questão do deslocamento da criminalidade violenta para o que o gestor nomeia microcriminalidade, que mostra mais uma vez o foco na produção de normalidades. O relato demonstra que ainda que as notificações sobre as microcriminalidades tenham aumentado - e isso pode ser um efeito da ausência de retaliação do tráfico a despeito da comunicação de crimes, esse tipo de ocorrência não apresenta resistência à pacificação, já que a microcriminalidade pode ser considerada como

normalidade, e como tal, controlada por ações regulares de modo que não ofereça constrangimento significativo à liberdade dos indivíduos.

Mas essa relação com a redução da violência e a produção de normalidades, características dos dispositivos de segurança, também deixa entrever algo que aponta para uma concepção mais condizente com a noção disciplinar da paz. É o fato de que esta paz que a política busca levar às comunidades está condicionada à presença permanente da polícia nas favelas, à produção de uma sensação de segurança decorrente dessa presença e ao poder desta instituição de coordenar a entrada dos demais serviços na comunidade. É o que podemos ver no seguinte relato:

Você restabelecendo a segurança, a educação tem condições de funcionar, o posto de saúde tem condições de funcionar, a coleta de lixo se normaliza, o fornecimento de luz e de água pode ser implementado de uma maneira adequada. Então se cria uma ambiência para que todos os demais serviços possam funcionar de uma maneira adequada. Sem segurança isso fica muito dificultado né? (Entrevistado 1, gestor)

Com isso, destaca-se o fato de que a segurança é tida como solução, direito fundamental ao qual todos os outros (educação, saúde, etc) estão subjulgados. Batista (2011) atesta que este é um dos principais fatores que possibilitam a caracterização de um Estado de Polícia, inaugurado pelas UPP's nas favelas da capital carioca. A autora chama atenção para a “gestão policial da vida” praticada nesses territórios, onde, apesar de haver esforços no sentido de possibilitar o controle distribuído e a céu aberto, este controle é gerido pelas instituições policiais, que parecem estar acima das demais instituições numa escala hierárquica.

O estabelecimento de um Estado de Polícia parece ter se tornado justificável pela peculiaridade das favelas cariocas, que durante anos foram dominadas pelo tráfico e vivenciaram guerras entre policiais e traficantes. A presença permanente da polícia nas favelas, ainda que imposta e, inicialmente, dada por meio de guerras, passa a representar o fim desses confrontos e produz sensação de segurança, que é considerada como condição para a entrada de serviços e para o estabelecimento da circulação nesses territórios.

Essa versão, em que a paz produzida pela UPP é percebida por seu viés disciplinar, em que a vigilância e a intenção de disciplinarização dos pobres tornam-se evidentes, é presentificada pelos moradores da Santa Marta. Além dos relatos já explicitados anteriormente que nos contam da necessidade de autorização de festas após a entrada das UPP's, da proibição de bailes funk e da instalação das câmeras de vigilância; um dos

moradores ainda aponta outra evidência de uma atuação segundo o modelo disciplinar. Tratando dos muros de contenção ambiental que foram erguidos no entorno da comunidade, ele afirma que ao invés de produzir circulação, como divulgam os gestores e policiais, as UPP's

Estão limitando na verdade até o nosso espaço de andar, né? Porque antes você pegava o muro, você ia pegar uma jaca, você andava pra dentro da mata, hoje em dia você não pode mais fazer isso, ou seja, o direito de ir e vir tá sendo... tão tirando. (Entrevistado 4, morador).

Além disso, existe uma associação realizada pelos gestores entre segurança e paz que não está dada para os moradores da comunidade. Diferentemente, esses realizam uma distinção entre paz, segurança e qualidade de vida. Segurança e qualidade de vida, essas sim, considera-se que são providas pelas UPP's (policial e social); enquanto paz é um conceito mais controverso, ora definido a partir de uma relação do indivíduo consigo mesmo e com o mundo, ora pela ausência de armas no morro. Duas falas são ilustrativas dessas concepções:

Olha, a paz pra mim ela não é a partir da UPP, ela é desde quando eu nasci, ou seja, tenho sempre que estar em paz comigo mesmo primeiramente, é... com todos. Não ter inimigos, não ter... fazer inimizade, não viver as coisas ruins da comunidade. Querer sempre o lado positivo, o lado bom, ser sempre amigo de todo mundo. Pra mim eu sempre tive paz antes das UPPs e depois da UPP também, ou seja, eu vou ter paz sempre. É... a diferença entre paz e qualidade de vida. Qualidade de vida depois da UPP melhorou. Não por causa da UPP, por causa dos projetos que vieram. Antes da UPP você não tinha qualidade de vida, hoje nós temos qualidade de vida. (Entrevistado 4, morador)

Para mim ela [a UPP] não traz paz não. Para mim ela traz segurança, a sensação de segurança. Ali você reeducou, você reaprendeu o papel do Estado perante a sociedade e você está se sentindo seguro. Porque paz, não tem paz. Se tivesse paz eles não andavam armados. Então não é paz, é a sensação de segurança. (Entrevistado 7, morador)

A definição de segurança como uma sensação foi trabalhada por Castro (2008) em sua dissertação de mestrado, e aqui parece frutífera por integrar os diversos depoimentos dos entrevistados em que segurança e paz são definidas. Descrita como um sentimento, uma experiência ou uma sensação, a segurança alcança, segundo este autor, um sentido muito mais amplo e subjetivo, mas que nem por isso deixa de se articular à objetividade das estatísticas que buscam mensurá-la ou mesmo da percepção de que agora se torna mais fácil circular.

Com relação à este aspecto, os moradores da Santa Marta demonstram estar de acordo com os policiais e gestores, assumindo que, com a entrada da UPP, a sensação de segurança

aumentou, tornando possível uma maior mobilidade na comunidade. É o que podemos ver nas falas abaixo:

...hoje a gente pode andar pela comunidade tranquilo, a gente não tem mais aquele medo de encontrar um policial, de encontrar um traficante, daquele confronto dos dois. Hoje em dia a gente anda bem mais tranquilo, deixa nossos filhos 'ir' na padaria, 'ir' na quadra, 'ir' no futebol, lá em cima no campo, hoje a comunidade ela é bem mais tranquila. (Entrevistado 4, morador)

Segura está. Tem segurança porque você não vê mais o que havia. Era tiroteio, era guerra. Está mais seguro. Não se vê mais nada demais aqui. Não se vê mais nada demais, menina! Nesse morro aqui está tudo mais clamo, tá calmo. A única coisa que tem são esses moleques que fumam, mas isso aí não quer dizer mais nada, porque não é só aqui que tem. Você sai na rua que você vê em tudo quanto é esquina. (Entrevistado 5, morador)

Como se pode ver, a sensação de segurança está associada ao fim dos confrontos entre tráfico e polícia, que deu origem, na década de 1990, à metáfora da guerra. De acordo com Leite (1997), esta metáfora ressalta o crime e a violência como problemas generalizados na cidade; robustecendo a cultura do medo, as oposições entre morro e asfalto e, conseqüentemente, a demanda da população por soluções urgentes de restauração da ordem e da paz. A autora ainda ressalta um paradoxo que se cria no âmbito dessa percepção do Rio como uma cidade em guerra: o fato de que essa noção, apesar de se construir com base na partição da cidade; pressupõe também a quebra das fronteiras entre favela e cidade, e um sentimento de ameaça dos “cidadãos comuns” pela marginalidade e o crime.

Mas ainda que os confrontos armados tenham cessado, isso não torna equivalentes as noções de segurança e paz para os moradores do Santa Marta. Paz parece ser, para eles, muito mais do que a simples ausência da guerra, como podemos ver na definição exposta pelo entrevistado 7. A paz implicaria, também, na ausência de um tratamento diferenciado dispensado aos favelados, evidenciado pela presença do armamento pesado e também pelo próprio fato de que, diferentemente do que ocorre nos bairros, há uma base permanente de policiamento específico para esses territórios.

Esse é um ponto muito importante, pois, é onde incide a maior parte das críticas às UPP's. É que o esforço de um policiamento voltado exclusivamente para as favelas acaba por reforçar o preconceito relativo às suas populações, na medida em que atualiza a noção de “classes perigosas”, que devem ser vigiadas de perto, monitoradas, cercadas. Essa é uma reflexão feita também por Batista (2011), para quem o fato de as UPP's privilegiarem zonas de pobreza de localização estratégica no âmbito dos eventos desportivos mundiais para

intervenções de cunho militar, revela uma verticalização que serve ao interesse do Estado, ao invés de uma preocupação com a população favelada. “Com isso queremos frisar que as UPP’s aprofundam as desigualdades e as segregações sócio-espaciais no Rio de Janeiro” (BATISTA, 2011, pág. 2).

Entretanto, do outro lado desta balança, o fato de não haver mais conflitos armados entre traficantes e policiais traz uma série de benefícios aos moradores de favelas. No Santa Marta, nossos entrevistados chegaram a relatar que após a implantação das UPP’s eles passaram a sofrer menos preconceito e a serem menos associados indiscriminadamente ao tráfico de drogas. Narram também o aumento da circulação de pessoas do bairro e de turistas na comunidade, indicando o início de uma aproximação entre favela e cidade. Um dos moradores, também aponta para o fato de que, com a entrada dos serviços, os moradores de favela passam a participar da agenda econômica da cidade, a exercer cidadania, e, com isso, podem reivindicar seus direitos. É o que podemos observar das falas abaixo:

Na verdade agora os direitos são iguais, pagamos imposto igual quem mora lá embaixo. Antes eles falavam que nós éramos, é... vivíamos a custas deles. Hoje nós pagamos todos os impostos, iguais a eles. (Entrevistado 4)

Então, hoje não tem como você ir nas Casas Bahia, por exemplo, comprar um móvel, um eletroeletrônico e pedir para entregar na tua casa e eles dizerem que não vão trazer porque é uma área de risco. Hoje não. Acabou. Não tem mais esse impedimento e isso veio através da UPP. (Entrevistado 7)

Chama atenção, nesses relatos, a associação construída entre segurança, cidadania, e relação entre favela e cidade. A segurança é colocada como algo que promove a cidadania, e, com isso, favorece a aproximação da cidade, que é também um dos propósitos da UPP. Mas essa aproximação, segundo aponta um dos entrevistados, não é do tipo que favorece a troca e permite a integração entre o morador de favela e aquele que visita o local. Ao contrário, é mais uma visitação, mas que ainda assim pode abrir portas para a construção de novas relações.

Eu acho bom porque as pessoas tem o direito de ir e vir. Se a gente vai a Copacabana eles também tem o direito de vir aqui. Isso é um lado bom da coisa. O lado ruim é que nesse ir e vir não existe o verdadeiro estreitamento social, porque eles vem só pra curtir. Não tem integração. Eles vem, curtem o evento e descem, né? É diferente. Então eu acho que isso aí é um próximo passo né? Futuro, que vai acontecer. Começam a vir, daqui a pouco lá em cima, querem andar e aí as coisas começam a mudar. (Entrevistado 7, morador)

Com essas considerações, esbarramos em uma questão importante para compreendermos essa ideia de paz propagada pelas UPP's. A pacificação que se inaugura com a atual política de segurança pública parece unir dois sentidos de paz: um mais relacionado ao modelo disciplinar de exercício do poder, e outro mais condizente com a proposta neoliberal e a biopolítica. Em termos de tecnologia de poder, não há nada de novo nisso, já que os dispositivos de segurança pressupõem justamente o englobamento das formas legais e disciplinares de poder (FOUCAULT, 2008a).

Assim, por um lado a UPP tem como um de seus propósitos a unificação da cidade do Rio de Janeiro, cujo imaginário esteve, durante anos, atrelado à metáfora da guerra e à dualidade da cidade. Essa busca pela unificação territorial se dá a partir do estabelecimento de um Estado de Polícia nas zonas de pobreza, que, como aponta Batista (2011), acaba por instaurar uma “gestão policial da vida”. Diversos foram os exemplos expostos ao longo desse trabalho que corroboram essa posição e nos remetem às tecnologias disciplinares de controle e vigilância.

Contudo, a política de ocupação também apresenta seu conteúdo econômico neoliberal, na medida em que tem em vista relações e investimentos internacionais, bem como o favorecimento da circulação e do comércio nas favelas, o que também agrada as grandes empresas nacionais. Nesse sentido, Batista (2011) afirma que a motivação econômica das UPP's não é evidenciada apenas pela eminência dos megaeventos, mas também pelas fiscalizações a serviço das empresas de TV a cabo, luz, energia, e até mesmo dos comerciantes de grande porte, já que os comércios ilegais são muitas vezes fechados dando espaço a grandes empresas. Além disso, o foco no estabelecimento de normalidades considerando-se um cálculo de custos, e que tem as estatísticas como principal tecnologia de regulamentação, evidencia a fração das UPP's mais conectada com os dispositivos de segurança contemporâneos.

A paz em sua definição disciplinar causa estranheza aos que olham de fora o processo de pacificação, mas também aos que experimentam a política de dentro, os pacificados, que afirmam que a paz não pode ser declarada sob mira de um fuzil. Entretanto, a proposta de unificação da cidade, que, segundo Foucault (2008a) e Batista (2011), é o produto dessa forma de exercício do poder, é louvada tanto pelos moradores da favela estudada quanto pelos gestores e policiais entrevistados, e isso não pode ser posto de lado.

Por outro lado, essa integração é promovida verticalmente e tendo em vista as relações internacionais e um acúmulo econômico que dificilmente irá alcançar os moradores de favelas e reverter o quadro de exclusão em que se encontram. Uma teia complexa de controvérsias,

portanto, em meio às quais as UPP's estão sendo tecidas e onde se produzem as expectativas para o futuro desta política.

TERCEIRO DECALQUE:

O FUTURO DA REDE

8. “O QUE SERÁ DO AMANHÃ? RESPONDA QUEM PUDER” - O que se espera da pacificação.

Pensar sobre o futuro das UPP's é extremamente importante para a cartografia que pretendemos realizar. O que os atores dessa rede esperam dela, as perspectivas que apresentam em relação às realidades que vêm se produzindo, nos apontam para uma avaliação da política tal como se apresenta hoje, para percepções e projeções que revelam o grau de estabilização das UPP's na visão daqueles que a formulam e também dos que são diretamente afetados por ela.

As UPP's foram implementadas nas favelas em um momento muito oportuno. Além do transbordamento da violência, a realização de megaeventos no Rio de Janeiro impulsionou a criação da política, que se tornou parte de uma estratégia de *branding* publicitário para vender uma imagem da cidade novamente atrelada à “cidade maravilhosa” ao invés da “cidade perigosa”. Entretanto, a meta de pacificar o Rio para os megaeventos possibilita o surgimento de dúvidas em relação ao período posterior a estes.

As dúvidas em relação à política ainda aumentam na medida em cresce sua visibilidade e ela ganha um forte componente eleitoral. Isso somado ao histórico de políticas clientelistas nas favelas, e de corrupção dos agentes públicos, leva os moradores a questionarem a permanência das UPP's após o mandato do atual Governador do Estado, Sérgio Cabral.

Por que a gente não sabe. Na verdade assim, a UPP pode demorar 25 anos, pode demorar mais dois anos, a gente não sabe, por que política é complicado a gente confiar, né? Não tem como confiar numa política (...) a gente não sabe se os próximos governadores, políticos que vão vir, se eles vão dar continuidade. (Entrevistado 4, morador)

O único ponto negativo que eu vejo é que eu estou achando que quando esse governo for embora aí não vai entrar nenhum governador pra segurar essa bola aí. Eu não acredito não, porque para segurar essa bola tem que partir pra dentro. Se não partir pra dentro, não vai segurar nada não. E eu vejo muitos políticos aí que dependem até do crime. Porque tem políticos aí que dependem do crime. Quantas vezes a gente não vê aí na época da eleição, que sobe cara que eu sei que já foi bandido na vida? Porque é bandido também. Se não fosse bandido também não estaria entrosado com bandido. (Entrevistado 5, morador)

A desconfiança ainda se agrava devido a alguns fatores. Em primeiro lugar, os moradores relatam que muitos criminosos, que antes dominavam as favelas do Rio, acreditam no fim da política ou pelo menos em seu enfraquecimento, e ficam de prontidão esperando uma chance para a retomada de seus antigos territórios. Isso se torna mais evidente nas favelas pequenas, onde há pouco policiamento e uma retomada fica facilitada, especialmente quando se considera a possibilidade formação dos chamados “bondes” – união de traficantes de diversos morros ligados a uma mesma facção para uma operação em comum.

Eles põem UPP na favela “Fulano de tal”. Eles só põem um barracão e põe uma placa lá e não tem polícia, não é? Policia muito pouco, isso que é perigoso. Perigoso por que uma favela igual é o Complexo do Alemão ou Manguinhos, com pouco policial, vagabundo não acredita, não é? Se eles quiserem atacar eles atacam. Vem uma turma, uma turma da Rocinha, vem outra do Vidigial, vem outra lá de num sei da onde. Aí junta um carro com uns cinquenta ‘homem’ tudo armado. (Entrevistado 6, morador)

Além disso, tendo em vista que muitas pessoas que antes estavam ligadas ao tráfico permanecem na comunidade após a entrada da UPP realizando outros serviços, a adesão dos moradores à política fica dificultada, pois estes, considerando a possibilidade de retorno do domínio do território pelo tráfico, temem retaliações futuras dos traficantes.

Tem gente que tem aquele entendimento que tudo um dia pode voltar. “Será que eu falei besteira? Onde é que vai parar isso que eu falei?” (...) Tem receios. Acho que não é nem medo, é receio. Porque você conviveu mais tempo com a UPP ou com o crime? Ele está vendo o cara todo o dia aqui. O cara era do crime, mas ele sabe. Hoje ele tá aí trabalhando e tal, e aí fica assim: “Ai meu deus e amanhã?” O que será o amanhã, responda quem puder. (Entrevistado 7, morador)

Esse receio se torna ainda mais pertinente quando consideramos a descontinuidade das políticas que até então foram direcionadas para as favelas e seu caráter clientelista. Visando na maioria das vezes a promoção ou eleição de um político ou partido, essas se caracterizaram por nunca terem se configurado como políticas de Estado, mas sempre como políticas de governo.

A diferenciação entre política de governo e política de Estado é geralmente utilizada para se referir às políticas públicas no âmbito nacional, mas creio que podemos fazer uma releitura útil para compreender o que vem sendo colocado pelos moradores da Santa Marta em relação à UPP.

De acordo com Oliveira (2011), as políticas de governo são aquelas desenvolvidas para atender a uma agenda política interna, e implantadas verticalmente em relação à população. Já as políticas de Estado envolvem várias agências, discussões em fóruns diversos e a revisão de deliberações e regulamentações antigas para que a nova possa se firmar. De outro modo, podemos dizer que uma política de Governo está geralmente associada a um governante e seu mandato, enquanto que as políticas de Estado se apresentam como políticas de caráter permanente, como compromisso de qualquer um que assuma o poder, independente de sua orientação política. Estas pressupõem ainda uma instância de controle social atuante.

A UPP, apesar de estar bastante atrelada às figuras do Governador do Estado do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral; e de seu Secretário de Segurança Pública, José Mariano Beltrame; parecem buscar a todo tempo essa estabilização, a partir de uma série de procedimentos e medições. Nesse sentido, os gestores da política entrevistados nesta pesquisa, diferentemente dos moradores da Santa Marta, esperam que em um futuro próximo a política já esteja consolidada.

Conseguimos finalizar no final do ano passado e início desse ano²⁸ o primeiro planejamento estratégico na história da secretaria de segurança pública, então a gente já sabe onde a gente quer chegar em 2014. E até então independente de uma renovação de mandato. A gente deixaria isso como legado numa eventual nova gestão da Secretaria de Segurança Pública. (Entrevistado 1, gestor)

...No município do Rio de Janeiro, esse é o nosso quadro previsto possivelmente pra final de 2013, início de 2014, por aí. Mais ou menos 12.500 homens aplicados. Uma população atendida de 860 mil pessoas. O Instituto Pereira Passos estima algo em torno de 1.200.000 pessoas morando em comunidades carentes, sendo que nem todas as comunidades estão sob o domínio dessas facções. Então, vamos chutar aí 1 milhão de pessoas. Então, a gente atenderia aí 86% do problema, sendo que as outras a gente pode controlar com ações regulares. São 135 comunidades, provavelmente umas 37, 40 ou 40 e poucas sedes de UPP. (Entrevistado 1, gestor)

Mais do que apenas a expansão da UPP por todo o município do Rio de Janeiro, também o alcance de outros municípios do Estado é almejada, além da difusão da tecnologia a nível nacional e sua exportação para outros países. “Hoje já se fala em expandir o projeto UPP de forma nacional. Então a gente viu que tem uma demanda de forma nacional e até internacional em relação a isso”, relata o Entrevistado 2 (gestor).

²⁸ Nesse caso, o gestor refere-se aos anos de 2009 e 2010, já que esta entrevista foi realizada no final do ano de 2010.

No âmbito nacional é sabido que hoje já temos uma Unidade de Polícia Pacificadora em Salvador, capital Baiana, na comunidade do Calabar. Esta foi implantada no final de abril de 2011, segundo os moldes da política carioca, como podemos ver na matéria do jornal O Globo, exposta abaixo.

Quinta-feira, 24 de março de 2011 O GLOBO RIO • 15

Salvador receberá programa de pacificação

Projeto de Base Comunitária de Segurança se assemelha ao das UPPs do Rio; objetivo é ocupar favelas maiores

• RIO e SALVADOR. Favela pequena, no meio de bairros nobres de Salvador, o Calabar foi escolhido pela Secretaria da Segurança Pública da Bahia para receber a primeira Base Comunitária de Segurança, programa similar ao das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) do Rio, como informou ontem Ancelmo Gois em sua coluna no GLOBO. Se tudo der certo, como espera o secretário de Segurança da Bahia, Maurício Teles Barbosa, a próxima comunidade a ser pacificada em Salvador será o Nordeste de Amaralina, que tem cerca de 90 mil habitantes e se assemelha, em nível de violência, ao Complexo do Alemão, no Rio, antes da ocupação pela polícia em novembro de 2010.

Ocupação permitirá serviços sociais na comunidade

Nos últimos tempos, o Calabar tem sido palco de confrontos entre traficantes, interessados nas facilidades que ali existem para a venda de drogas. O lugar é de fácil acesso e há uma clientela de alto poder aquisitivo, composta por moradores dos bairros ao redor. Segundo o secretário Maurício Barbosa, esses foram os principais motivos de o Calabar ter sido escolhido para receber, até o fim de abril, a primeira Base Comunitária de Segurança.

— Vamos analisar os erros e acertos no Calabar (que tem 18 mil habitantes) e partir para a implantação da Base Comunitária no Nordeste de Amaralina, nosso objetivo principal — informou Maurício Barbosa.

A base a ser instalada no Calabar também vai servir para atrair outras secretarias do governo, para levar ações de desenvolvimento social à comunidade. O secretário disse que 150 pessoas treinadas em policiamento comunitário vão atuar na área. Ele acrescentou que o futuro comandante da base estudou na Escola de Koman, no Japão, uma das melhores do mundo.

Inicialmente, os policiais ficarão sediados na associação de moradores. Mas já está pronta a planta de construção da base permanente, que ficará onde há um posto policial. Além da segurança, outros serviços são solicitados pelos moradores.

— De imediato, a gente precisa de segurança, uma farmácia e um açougue. Ninguém vive sem isso — cobrou a professora Lícia Raimunda de Souza Ferreira, de 53 anos, que mora há 24 no Calabar.

Ter água encanada em casa é outra reivindicação dos moradores da comunidade.

Escravos se instalaram no local e criaram quilombo

O Calabar tem uma história de luta e resistência. Seus primeiros moradores foram escravos trazidos de uma região da África chamada Kalabari (atual Nigéria). Eles fugiram de seus senhores e se refugiaram no local, construindo um quilombo. Durante o governo de Octavio Mangabeira, no final da década de 40, a comunidade cresceu, com um grupo de pessoas ocupando o terreno que pertencia à Santa Casa de Misericórdia.

Na década de 60, a população aumentou mais uma vez, com a chegada principalmente de migrantes da zona rural e de outros pontos da cidade. A partir daí, a comunidade passou a reivindicar direitos básicos, como moradia, saúde e educação. ■

Figura 11 - Salvador é a primeira capital a se inspirar na política de segurança carioca.

Mas se em Salvador temos apenas uma UPP, no Rio, onde já se somam 20, e busca-se alcançar uma meta de 40 Unidades e 137 comunidades atendidas, a preocupação apontada por um de nossos entrevistados se torna bastante pertinente. Ele coloca:

... no futuro pouca gente vai morar aqui. É, porque muita gente não ganha o suficiente para pagar as despesas que vão ter aqui. Porque por enquanto a gente não tem muitas despesas, não estamos pagando condomínio, taxa de luz, água, que a gente paga uma micharia perto do que é. Tem gente aqui que gasta, eu gasto três vezes mais do que o que eu pago. Eu não vou poder pagar trezentos, trezentos e poucos reais de luz, porque isso vai vir para isso, quando mudar tudo. O Estado não botou nada aqui para amanhã ou depois não ter o direito de cobrar, vai cobrar! Vai cobrar taxa de luz, vai cobrar taxa de condomínio, taxa de lixo, porque não vai ficar gari aqui para trabalhar de graça. Isso aí vai ser tudo cobrado. (Entrevistado 5, morador)

É a questão do enobrecimento da favela ou gentrificação, decorrente das mudanças promovidas pela UPP e desejado pelo poder público, mas que traz consequências para os moradores desses territórios. Sem ter condições de arcar com as despesas de um território reformado, estes são obrigados a se deslocar para regiões mais afastadas da cidade. Com isso, novos circuitos de exclusão vão sendo formados (ROSE, 2000), fazendo com que a pobreza e a criminalidade sejam cada vez menos visíveis aos investidores e turistas.

No caso do Rio de Janeiro, com uma perspectiva de 40 favelas ocupadas até 2014, poderíamos ainda nos arriscar a dizer que esse deslocamento das zonas de exclusão pode chegar a atingir as cidades interioranas, que além de ter menor estrutura para lidar com a criminalidade violenta, também tem menos oportunidades de trabalho para essas populações deslocadas. Se verificarmos os mapas do Rio que refletem os momentos antes e depois das UPP's (ver Anexo IV), podemos dizer que essa não é uma configuração tão distante, e que novas paisagens já começam a se formar na medida em que as ocupações das UPP's prosseguem.

9. “SE OS SEUS DIREITOS FOREM RESPEITADOS, VOCÊ NÃO VAI PRECISAR DE UPP” - O futuro desejado.

Assim como é importante pensar sobre as previsões e perspectivas acerca das UPP's para entender como a política se apresenta hoje àqueles envolvidos nela; compreender os desejos articulados em torno da política também é fundamental para nossa cartografia. Tais desejos muito nos dizem acerca dos agenciamentos e conexões que atuam para produzir a política, promover mudanças ou até estagnações. São, portanto, performáticos, na medida em que mobilizam agentes para a produção de novas conexões e de novos mundos.

Como nos apontam Law e Urry (2004), a realidade é um efeito relacional, produzida em interações que são simultaneamente materiais e sociais. Mas, segundo o autor, é também necessário esforço para a produção de realidades, de modo que é mais fácil produzir determinadas realidades do que outras.

Podemos dizer que é mais fácil produzir realidades quando se é mobilizado pelo desejo, já que este é, segundo Rolnik (1999), o sentimento que move o sujeito para o investimento em relações, experiências, agenciamentos. É, portanto, justamente o que nos leva a estabelecer contato, que permite realizar composições, criar territórios e sermos atravessados.

No âmbito das UPP's chama atenção o fato de que a continuidade da política, esperada pelos gestores, é um desejo para alguns os moradores, motivado principalmente pelo medo de que os traficantes voltem a dominar o morro e que novos conflitos ganhem espaço. É o que podemos ver nos relatos abaixo.

Eu quero que continue. Se continuar está bom, né, porque pelo menos a gente está tendo sossego. Porque antigamente a gente não tinha sossego. Dia e noite, era guerra toda hora. (Entrevistado 5, morador)

Vamos orar pra pedir aos santos dos céus pra UPP não sair da favela. Se sair nós “tamo” ferrado. Aí que... Mesmo aí já falaram que se eles voltarem vai sair matando os caras que acha que caguetou, vai sair matando. Quer dizer que é uma tristeza, né? (Entrevistado 6, morador)

A partir dessas falas, vemos que a possibilidade do retorno ou reformulação da situação vivida pelos moradores antes da ocupação policial ao mesmo tempo em que produz

resistências em relação à pacificação, pode também levar a uma adesão dos moradores à política, apoiada no medo tanto do tráfico, quanto dos confrontos com a polícia.

Batista (2003) já havia analisado o medo enquanto estratégia vem servindo, desde o período imperial, para justificar estratégias e políticas repressivas e violentas direcionadas às chamadas “classes perigosas” perante a população em geral. “No Brasil a difusão do medo do caos e da desordem tem sempre servido para detonar estratégias de neutralização e disciplinamento planejado das massas empobrecidas” (BATISTA, op. cit., pág. 21), diz a autora.

Contudo, a fala de nossos entrevistados na Santa Marta nos revela que o medo também tem servido, no âmbito das UPP’s, para justificar a ocupação policial e a imposição de regulamentações perante a própria comunidade. Uma estratégia muito mais complexa é, então, despontada envolvendo a produção de medo. Este já não envolve apenas as classes mais abastadas em relação aos pobres, considerados como ameaça; mas também os próprios pobres em relação aos criminosos (muitas vezes parentes ou conhecidos) e aos policiais. Um medo generalizado, portanto, dos moradores de favela, que produz, senão a adesão, pelo menos um desejo de estabilização e permanência da política.

Já os gestores expressam um desejo que vai além da simples continuidade da UPP, pautado na a ruptura com a metáfora da guerra que marcava a cidade; na refundação da polícia; e na criação de uma ambiência para novos investimentos, como aponta o Entrevistado 1:

E em relação à polícia, o que a gente tá pretendendo, que a partir da UPP a gente crie um novo modelo organizacional, um novo modelo de gestão, um novo modelo operacional, com novo uniforme, com novos equipamentos, com nova estrutura, recursos tecnológicos. Ela vai ser um piloto pra inovações, que isso depois ganhe o asfalto. A gente pretende que depois da UPP, da mesma forma que a comunidade vai ser absorvida pelo bairro, a UPP absorva o policiamento do asfalto. (...) Então, que a gente refunde a polícia do Rio de Janeiro a partir da pacificação dessas comunidades. Porque com a pacificação você quebra toda uma lógica existente, inclusive da própria polícia, então você cria uma ambiência pra novos investimentos pra novas ações e uma nova interface com a comunidade. Sem a pacificação isso não seria possível. (Entrevistado 1, gestor)

Já falamos aqui sobre a necessidade de fazer ruir a metáfora da guerra para produzir circulação e circuitos de consumo mais atrativos ao mercado interno e externo. Desse modo, nos resta atentar a esse anseio de refundar a polícia, que é também bastante importante para o

nosso entendimento das UPP's como dispositivo de segurança. Para os gestores, refundar a polícia significa:

... você vai poder ter um policial voltado para o cidadão comum e o cidadão comum usufruindo as virtudes e as mazelas de qualquer grande centro, mas dentro de um padrão de normalidade. Vai ser um processo, tá? A gente acha que a UPP pode ser a grande ideia força pra uma nova polícia. (Entrevistado 1)

Um conceito, então, voltado para o deslocamento na atuação do dispositivo de polícia, de modo que este se torne mais condizente a biopolítica, o fazer viver, o espraiamento do poder e das formas de controle e vigilância. Uma compreensão que leva em conta a produção de normalidades e ainda uma visão utilitarista disseminada no neoliberalismo, que analisa o crime a partir de um entendimento econômico, uma economia do crime. De acordo com Foucault (2008b), os neoliberais consideram o crime como toda a ação que faz um indivíduo correr o risco de ser condenado a uma pena. Esta concepção lança luz sobre o sujeito criminoso e sua pena, ao invés de no delito, na ação que deve ser punida. Assim, o criminoso passa a ser pensado como sujeito econômico que assume o risco de ser preso, o que quer dizer, para Foucault, que

... o criminoso não é, de forma alguma, marcado ou interrogado a partir de características morais ou antropológicas. O criminoso nada mais é do que absolutamente qualquer um. O criminoso é todo mundo, quer dizer, ele é tratado como qualquer pessoa que investe numa ação, que espera lucrar com ela e aceita o risco de uma perda (FOUCAULT, 2008b, pág. 346).

As questões ética e econômica são, então, tidas como centrais na definição do criminoso. É nesse sentido que Rose (2000) irá afirmar que os programas de controle de crime sempre tiveram menos o que fazer ao lidar com a ocorrência do crime em si do que no estabelecimento e governo de uma ordem moral. Os conceitos de ilegalidade e crime têm sido, nesse sentido, articulados a instituições e práticas que não fazem parte do sistema legal, mas do sistema em um âmbito mais geral.

Temos com isso um deslocamento do foco das ações em segurança do criminoso para o cidadão comum, que serve a um modelo de vigilância descentralizada (BRUNO, 2009). Em tal modelo, as ações de segurança passam a atuar para produzir circuitos passíveis de serem vigiados (circuitos de inclusão), e também para gerir os riscos e os chamados circuitos de exclusão (ROSE, 2000).

Ora, se nos circuitos de inclusão teremos uma diversidade de dispositivos atuando em prol da segurança e da vigilância, nos circuitos de exclusão a atuação policial ganha destaque. É justamente isso que prevê o Entrevistado 3, que descreve da seguinte forma a mudança no modo de atuação policial após a consolidação da pacificação:

Olha, o dia que pacificarem todas as favelas, é... talvez a gente tenha que mudar o nosso modo de atuação. Porque o dia que não tiver mais área conflagrada nenhuma para a gente invadir a gente vai mudar, vai mudar, vai fazer outro tipo de atuação. A gente vai ficar mais envolvido com mandado, por exemplo, tudo exemplo. A gente vai fazer cumprimento de mandado de alto risco, vamos fazer, só se dedicar a atividades de resgate e retomada de refém em instalações, entendeu? É... atuar em escolta de preso de alta periculosidade, atuar em ocorrências com marginais barricados pela cidade. A gente vai atuar nesse sentido. A gente já faz isso tudo, e, além disso tudo, a gente combate em área conflagrada. (Entrevistado 3, gestor)

A vontade de se produzir uma polícia mais aos moldes da sociedade de controle do que da sociedade disciplinar nos leva a uma controvérsia que se estabelece em relação à extensão temporal da política e que reflete também em seus objetivos. Enquanto a maioria dos entrevistados deseja a disseminação cada vez maior das UPP's e a permanência da ocupação aos moldes disciplinares; os Entrevistados 7 (morador) e 8 (policial) almejam a construção de realidades que torne possível a extinção das UPP's. Em suas palavras:

As favelas no Rio de Janeiro precisam de paz, precisam de segurança, precisa que seus direitos constituídos sejam respeitados. É simples, é simples. Não precisa ser formado em nada para você dar a solução pro nosso país. Todo mundo nasce bom. Todo mundo nasce perfeito, quem transforma é a sociedade quando poda os seus direitos, entendeu? Se os seus direitos forem respeitados, você não vai precisar de UPP, de nada. Então, ninguém quer morrer com uma pistola na cintura. Todo mundo quer ter saúde, educação, esporte, lazer que é um direito, uma moradia digna. É isso que o povo quer. (Entrevistado 7, morador)

É, daqui a 4 anos ainda vai estar num processo de transição, porque 3 anos eu já acho muito pouco, eu acho que a gente já tá avançando até muito pro tempo que foi, né? 20 anos, 30 anos de abandono, eu acho que a gente conseguiu avançar bastante. Mas daqui a 4 anos, quando der 7 anos, eu acho pouco tempo ainda. Porque hoje que as crianças, que a geração está mudando, as crianças vem e conversam com o policial, brincam, alguns falam “pô, como é que faz para entrar pra polícia, eu quero ser polícia”. Então só quando mudar a geração inteira, porque tem muitas pessoas ainda, adolescentes, que ainda conviveram com essa questão, né?, baile funk. Então eles ainda ficam assim meio na dúvida, vamos dizer assim, do que que é o certo, o que que é o melhor, o que que não é. Então quando mudar essa geração toda, que eu acredito que seja aí daqui uns 10 anos, aí a gente já pode de repente começar a retirar a UPP, ou de repente diminuir bastante o

policiamento, porque vai ter mudado a cultura já, em relação ao que é certo e o que é errado. (Entrevistado 8, policial)

É importante notar que, mesmo quando se almeja um novo modelo de segurança para as favelas, a forma disciplinar é tida como um caminho para a obtenção desse controle à distância. Isso fica bastante claro na fala do Entrevistado 8, que aponta para a necessidade de disciplinar os sujeitos para que estes se tornem aptos à inserção nos circuitos de inclusão.

Entretanto, se pensarmos que um dos objetivos das UPP's é produzir circulação, normalidade e paz, ou seja, incluir essas zonas de pobreza nos circuitos de inclusão; devemos também refletir sobre as desigualdades que a permanência destas nas favelas produz em relação aos bairros da cidade. O próprio objetivo de transformar as favelas em bairros fica comprometido pelas previsões e desejos de se manter as favelas ocupadas permanentemente e submetidas a um regime de segurança e vigilância muitas vezes mais próximo do modelo disciplinar de confinamento do que daquele biopolítico que preza a liberdade.

Ora, os circuitos de inclusão, como vimos a partir de Rose (2000), são caracterizados justamente pelo oposto desse modelo de vigilância, pelo exercício do controle à distância; e o que vemos se produzir é um controle panóptico e disciplinador, que prioriza as crianças e adolescentes na produção de corpos dóceis. Pensando assim, podemos dizer que a manutenção da política produz são circuitos de exclusão, e, mais que isso, produz circuitos de exclusão diferenciados, já que agora teremos aqueles que são vigiados e dominados pela polícia, e aqueles que, rebaixados, ainda são regidos pelas leis do tráfico de drogas ou das milícias, ou seja, os moradores de favelas que ainda não possuem UPP.

Essa controvérsia que se estabelece em relação ao futuro da rede exige que muitas negociações sejam ainda empreendidas para a consolidação da política. Como podemos ver, esse é um processo complexo, que envolve múltiplos mundos e suas composições, embates, dissidências e agenciamentos. A UPP definitivamente não é uma política de uma pessoa só e nem mesmo para uma só pessoa. Não é única, mas múltipla desde a sua gênese, e a construção de seu futuro depende de tantos agenciamentos quantos são os atores envolvidos e afetados pela pacificação. Resta-nos saber quem terá voz nesse processo; quem conta e quem não conta nas decisões sobre as transformações urbanas, sociais, tecnológicas, políticas e econômicas que a política propõe. Até agora, pelo que temos visto, os favelados têm sido deixados de lado dessa participação e os fuzis continuam apontados para as zonas de pobreza.

10. O QUE, AFINAL, ESTAMOS PRODUZINDO COM AS UPP'S?

A UPP definitivamente nos distancia do paradigma euro-americano. Não é estável, definitiva, independente de nossas ações, e, tampouco somos passivos a ela. Entre natureza e cultura, entre território e os modos de vida que nele se encerram, entre as técnicas e as políticas, é nesse campo do meio que a política se produz e performa realidades, novas formas de sociabilidade e subjetividade na cidade do Rio de Janeiro. É também nesse campo do meio que se apresentam as resistências, as micropolíticas que buscam a todo tempo fazer diferença, abrir outros caminhos para se pensar a paz diante de uma realidade tão marcada pela guerra. Mas que caminhos são esses? Que vestígios estão sendo deixados pelas UPP's e seus atores que tornam possível uma compreensão do social que estamos produzindo?

A partir dos três decalques realizados neste trabalho, buscamos evidenciar como a política de segurança pública em questão veio sendo atravessada, desde sua gênese, por diversas controvérsias. Algumas delas foram resolvidas ao longo do tempo, através de deslocamentos e reformulações como a guerra avisada. Outras, no entanto, continuam se proliferando.

Solucionadas ou não, são essas controvérsias que nos dão pistas das realidades que estão sendo produzidas pelas UPP's. É por meio delas que podemos ver determinadas questões serem postas em debate e os atores se mobilizando e arregimentando aliados para compor redes sócio-técnicas. O social, nos afirma Law (1992), é o efeito dessas redes heterogêneas corporificado em formas materiais. Latour (1994) também destaca, nesse sentido, que o tecido social é formado não apenas de relações dos homens entre eles, mas também pelos objetos, utilizados para fortalecer essas relações de determinadas formas. Partindo desse postulado deixado pelos teóricos da Teoria Ator-Rede, me guiarei por três formas de materialidades que durante esse trabalho ganharam destaque e que parecem ser frutíferas para pensar esse social que vem se constituindo: a arma, o dinheiro e o mapa.

Começemos pela **arma**, este não-humano que dá origem à UPP na medida em que era o que garantia o domínio do tráfico sobre as favelas, e também o que garante, hoje, o domínio do Estado sobre esses territórios.

A UPP performa um deslocamento na associação com a arma, que antes compunha a paisagem da favela nas mãos dos traficantes, e agora passa a atuar juntamente com os policiais. Esse deslocamento produz algumas controvérsias interessantes.

Em primeiro lugar, torna-se visível a constituição de um paradoxo em que ao mesmo tempo em que é o fuzil delimita a métrica do território da pacificação, também é este não-humano o disparador de questionamentos acerca da própria concepção de paz, representando um impasse à sua efetivação e um marcador de desigualdade entre morro e asfalto. Uma questão passível de ser formulada é a que indaga: Seria o fuzil uma garantia ou uma limitação da paz?

Em segundo lugar, refletindo sob o prisma dos dispositivos de segurança e vigilância, podemos pensar no fuzil enquanto um aparato de intervenção repressiva e coercitiva do Estado, uma materialidade que possibilita a ação policial de disciplinarização dos corpos. Por outro lado, quando fuzil está associado ao policial, não é esse agente que garante a produção de circulação nas favelas por manter desarmados os traficantes, e que favorece, com isso, o desenvolvimento desses lugares e a integração da cidade?

Essas questões que se tornaram importantes no âmbito das UPP's parecem, no entanto, ocultar um pressuposto importante e que, ao meu ver, deve também ser questionado com urgência: o da ocupação policial permanente das favelas. Poucos são os entrevistados (apenas dois deles) que questionaram a permanência dessas ocupações. O que significa dizer que a favela estará permanentemente vigiada por policiais?

A ausência de um questionamento nesse sentido parece estar apoiada no medo e no terror. A urgência da produção de segurança justifica a ocupação policial e produz um consenso em relação às ocupações e até mesmo ao recurso às tecnologias de poder voltadas para a disciplinarização dos corpos. Para Kanashiro (2009), essa associação entre política e violência em que a última justifica os meios de aplicação da segunda, opera por um dispositivo duplo que, segundo ela, “dissolve sujeitos políticos, seus territórios de demandas e suas exigências críticas” (KANASHIRO, op. cit., pág. 119). Pelbart (2007) também aponta para essa questão colocando que, em um sistema de poder onde o que está em jogo é a vida e a liberdade em seu máximo potencial, as resistências são mais difíceis de serem encontradas.

Postula-se ainda que estas ações de segurança sejam capazes de “devolver” a cidadania aos moradores dessas zonas de risco. Mas esse conceito de cidadania que circula em redes cada vez maiores deve ser problematizado, uma vez que, como aponta Kanashiro (2009), foge ao que vem sendo refletido desde a década de 70 pelos movimentos sociais, que pensam uma “cidadania ampliada” que envolve o “direito a ter direitos”. Ao contrário dessa noção, parece ser performado pelas UPP's uma cidadania de cima para baixo, trazida pela ação policial contínua e pela vigilância que parte não apenas desses policiais, mas também dos próprios moradores.

Há que se pensar também que, ainda que haja uma proposta de mudança na atuação policial de modo que esta se torne um mecanismo a serviço da população e não mais do Estado, na prática vemos que muito ainda precisa ser feito nesse sentido. Na verdade, ainda é de um Estado de Polícia que estamos falando, mesmo que este esteja imbricado com os dispositivos de segurança, a produção de normalidade e de circulação. Nesse sentido, podemos dizer que mesmo com o foco nos pressupostos do policiamento comunitário, a polícia ainda se mostra como um dispositivo de controle e vigilância a serviço do Estado (BATISTA, 2011). A arma é o que possibilita tal controle, e impõe coercitivamente a dominação territorial do aparelho estatal sobre a favela.

Sendo assim, é importante ponderar o que é prioridade hoje nas agendas de governo, e avaliar se essas prioridades estão realmente fazendo o Estado servir à população ou se, ao contrário, este se concentra no interesse de alguns poucos. Levando-se em consideração o neoliberalismo como modelo econômico-político-social aplicado hoje em nossa sociedade, a segunda opção parece fazer mais sentido.

Torna-se necessário, portanto, considerar o **dinheiro**, outro não-humano que atua na produção das UPP's e do tecido social que esta política visa produzir. O ponto de vista econômico está presente desde o relato do histórico que culminou nas UPP's. É ele que é utilizado para falar de tráfico de drogas, do crescimento da criminalidade, e também das estratégias empreendidas para reduzir a violência urbana. Com a UPP não é diferente. É econômico o intuito de produzir circulação na cidade, bem como o é o pressuposto que indica a produção de normalidades como instância de regulamentação da vida urbana. É também econômico o argumento que, de uma perspectiva dual, aponta para os benefícios de uma política pautada nesses pressupostos: o mercado cresce com a nova política, os moradores de favela se sentem cidadãos por participarem economicamente pagando impostos, a integração da cidade ocorre tendo como mediador o turismo nas favelas, que, obviamente, é pago e lucrativo. Mas também é importante passar devagar por este terreno, considerando as tortuosidades de seu relevo.

O crescimento econômico e a captação de investimentos que a UPP proporciona não parecem estar a serviço da população para quem a política está voltada. Ao contrário, as intervenções parecem estar mais voltadas a produzir a redução da violência nos bairros, a promover uma melhor circulação na cidade, e a fazer da favela um espaço de consumo turístico. Tudo isso balizado pela iminência dos grandes eventos de 2014 e 2016 (JAGUARIBE, 2011).

Assim, como vimos anteriormente, as melhorias realizadas nas favelas estão muitas vezes condicionadas ao potencial turístico das mesmas. Há um investimento massivo na legalização de comércios locais, na acomodação de pequenas empresas na favela, e na melhoria da infraestrutura que serve aos propósitos turísticos. Contudo, os serviços de água, luz, esgoto e coleta de lixo, que mais diretamente promoveriam melhorias no cotidiano das populações locais, são cada vez mais adiados.

Além disso, o desenvolvimento do comércio e do turismo nesses locais, somados à legalização dos serviços e ao fato de que muitas das favelas pacificadas estão situadas em regiões nobres da cidade, faz com que haja uma supervalorização do espaço na favela, de modo que seus próprios moradores se vêm impelidos a procurar zonas mais afastadas da cidade.

Isso nos leva ao nosso terceiro não-humano atuante nas UPP's: **o mapa**. A intenção de incluir as favelas em circuitos de inclusão e consumo produzem novos circuitos de exclusão, já que a política não é capaz de romper com as desigualdades que marcam a divisão que se produziu nas grandes cidades. Com isso, novos mapas urbanos vão sendo produzidos de modo a ocultar cada vez mais as zonas de pobreza e criminalidade (ROSE, 2000).

Para Batista (2011), esse processo traduz o esvaziamento da ideia de segurança pública, que “só existe quando ela decorre de um conjunto de projetos públicos e coletivos que foram capazes de gerar serviços, ações e atividades no sentido de romper com a geografia das desigualdades no território usado” (BASTISTA, op. cit., pág. 2). Não ocorrendo essa ruptura, o que veremos é a evidência de que nem mesmo os espaços urbanos são fixos e imutáveis, mas se transformam e se deslocam segundo certos interesses.

No Rio de Janeiro essa instabilidade do espaço urbano e sua relação com as políticas públicas de segurança já foi evidenciada pelas políticas de remoção das favelas, que, no fim, acabaram por gerar a venda de imóveis por seus moradores e o deslocamento desses para outras favelas, mais afastadas (BURGOS, 2006). O resultado dessas políticas também já foi discutido nesse trabalho: o afastamento geográfico das favelas resultante das políticas remocionistas também significou o afastamento ainda maior das categorias duais morro e asfalto.

Mas não queremos negar, com essas reflexões, todos os benefícios que as UPP's proporcionam às populações atendidas por ela. É impossível não reconhecer que o fim dos confrontos entre policiais e traficantes proporciona uma melhor qualidade de vida aos moradores das favelas, assim como as políticas de assistência social, ainda incipientes.

Além disso, a produção de circulação nesses espaços e também a promoção do turismo abrem portas para a ruptura com a invisibilidade da favela, o que nossos entrevistados consideram como um dos principais benefícios da política. Essas duas práticas parecem permitir a contaminação tanto da cidade quanto da favela, no sentido que Rolnik (2003) atribui a isso: “contaminar-se pelo outro não é confraternizar-se, mas sim deixar que a aproximação aconteça e que as tensões se apresentem. O encontro se constrói – quando de fato se constrói – a partir dos conflitos e estranhamentos e não de sua denegação humanista” (ROLNIK, 2003, pág. 6).

Talvez seja essa contaminação que permita, no futuro, a superação de uma dicotomia exposta pela mesma autora: a das subjetividade lixo em contraposição às subjetividade luxo, sendo a primeira aquela na qual a presença viva é encoberta por uma identidade estigmatizada, e a segunda referente à categoria social com garantia de inserção no Capitalismo Mundial Integrado.

Mas essas possibilidades de encontro e de contaminação, e, em última instância, da integração da cidade, parecem ser minadas, no âmbito das UPP's, por seu caráter verticalizado. Uma política que se impõe de cima para baixo, sem considerar a voz e as necessidades reais daqueles que são diretamente afetados por ela, acaba por promover, segundo Kanashiro (2009), o esvaziamento da própria política enquanto arena de negociação. Citando Paoli, esta autora aponta para o fato de que

diante de nossa urgência, o conhecimento especializado de técnicas e fórmulas de intervenção está aí para resolver os problemas com eficácia e nos proteger do incerto. O que elas configuram, no entanto, é um modo de gestão da vida coletiva que faz repetir, mais uma vez, o bloqueio dos caminhos que podem revitalizar o impulso das ideias e ações democráticas, ou seja, a política. (PAOLI, apud KANASHIRO, 2009, p. 120).

Foi justamente buscando incrementar esse campo político que este trabalho foi pensado. Procuramos dar voz não apenas aos gestores e policiais, mas também aos moradores de uma das comunidades ocupadas pela UPP. Tentamos expor suas vozes, ideias e resistências, e descrever as traduções que fazem das realidades que vêm se produzindo em seus cotidianos. Uma política ontológica, portanto, no sentido que lhe atribui Mol (2008): uma imbricação do real, pensado como as condições de possibilidades que nos estão dadas; com o político, que sublinha a constante modelação, o caráter instável e aberto deste real.

Dando voz e vez aos diversos atores dessa rede, buscamos contribuir para um pensamento crítico sobre o que estamos produzindo com as UPP's, para um questionamento mais do que uma conclusão. Produzir uma abertura cada vez maior nesta realidade, e fazer com que cada vez mais atores sejam chamados a intervir na produção deste ator-rede, da vida urbana e do mundo em que vivemos - isso foi o que buscamos performar aqui.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVITO, Marcos & ZALUAR, Alba. Introdução. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs) **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BARCELLOS, Caco. **O Abusado: o dono do morro Santa Marta**. Rio de Janeiro: Record. 16ª edição, 2006

BATISTA, Vera Malaguti. O Alemão é muito mais complexo. In: **Agência de Notícias das Favelas** (ANF), 2011. Disponível no domínio: <http://www.anf.org.br/2011/09/o-alemao-e-muito-mais-complexo/>. Acesso em 24/11/2011.

BATISTA, Vera Malaguti. **O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história**. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BOTTARI, Elenilce & GONÇALVES, Liane. 'Nada sobrevive só com segurança'. **Jornal O GLOBO**. Rio de Janeiro, 29 de maio de 2011, Caderno Rio, pág. 18.

BRASIL. **Ministério da Justiça**. Pronasci. (online) Disponível no domínio <http://portal.mj.gov.br/data/Pages/MJ3444D074ITEMID2C7FC5BAF0D5431AA66A136E434AF6BCPTBRIE.htm>, acesso em 05/08/2010.

BRUNO, Fernanda. Mapas de Crime. Vigilância Distribuída e participação na cibercultura. In: Amaral, M.T. (Org.). **As idéias no lugar: tecnologia, mística e alteridade na cultura contemporânea**. Rio de Janeiro: e-papers, 2009.

BURGOS, Marcelo Baumann. Dos parques proletários ao favela-bairro. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs) **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CALDEIRA, Tereza Pires do Rio. **Cidade de Muros: Crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Edusp, 2000.

CARVALHO, Vilobaldo Adelídio & SILVA, Maria do Rosário de Fátima. Política de Segurança Pública no Brasil: avanços, limites e desafios. In: **Revista Katál**, Florianópolis, v. 14, n. 1., págs. 59-67, 2011.

CASTRO, Rafael Barreto & PEDRO, Rosa. Redes de Vigilância: experiência da segurança e da visibilidade articuladas às câmeras de monitoramento urbano. In: Bruno, F.; Kanashiro, M.; Firmino, R. (Org.). **Vigilância e Visibilidade: Espaço, Tecnologia e Identificação**. Porto Alegre; Sulina, 2010.

CASTRO, Rafael Barreto de. Redes de Vigilância: Uma experiência de Cartografia psicossocial. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

CUKIERMAN, Henrique. Eudóxia: uma viagem pela multiplicidade. In: **Arquivo Brasileiro de Psicologia**; 52 (3): 15-27, 2000.

CUNHA, Neiva Vieira da. Como se “fabrica” um policial: algumas considerações em torno dos processos de socialização e formação profissional. In: **Comum**. Rio de Janeiro, v.9, n.22, pág. 198 – 207, 2004.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Ed. 34, 1992.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Felix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia**. Vol. 1. São Paulo, 34, 1997.

FERREIRA, Flávia Turino. Rizoma: um método para as redes? In: **Liinc em Revista**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, pág. 28 – 40, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: Curso dado no Collège France (1975 – 1976). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**: Curso dado no Collège France (1977 – 1978). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**: Curso dado no Collège France (1978 – 1979). Trad. Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008b.

FREIRE-MEDEIROS, Bianca 2010. Entre tapas e beijos: A favela turística na perspectiva de seus moradores. In: **Revista Sociedade e Estado**, v. 25, n. 1, 2010.

JAGUARIBE, Beatriz. Imaginando a “cidade maravilhosa”: modernidade, espetáculo e espaços urbanos. In: **Porto Alegre**, v. 18, n.2, págs. 327-347, 2011

KANASHIRO, Marta Mourão. Os olhos que atravessam a cidade e deslocam os sentidos. In: **Vigilância, Segurança e Controle Social na América Latina**. Curitiba: PUCPR, 2009.

LATOUR, Bruno. **Jamais Fomos Modernos. Estudos de Antropologia Simétrica**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LATOUR, Bruno. **Ciência em Ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora**. São Paulo: UNESP, 2000.

LATOUR, Bruno. **A esperança de Pandora: ensaios sobre a realidade dos estudos científicos**. Bauru: Edusc, 2001.

LATOUR, Bruno. **Reassembling the social: An introduction to actor-network-Theory**. Oxford University Press Inc.: New York, 2005

LATOUR, Bruno. Como prosseguir a tarefa de delinear associações?. In: **Configurações**, n.2, págs. 11 – 27, 2006.

LAW, John. Notes on the Theory of the Actor Network: Ordering, Strategy and Heterogeneity. **Centre for Science Studies**, Lancaster University, Lancaster, 1992. Disponível em <<http://www.lancs.ac.uk/fass/sociology/papers/law-notes-on-ant.pdf>>. Acesso em 12 de maio de 2010.

LAW, John & URRY, John. Enacting the social. In: **Economy and Society**, v. 33, n. 3, 2004.

LAW, John. **After method: mess in social science research**. London; New York: Routledge. viii, 188 p., 2004

LEEDS, Elizabeth. Cocaína e poderes paralelos na periferia urbana Brasileira: ameaças à democratização em nível local. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs) **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

LEITE, Márcia Pereira. Da metáfora da guerra à mobilização pela paz: temas e imagens do Reage Rio. In: **Cadernos de Antropologia e Imagem**, n. 4. Rio de Janeiro, UERJ, 1997.

LEITE, Rogério Proença. Contra-usos e espaço público: notas sobre a construção social dos lugares da Manguetown. In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 49, 2002.

MARTINS, Antônio Marco & ANTUNES, Cláudia. PM investiga corrupção entre policiais de UPP no Rio. **Folha online**. Rio de Janeiro, 11 de setembro de 2011. Sessão Cotidiano. Disponível no domínio <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/973619-pm-investiga-corrupcao-entre-policiais-de-upp-no-rio.shtml>, acesso em 09/03/2012.

MARX, Gary T. What's new about the new surveillance? In: **Surveillance and Society**, n. 1 [1], 2002.

MOL, Annemarie. Política Ontológica. Algumas idéias e várias perguntas. In: NUNES, João Arriscado; ROQUE, Ricardo. **Objetos Impuros. Experiências em estudos sociais da ciência**. Porto: Edições Afrontamento, 2008. Cap. 2, págs. 63 - 77

MORAES, Márcia. A ciência como rede de atores: ressonâncias filosóficas. In: **História, Ciências, Saúde**. Manguinhos, v. 11(2): Rio de Janeiro, 2004.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Das políticas de governo à política de Estado: Reflexões sobre a atual agenda educacional Brasileira. In: Educação e Sociedade, Campinas, v. 32, n. 115, 2011. Disponível no domínio Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>, acesso em 15/02/2011,

PEDRO, Rosa. Sobre redes e controvérsias: ferramentas para compor cartografias psicossociais In: Ferreira, A.; Freire, L. Moraes, M. & Arend, R. (Orgs). **Teoria Ator-Rede e Psicologia**. Rio de Janeiro: NAU, pp: 78-96, 2010.

PELBART, Peter Pál. Biopolítica. In: **Sala Preta**, n.7, p.57-65, 2007.

PM admite corrupção em UPP do Catumbi e afasta comando da unidade. **Portal de notícias R7**. Rio de Janeiro, 11/09/2011, disponível no domínio <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/pm-admite-corrupcao-na-upp-da-coroa-fallet-e-fogueteiro-e-afasta-comando-da-unidade-20110911.html>, acesso em 09/03/2012.

PM de UPP é preso por suspeita de roubo na baixada. **Portal de notícias R7**. Rio de Janeiro, 15/09/2011, disponível no domínio <http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/noticias/pm-de-upp-e-preso-por-suspeita-de-roubo-em-nova-iguacu-20110915.html>, acesso em 09/03/2012.

RIO investiga denúncia de extorsão policial em UPP. **Destak Jornal**. Rio de Janeiro, 04 de maio de 2011. Disponível no domínio <http://destak->

jornal.jusbrasil.com.br/politica/6927661/rio-investiga-denuncia-de-extorsao-policial-em-upp, acesso em 09/03/2012.

ROLNIK, Suely. **Novas figuras do caos: mutações da subjetividade contemporânea**. In Caos e Ordem na Filosofia e nas Ciências, org. Lucia Santaella e Jorge Albuquerque Vieira. Face e Fapesp, São Paulo, 1999; pp. 206-211.

ROLNIK, Suely. **Alteridade a céu aberto: O laboratório poético-político de Maurício Dias & Walter Riedweg**. In: Possiblemente hablemos de lo mismo, catálogo de exposição da obra de Maurício Dias e Walter Riedweg. Barcelona: MacBa, Museu d'Art Contemporani de Barcelona, 2003.

ROSE, Nikolas. Government and Control. In: **British Journal of Criminology**, n. 40:2, págs. 321-339, 2000.

SOARES, Luis Eduardo. Segurança Pública: presente e futuro. In: **Estudos Avançados**, n. 20 (56), 2006.

SOUZA, Maria Julieta Nunes; COMPANS, Rosa. Espaços Urbanos Seguros: a temática da segurança no desenho da cidade. In: **Revista de Estudos Urbanos e Regionais – Anpur**. V.10, n. 1, 2010.

VENTURA, Zuenir. **Cidade Partida**. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

WERNECK, Antônio; DAMASCENO, Natanael; AUTRAN, Paulo. Dona Marta livre dos bandidos. **Jornal O GLOBO**. Rio de Janeiro, 03/12/2008. Caderno Rio.

ZALUAR, Alba. Crime, Medo e Política. In: ZALUAR, Alba; ALVITO, Marcos (orgs) **Um século de favela**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

ANEXOS

ANEXO I

Reportagem do jornal O GLOBO de 03 de dezembro de 2008.

O GLOBO Quarta-feira, 3 de dezembro de 2008

RIO

FAVELA SEM TRÁFICO

Dona Marta livre dos bandidos

Após quase duas semanas de ocupação pela PM, todas as 'bocas-de-fumo' estão fechadas

Antonio Werneck, Natanael Damasceno e Paula Autran

Depois de anos dominado pelo tráfico, o Morro Dona Marta, em Botafogo, estaria finalmente livre do poder dos bandidos. Eles teriam começado a fugir da favela no dia 20 de novembro, quando a área foi ocupada pela Polícia Militar. Hoje, 13 dias depois do início da tomada da área pelo poder público — representado por 50 homens do 2º BPM e do Batalhão de Choque —, todas as "bocas-de-fumo" estão fechadas, segundo o secretário estadual de Segurança Pública, José Mariano Beltrame. Repórteres do GLOBO circularam ontem pela comunidade de sem se depararem, como de costume, com homens fortemente armados vigiando as ruas.

O delegado Marcus Vinícius, titular da Delegacia de Combate a Drogas (Dcod), também afirmou que o tráfico não está mais no Dona Marta. Segundo ele, os bandidos da comunidade dividiram-se na hora da fuga: parte se refugiou na Ladeira dos Tabajaras e no Pavão-Pavãozinho, ambos na Zona Sul; e parte migrou para a Vila Cruzeiro, no Complexo do Alemão; para Mangueiras, em Bonsucesso; e o Morro da Mangueira.

— O que está acontecendo no Dona Marta é uma ocupação séria, diferentemente de todas as outras. Posso afirmar que não está mais havendo venda de drogas na favela — disse Marcos Vinícius.

Agentes da Polícia Federal do Rio também confirmaram que os pontos de venda de drogas fecharam e que os bandidos desapareceram do Dona Marta. Mas, segundo um delegado, ainda é cedo para comemorar.

— O grande cliente dos traficantes dos morros ainda é o viciado do asfalto, mas, em várias comunidades, os dados apontam para a presença de dependentes dentro das próprias favelas. A venda para o público externo pode ter sido interrompida com a ocupação da PM, mas temos que esperar um tempo para saber se a ação da PM atingiu também o cliente interno do traficante — explicou o delegado.

O governador Sérgio Cabral também demonstrou cautela. Perguntado se já é possível afirmar que o tráfico acabou no Morro Dona Marta, ele respondeu:

— Dá para afirmar que no Morro Dona Marta o nosso objetivo é esse. Como numa rua qualquer do asfalto do Rio de Janeiro, você tem que ter um policiamento permanente e a garantia da ordem — disse.

O governador lembrou que a intenção é criar uma ação permanente da polícia que possa garantir tranquilidade à população local. Neste sentido,

também estão sendo inauguradas pelo governo novas casas, uma creche reformada e uma área esportiva. Segundo o governador, o Dona Marta está tendo uma atenção diferenciada por não apresentar o "nível de complexidade" de outras comunidades, como Rocinha e Jacarezinho.

— No caso do Dona Marta, por ser uma comunidade menos complexa, tenho absoluta certeza de que esse desafio que lancei à polícia será alcançado com êxito. Você pode ter uma situação ou outra isolada de um marginal no Dona Marta ou em qualquer bairro do Rio. Mas você tem o crime organizado presente, como se teve até recentemente, eu espero que tenha chegado ao fim.

Por sua vez, Beltrame garantiu que, até o próximo dia 15, espera inaugurar no morro um novo modelo de policiamento, com cerca de 120 PMs que estão sendo treinados. Eles serão instalados em um superposto policial, no prédio da creche, que nunca funcionou porque moradores temiam que as crianças fossem feridas em tiroteios. O secretário disse que um modelo semelhante de policiamento está previsto também para o Morro do Chanéu Mangueira, no Leme.



Marcelo Piu

Sul; e parte migrou para a Vila Cruzeiro, no Complexo do Alemão; para Mangueiras, em Bonsucesso; e o Morro da Mangueira.

— O que está acontecendo no Dona Marta é uma ocupação séria, diferentemente de todas as outras. Posso afirmar que não está mais havendo venda de drogas na favela — disse Marcos Vinícius.

Agentes da Polícia Federal do Rio também confirmaram que os pontos de venda de drogas fecharam e que os bandidos desapareceram do Dona Marta. Mas, segundo um delegado, ainda é cedo para comemorar.

— O grande cliente dos traficantes dos morros ainda é o viciado do asfalto, mas, em várias comunidades, os dados apontam para a presença de dependentes dentro das próprias favelas. A venda para o público externo pode ter sido interrompida com a ocupação da PM, mas temos que esperar um tempo para saber se a ação da PM atingiu também o cliente interno do traficante — explicou o delegado.

O governador Sérgio Cabral também demonstrou cautela. Perguntado se já é possível afirmar que o tráfico acabou no Morro Dona Marta, ele respondeu:

— Dá para afirmar que no Morro Dona Marta o nosso objetivo é esse. Como numa rua qualquer do asfalto do Rio de Janeiro, você tem que ter um policiamento permanente e a garantia da ordem — disse.

O governador lembrou que a intenção é criar uma ação permanente da polícia que possa garantir tranquilidade à população local. Neste sentido,

está previsto também para o Morro do Chanéu Mangueira, no Leme.

— A ocupação será permanente, para sempre. Nosso projeto é esse: pôr a polícia junto com a comunidade, seja em área dominada pelo tráfico, seja em favela dominada por milícia — afirmou Beltrame.

Nenhum registro de roubo ou furto

• A iniciativa parece estar dando resultado: o número de roubos e furtos nas ruas de Botafogo próximo ao acesso do Morro Dona Marta despencou nas duas últimas semanas. De acordo com o comandante do 2º BPM (Botafogo), tenente-coronel Gileade Albuquerque, não há nenhum registro nos últimos 14 dias, quando a média indicaria 16 crimes nesse período.

— A ocorrência de crimes caiu bastante nas ruas próximas ao acesso do morro. Havia uma média de oito crimes por semana e não tivemos qualquer roubo ou furto nas duas últimas semanas. Fecharemos os dados da segunda semana amanhã (hoje), mas a informação que tenho é de que não houve qualquer incidência.

O comandante do batalhão afirmou ainda que a redução da criminalidade tem relação direta com a ocupação do Dona Marta:

— Esses criminosos estão de alguma forma ligados ao tráfico. Além disso, as pessoas que têm pendências judiciais não estão mais circulando no local. Todo dia nós levamos alguém suspeito para checar. ■



A PM NA FAVELA: até o próximo dia 15, serão 120 policiais, que ficarão num prédio inicialmente projetado para abrigar uma creche

Sem confrontos

Comerciantes e moradores dizem que acabaram-se os tiros e roubos

Natanael Damasceno

• O valvém despreocupado de moradores, comerciantes e motoristas, em meio ao movimento constante de carros da Polícia Militar na parte baixa do Morro Dona Marta, é um indicio do clima de tranquilidade que tomou conta do local. Dos comerciantes da Rua São Clemente aos ambulantes e donos de quiosques instalados nas ruas que levam à favela, todos são unânimes em dizer que, desde que a polícia ocupou o morro, não houve mais tiros, confrontos ou roubos nos arredores da favela.

No fim da tarde de ontem, as únicas pessoas armadas vistas no caminho percorrido pelo elevador do plano inclinado eram os policiais militares. Na prédio construído no topo do morro para ser uma creche, um grupo de dez pessoas afirmou que o clima em toda a favela é de tran-

quilidade. Moradores relatam que a Praça Corumbá é um exemplo do que dizem os PMs, que alardeiam sua vitória sobre os bandidos.

— Há alguns meses, eu não estaria aqui conversando com você, pois havia uma "boca-de-fumo" logo adiante. Essa rua (a Rua Barão de Macaúbas) era um banheiro a céu aberto, com pessoas consumindo drogas a qualquer hora do dia e fazendo sexo à noite. Parte dos carros estacionados amanhecia com janelas quebradas. Hoje, o clima é muito melhor, pois há policiais — contou um morador da parte baixa do morro que, por medo de represálias, identificou-se apenas como Marcio Aurélio.

Esse medo, aliás, a despeito da presença da polícia, é quase tangível. Principalmente quando o assunto é o tráfico local. Confrontados com o tema, ontem à tarde, comerciantes e mo-

radores da Rua Marechal Francisco de Moura fizeram um silêncio nervoso como resposta. Um jovem morador da favela, que trabalha no comércio da Rua São Clemente, explicou que os bandidos que foram embora eram moradores e tinham amigos e parentes na favela. Por isso, segundo ele, a maioria das pessoas teme represálias, caso a polícia se retire.

Ele, que também pediu para não ser identificado, confirmou a informação que tem sido divulgada pela polícia — a de que a venda de drogas foi interrompida e os traficantes fugiram para outros morros. Mesmo assim, os comerciantes estabelecidos na Rua São Clemente evitam falar em problemas. Afirmam que não têm como saber se os traficantes do local estão ativos e dizem apenas que a situação na região melhorou depois da ocupação da PM.

ANEXO II

Reportagem do jornal O GLOBO de 29 de janeiro de 2009.

Quinta-feira, 29 de janeiro de 2009 O GLOBO RIO • 11

Favela à espera de policiamento comunitário

Beltrame diz que Cidade de Deus terá, em fevereiro, esquema de segurança semelhante ao do Dona Marta

Cristiane de Cássia

Um lugar abandonado, com pessoas vivendo em meio ao lixo e aos porcos. Essa foi a impressão que o secretário estadual de Segurança Pública, José Mariano Beltrame, guardou ontem de sua primeira visita à Cidade de Deus, em Jacarepaguá, acompanhado por representantes do Ministério Público. Sem sair do carro, alegando que sua agenda estava apertada, o secretário percorreu praticamente todas as ruas da comunidade, onde deverá ser implantado, até 16 de fevereiro, um modelo de policiamento comunitário semelhante ao adotado no Morro Dona Marta, em Botafogo. Beltrame cobrou, porém, de todas as esferas de governo e da iniciativa privada, a implantação de ações sociais na favela.

— A questão que temos aqui não é só de segurança pública. É uma comunidade que está abandonada, com lixo e com córrego precisando de dragagem. É preciso um projeto habitacional. Feita a ambiência de segurança, espero que outras ações dos governos municipal, estadual, da União e da iniciativa privada entrem. É preciso incluir a Cidade de Deus no bairro de Jacarepaguá.

Uma reunião entre secretários municipais e estaduais para discutir ações na favela deve acontecer hoje à tarde.

O secretário garante que a ocupação já reduziu bastante os índices de criminalidade no bairro. Segundo ele, a Cidade de Deus está "praticamente livre do tráfico". Beltrame admite, no entanto, que ainda há pontos de resistência do tráfico no local conhecido como Karatê, uma das áreas mais pobres da favela, onde boa parte dos moradores ainda vive em barracos de madeira junto a porcos.

A Cidade de Deus está ocupada por policiais desde novembro do ano passado. No último dia 9, cerca de 200 policiais militares de diversos batalhões, incluindo o Bope, desencadearam a terceira fase da ocupação. Naquele mesmo dia, o Bope conseguiu entrar na região do Karatê, onde ainda havia focos de resistência dos traficantes. Além de combater bandidos armados, a polícia fez a demolição de barracos e de dezenas de puxadinhos.

O GLOBO NA INTERNET
VIDEO Secretário visita favela ocupada e cobra mais políticas sociais
 oglobo.com.br/rio



UMA CARREATA acompanha o secretário de Segurança durante visita à Cidade de Deus, em Jacarepaguá

custódio Coimbra

HOTEL  swiss mountain resort

PARA QUEM TEM MAIS DE 60 ANOS

HOTEL VILLAGE LE CANTON

Curta uma semana de paisagem tipicamente suíça com atividades físicas de baixo impacto (caminhadas em solo, hidrocaminhadas e hidroginástica), jogos de salão (buraco, sinuca, xadrez e gamão), cinema, boas músicas, saunas e SPA.

PROMOÇÃO ESPECIAL – SEGUNDA A SEXTA

Preço completo: R\$ 1.150,00 por pessoa

Mais de 240 PMs para garantir a paz

ANEXO III

Reportagem do jornal O GLOBO de 29 de maio de 2011 (1).

18

O GLOBO

Domingo, 29 de maio de 2011

RIO

'Nada sobrevive só com segurança'

Beltrame revela angústia com a demora de investimentos sociais nas favelas pacificadas

ENTREVISTA

José Mariano Beltrame

Quase como um ritual de batismo, ao assumir a Secretaria de Segurança do Rio, em 1º de janeiro de 2007, o delegado José Mariano Beltrame ouviu de empresários e de representantes de órgãos públicos de todas as esferas de governo um conhecido discurso: o de que a falta de segurança e a presença de grupos armados impediam

investimentos sociais nas favelas cariocas. Hoje, 17 UPPs depois e diante da expectativa de 300 mil moradores das favelas pacificadas, ávidos por dignidade, é a vez de Beltrame reclamar. Mostrando uma angústia incomum para um homem normalmente fechado e se dizendo chateado com a demora na chegada de investimentos sociais e de infraestrutura às comunidades, o secretário falou ao GLOBO sobre os ob-

jetivos do programa das Unidades de Polícia Pacificadora, anunciou novas metas para o próximo triênio e alertou para o problema da falta de participação da sociedade na inclusão das favelas:

— Nada sobrevive só com segurança. Não será um policial com um fuzil na entrada de uma favela que vai segurar, se lá dentro das comunidades as coisas não funcionarem. É hora de investimentos sociais.

Elenilce Bottari e Liane Gonçalves

O GLOBO: Que balanço o senhor faz hoje das UPPs?

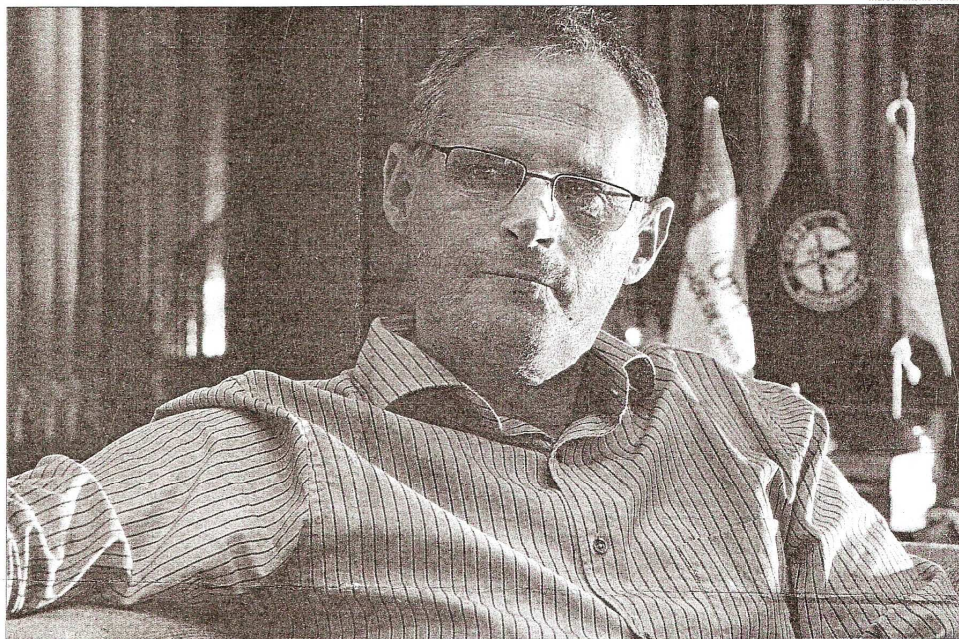
JOSÉ MARIANO BELTRAME: Embora as UPPs estejam agradando, eu tenho meus temores em relação ao pós-UPP. Aquilo a que efetivamente a UPP se presta nada mais é que proporcionar, viabilizar a chegada da dignidade ao cidadão. Essa é a razão da existência da UPP: criar um terreno fértil para a geração de dignidade. É isso que vai garantir o projeto, e não apenas a presença da polícia.

• O senhor não acredita então que as UPPs estejam garantidas?

BELTRAME: Se não houver investimentos maciços na dignidade dos cidadãos, na geração de perspectivas para aquelas pessoas, não digo que o programa vá dar errado, mas não é a polícia que vai garantir o sucesso de tudo isso. A UPP criou um ambiente para a sociedade começar a pagar a dívida que todos temos com essas áreas até então excluídas.

• O senhor está sempre percorrendo as UPPs. Sente-se o administrador do programa?

BELTRAME: A gente cuida do projeto como se fosse um filho. O melhor feedback é ouvir os moradores dessas comunidades. As reportagens sobre UPPs são ótimas, mas é ainda melhor ouvir das pessoas frases assim: "Secretário, meu netinho vai fazer 2 anos. O senhor acredita que até agora ele nunca ouviu um só tiro?"



O SECRETÁRIO José Mariano Beltrame: "A UPP criou um ambiente para a sociedade começar a pagar a dívida que todos temos com essas áreas até então excluídas"

Marco Antônio Teixeira

• *O que o senhor vê que o angustia?*
BELTRAME: Na Cidade de Deus, por exemplo, vi lixão a céu aberto, porco e criança vivendo no mesmo ambiente, que parece Bangladesh. Há muita sujeira, muita desordem na questão habitacional. Fizeram uns conjuntos de qualidade muito baixa e entregaram aquilo à população, que hoje começa a fazer puxadinhos. Parece que ali não há ninguém fiscalizando. Alí o que aconteceu? Nesses lugares, a PM, através do capitão (comandante da UPP), se torna a presença física do Estado, 24 horas por dia. As pessoas vão lá no capitão reclamar do puxadinho, da van clandestina, do piloto de moto que faz transporte e não tem capacete. Isso desgasta o capitão, porque eles vão lá cobrar coisas que não são da competência da polícia.

• *Que critérios têm de ser definidos para garantir o sucesso do projeto?*
BELTRAME: Talvez a garantia de que essas comunidades vão passar à conta com luz, sistema de esgoto e água, além de coleta de lixo. O sucesso do projeto depende de investimentos maciços, e estes não estão sendo feitos na velocidade necessária.

• *O senhor se sente responsável pelas 300 mil pessoas beneficiadas diretamente pela pacificação. Isso lhe tira o sono?*
BELTRAME: Isso me preocupa. A UPP mexe com o que há de mais valioso nas pessoas, que é a esperança. E a gente precisa ter senso de responsabilidade. Essas pessoas, com a chegada da polícia, podem começar a pensar que agora o Estado está presente ali. E esse Estado tem que se apresentar de forma mais palpável, de um jeito forte. É algo que me preocupa porque a gente está mexendo com o imaginário das pessoas. Isso não é brincadeira.

• *O senhor vive a angústia dessas pessoas que esperam por melhorias?*
BELTRAME: Vivo. Eu vivo essa angústia. Vou lá nas comunidades e saio mal com certas coisas que vejo. Mas também saio muito gratificado por outras coisas, como o depoimento daquela avó a que me referi antes.

• *Essa falta de perspectivas prejudica o seu trabalho?*

UMA GESTÃO DE RESULTADOS

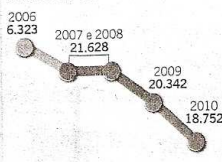
Os principais índices de criminalidade registraram queda nos últimos anos

● Gestão anterior ● Gestão Beltrame

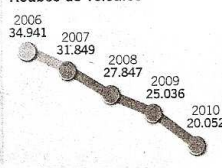
Homicídios



Furtos de veículos



Roubos de veículos



Autos de resistência*



* Mortes de civis em confronto com a polícia

BELTRAME: Eu acho que sim, porque as pessoas passam a ver na construção da esperança aquele homem fardado. E só. É nele que as pessoas vão. Então começam a perguntar ao capitão por serviços que são da Cedeae, da Light, da CET-Rio. Hoje, por exemplo, eu tenho policiais que, mesmo estando de serviço, dão aula de esportes. Eu apoio essa iniciativa, porque não vou deixar as crianças sem esporte. Mas gostaria que o responsável por esse setor assumisse essa tarefa, me liberando dois ou três policiais para exercerem a sua função.

• *Mas o senhor não conta com a parceria de empresários?*

BELTRAME: Tenho grandes parceiros, como a OCG, do Eike Batista. Tenho a Firjan e a Light. As suas ações são visíveis nessas comunidades. Eu posso estar cometendo uma injustiça, mas agora tudo é o Complexo do Alemão, onde não há UPP. Eu gostaria que tudo que está acontecendo no Alemão ocorresse nas comunidades com UPPs na Tijuca e em outros bairros. Mas foi tudo para o Alemão. Até banco já abriram lá. Poderiam abrir no Morro dos Macacos, no Salgueiro.

• *O senhor pede ajuda ao governador Sérgio Cabral, reclama com ele?*
BELTRAME: Peço, reclamo. O governador liga para essas pessoas, para os secretários, é um parceiro meu.

• *Na UPP Social, o que o senhor considera mais urgente?*

BELTRAME: Eu não gosto do nome UPP Social. UPP é UPP. Falaram em alguma entrevista e colou, mas sou



O sucesso do projeto (das UPPs) depende de investimentos maciços, e estes não estão sendo feitos na velocidade necessária.

contra, porque a UPP não é social, ela proporciona o social, permite que o social aconteça. Além disso, se a UPP Social começar a não acontecer, pode me levar junto. E eu não quero isso.

• *O senhor teme pela sobrevivência do projeto se não houver a participação de outros setores?*

BELTRAME: Eu acho que nada sobrevive só com segurança. Não será um policial com um fuzil na entrada de uma favela que vai segurar, se lá dentro das comunidades as coisas não funcionarem. É hora de investimentos sociais. Quando me perguntam o que podem fazer, eu digo: vá lá e veja. Pode entrar, pode visitar. Uma pessoa sozinha talvez não consiga fazer muito, mas se houver outras... Posso estar enganado, mas acho que o ambiente que nós temos hoje permite que a gente pense grande.

• *Em algum momento o senhor pensou em abandonar o cargo?*

BELTRAME: Nunca pensei, a gente tem proposta. Eu achava que no fim do ano era o momento em que poderíamos sair. Digo poderíamos porque não estou sozinho. Isso talvez fosse bom para mim, José Mariano. Mas temos projetos. Sair seria uma coisa egoísta. Não vou jogar a toalha. Eu brigo muito, mas isso desgasta.

• *O estado não poderia dar incentivos a empresas que quisessem investir maciçamente nas comunidades?*

BELTRAME: Eu acho que você precisa perguntar isso ao Vilela (o secretário estadual de Fazenda, Renato Vilela). Acho que já viram o resultado da política de segurança na saúde pública. Na medida em que as pessoas dão menos tiros, há menos mortos e menos feridos (atendidos nas emergências dos hospitais). A rede hoteleira às vezes me acena, dizendo que o resultado é fantástico.

• *O senhor acha então que, se a prefeitura ou os empresários não colaborarem, o projeto das UPPs ficará capenga?*

BELTRAME: O que eu quero é fomentar o programa, para que ele decole definitivamente. Acho que, quanto menos dignidade tiver o cidadão, mais difícil será. Você pode fazer um cinturão de policiais para manter a ordem, mas também não é isso que a sociedade quer.

• *E a vida pessoal, como fica?*

BELTRAME: Eu não tenho tempo para eles (mulher e filhos). Hoje, o

meu programa preferido, que já é difícil, é ficar em casa dormindo. Mas fico muito feliz de ir à rua e as pessoas me cumprimentarem. Eu sou muito agradecido.

• *Quais as próximas metas?*

BELTRAME: Trabalhar firme em cima do desvio de conduta, da corrupção. Investir ainda em tecnologia, educação e capacitação, que são tão difíceis. Estudar como realizar ocupações como a do Alemão, como fazer UPPs. É abrir os currículos, ver quem são os professores, rever com eles disciplina por disciplina. Vamos rever tudo, os cursos de formação de praças, de oficiais, de delegados, de inspetores.

• *Até alguns anos atrás, a polícia pagava a informantes com materiais apreendidos em operações. Essa polícia está mudando?*

BELTRAME: Talvez esse não seja um trabalho para um secretário. Mas nesse sentido as UPPs também me empolgam. Durante mais de 40 anos, nossa política era de entrar e sair das comunidades, com três facções criminosas brigando entre si e com a polícia. E o que aconteceu? Acabamos tendo, ao longo de décadas, uma polícia para fazer guerra, e não para prestar serviços. Agora nós já temos uma polícia prestadora de serviços. ■

OPINIÃO

Em que a sociedade pode contribuir para o sucesso das UPPs?
 globo.com.br/rio

ANEXO IV

Reportagem do jornal O GLOBO de 29 de maio de 2011 (2).

Rogério Daflon

O mapa das comunidades cariocas ganhou um novo desenho. Dois órgãos da prefeitura — a Secretaria municipal de Habitação (SMH) e o Instituto Pereira Passos (IPP) — fizeram estudos e chegaram à conclusão de que 44 delas deixaram de ser favelas, porque já contam com serviços básicos idênticos aos destruídos por moradores do asfalto. Na lista da prefeitura, estão nove comunidades da Zona Sul, como Dona Marta (Botafogo), Cerro-Corá (Cosme Velho) e Vidigal. Para o presidente do IPP, Ricardo Henriques, a nova classificação é da maior importância:

— O que nós queremos é promover uma reflexão sobre o conceito de favela. O caso da Providência (no Centro) é bem ilustrativo. Ela será reurbanizada e daqui a pouco não haverá sentido de classificá-la assim. E isso sem prejuízo da história, da tradição e da identidade da Providência (considerada a primeira favela do Brasil).

O secretário municipal de Habitação, Jorge Bittar, concorda com Henriques.

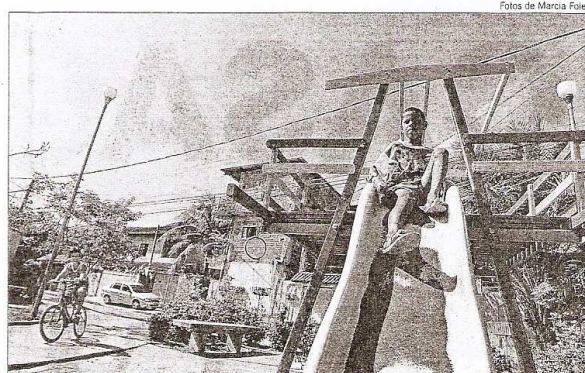
— No fim do ano que vem, as obras na Providência, que incluem um teleférico, um plano inclinado e melhorias habitacionais, terão terminado. Portanto, daqui a dois anos, o correto será dizer bairro da Providência — disse Bittar.

O levantamento das 44 ex-favelas contou como uma só comunidade lugares vizinhos, como Pavão-Pavãozinho e Cantagalo, que se estendem por Copacabana e Ipanema. Algumas ainda estão dominadas pelo tráfico, como o Vidigal, ou pela milícia, como a Fiação Cardim, em Pilares. Para o sociólogo e professor da PUC Marcelo Burgos, não existe um consenso sobre a definição de favela:

— Mas essa ideia não faz sentido. Aponta uma mudança que não aconteceu. O Borel, por exemplo, ainda tem muitos problemas.

Cidade ganha 44 ex-favelas

Prefeitura diz que mudança foi feita porque comunidades têm serviços básicos como qualquer bairro do Rio



Fotos de Marcia Foletti

PRAÇA COM brinquedos em Palmeiral, Vargem Grande: serviços públicos incluem saneamento e creches



Total agora é de 582 favelas

Repórteres do GLOBO visitaram cinco das ex-favelas, que ficam em terrenos isolados ou em complexo de comunidades. Todas contam com saneamento básico e arruamento bem-feito. Na Fernão Cardim, no entanto, uma das mais bem urbanizadas, os moradores vivem sob o jugo da milícia.

Muita coisa melhorou aqui. Mas não posso dizer que isto aqui não é mais favela, se sou obrigado a pagar uma taxa privada de segurança — disse um morador.

Para o presidente do Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB-RJ), Sérgio Magalhães, a nova classificação da prefeitura falha nesse sentido. Na opinião dele, a segurança é um dos pré-requisitos fundamentais para que uma área esteja integrada à cidade.

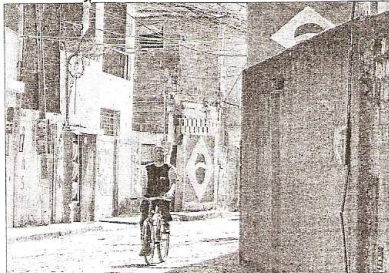
A entrada dos serviços públicos normais nas áreas consideradas favelas é um dos pontos mais importantes para a inserção desses lugares na cidade. Mas, sem a segurança, todos os serviços públicos se apequenam — disse Magalhães.

Ricardo Henriques concordou: Sem dúvida alguma, segurança compõe de modo definitivo a possibilidade de favela integrada.

Bittar diz que a Fernão Cardim não é realmente mais vista no favela pela prefeitura.

A Fernão Cardim não é considerada uma favela, os padrões urbanísticos apresenta. E há milícia em todos da cidade, que, obviamente, não são favelas. Essa classificação da prefeitura em localidades com bom padrão urbanístico, como a Baía Sapateiro e a Nova Holanda, no Complexo da Maré, e ainda existe tráfico de drogas, que tem recebido bate incansável do governo estado — disse Bittar.

RUA NA Quinta do Caju, onde as condições de vida já foram muito precárias: os próprios moradores afirmam que, após os trabalhos de reurbanização, o lugar não é mais uma favela



A VILA Sapê, em Jacarepaguá: rede de esgoto em todos os imóveis



MORADORAS BATEM papo na rua na Quinta do Caju: casas legalizadas

No caso da Fernão Cardim, até o processo de regularização fundiária, um dos maiores problemas das favelas, está sendo resolvido.

Dentro dos padrões da prefeitura, há uma localidade que se destaca: a Quinta do Caju. A comunidade, onde as condições de vida já foram bastante precárias, talvez mereça mesmo a classificação de bairro popular, segundo seus moradores.

Ninguém aqui considera a Quinta do Caju uma favela. Quando cheguei a este lugar, há 29 anos, não havia rua, e sim muito barro. Hoje, as ruas estão direitas, há lugar para

esporte, as casas estão boas e quase todos nós temos a certidão do imóvel — disse a dona de casa Raquel Coutinho da Silva. — Aqui já foi favela. Hoje não é mais.

Tanto a Quinta do Caju como a Fernão Cardim passaram por obras de reurbanização do programa Favela-Bairro. Agora, estão incluídas no projeto Morar Carioca, que visa a urbanizar todas as favelas do Rio até 2020. Para isso, adotou-se uma nova forma de contar as favelas.

O IPP contava 1.020 favelas na cidade. Mas a Secretaria municipal de Habitação fez uma recontagem para melhorar as po-

► Áreas com características de bairro

O critério de seleção para que essas 44 áreas não sejam mais consideradas favelas são infraestrutura (rede água, esgoto, drenagem, pavimentação, abertura de vias de acesso, rede de iluminação pública, calçadas, praças) e equipamentos sociais como creche, posto de saúde, áreas como esporte e lazer.

São áreas que já têm a característica de bairro — disse Jorge Bittar.

Veja a lista das ex-favelas:

- ZONA PORTUÁRIA (I RA)
- 1: Ladeira dos Funcionários e Parque São Sebastião
- 2: Quinta do Caju
- 3: Parque Boa Esperança
- 4: Parque Conquista
- BOTAFOGO (IV RA)
- 5: Carro-Corá, Guararapes e Vila Cândido
- 6: Humaitá
- 7: Morro Azul
- 8: Dona Marta
- 9: Tavares Bastos
- 10: Vila Benjamim Constant
- 11: Vila Pereira da Silva
- COPACABANA (V RA)

- 12: Pavão-Pavãozinho e Cantagalo
- LAGOA (VI RA)
- 13: Vidigal
- TIJUCA (VIII RA)
- 14: Borel e Casa Branca
- 15: Mata Machado
- 16: Morro da Formiga
- 17: Salgueiro
- VILA ISABEL (IX RA)
- 18: Arrelia, Morro do Andaraí e Jamelão
- 19: França Junior, Buraco Quente e Morro do Cruz
- RAMOS (X RA)
- 20: Vila Santo Antônio
- 21: Comunidade Agrícola de Higienópolis
- PENHA (XI RA)
- 22: Morro da Fé, Morro do Caracol, Morro do Sereno e Rua Frey Gaspar, nº 279
- 23: Centro Social Marcellio Dias
- INHAUMA (XII RA)
- 24: Parque Proletário Águia de Ouro
- 25: Chácara de Del Castilho
- MÉIER (XIII RA)
- 26: Fernão Cardim
- 27: Joaquim Méier
- 28: Serra do Padilha
- 29: Santos Titara
- IRAJÁ (XIV RA)

- 30: Nossa Senhora da Apresentação
- MADUREIRA (XV RA)
- 31: Burity-Congonhas, São Miguel Arcanjo, Faz Quem Quer, Moisés Santana, Morro do Sapê e Morro do Sossogo
- JACAREPAGUÁ (XVI RA)
- 32: Santa Maria
- 33: Vila Sapê
- CAMPO GRANDE (XVIII RA)
- 34: Jardim Moriçaba
- 35: Bairro Agulhas Negras
- 36: São Jerônimo
- IHA (XX RA)
- 37: Bairro da Sapucaia e Praia da Rosa
- 38: Parque Royal
- BARRA (XXIV RA)
- 39: Floresta da Barra da Tijuca
- 40: Palmares
- PAVUNA (XXV RA)
- 41: Morro União
- COMPLEXO DA MARÉ (XXX RA)
- 42: Baixa do Sapateiro, Parque Maré, Nova Holanda, Parque Rubens Vaz, Parque União e Timbau
- VIGÁRIO GERAL (XXXI RA)
- 43: Parque Jardim Beira-Mar, Vigário Geral e Te Contei
- REALENGO (XXXIII RA)
- 44: Bairro Carumbé

em Vargem Pequena, é uma comunidade de médio porte (entre cem e 500 domicílios). Nela também se encontram ruas e calçadas bem-feitas, serviços públicos idênticos aos da chamada cidade formal, saneamento básico e equipamentos como creches e praças.

— Isto aqui, até 1994, era um brejo. Hoje é um bairro — disse a agente comunitária Andrea Lourinho.

O cenário fica bem distante da definição do IBGE para favela: aglomerado subnormal, no qual barracos e casas ocupam terras de propriedade alheia de forma

desordenada e densa, sendo, em sua maioria, carente de serviços públicos essenciais.

Em outras localidades, como Buraco Quente, no Andaraí, e Vila do Sapê, em Jacarepaguá, ambas na lista de ex-favelas, o nível de urbanização não tem a qualidade do verificado na Quinta do Caju. Nelas, no entanto, o problema do saneamento básico parece completamente resolvido. ■

► GLOBO NA INTERNET
 Vídeo Moradores da Fernão Cardim discutem se a comunidade virou uma 'ex-favela'
globo.com.br/rio

Outras notícias da Editoria Rio nas páginas 29 a 36.

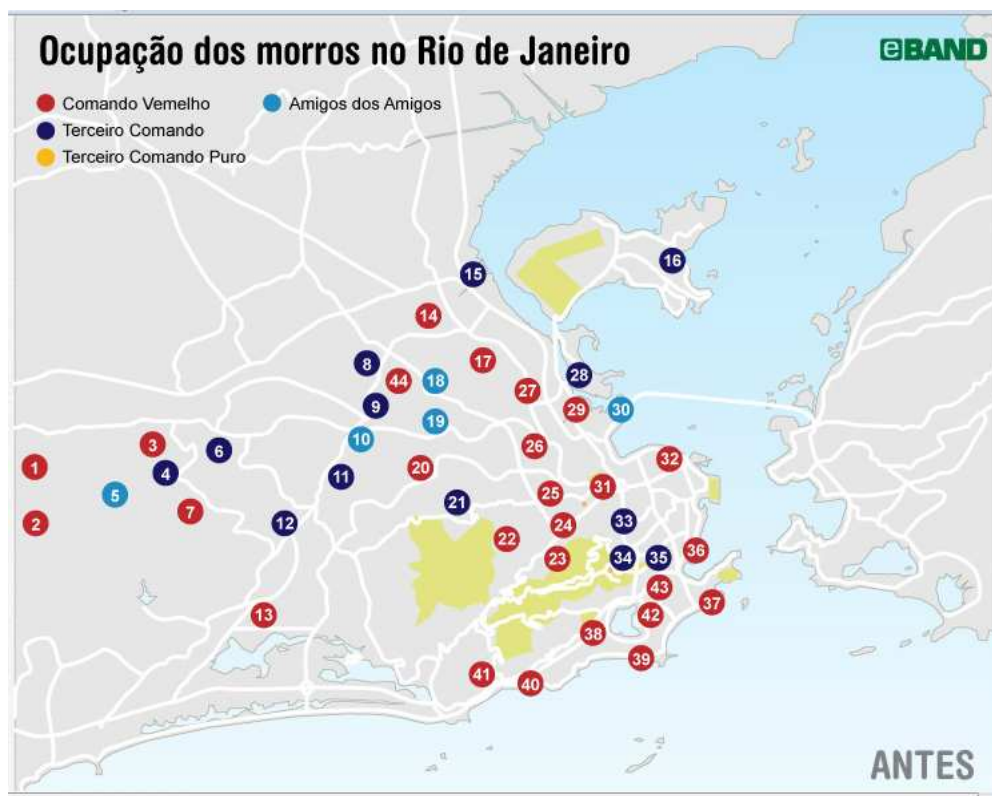
Sagradas de viver num cartão-postal
 Página 30

Escola pública herda alunos da rede privada
 • Página 33

A coluna de Ancelmo Reis
 • Páginas 34 e 35

ANEXO V

Mapa das ocupações de morros no Rio de Janeiro – antes e depois da UPP.



LISTA DAS FAVELAS

1. Antares	10. Parapedro	19. Urubu	28. Complexo da Maré	37. Chapéu Mangueira
2. Cesarão	11. Serrinha	20. Camarista	29. Manguinhos	38. Cerro Corá
3. Vila Kennedy	12. São José Operário	21. Casa Branca	30. Caju	39. Pavão-Pavãozinho
4. Rebu	13. Cidade de Deus	22. Salgueiro	31. Mangueira	40. Vidigal
5. Carobinha	14. Cidade Alta	23. Turano	32. Providência	41. Rocinha
6. Vila Vintém	15. Parada de Lucas	24. Borel	33. Macacos*	42. Tabajaras
7. Barbante	16. Complexo do Dendê	25. Formiga	34. Querosene	43. Santa Marta
8. Muquiço	17. Complexo do Alemão	26. Jacarezinho	35. Coroa	44. Andaraí
9. Acari	18. Juramento	27. Ramos	36. Mineira	

*UPP em implantação

MAPA DAS FAVELAS DO RIO ANTES DAS UPP's.

Fonte: <http://www.band.com.br/noticias/quiz/?id=327>



LISTA DAS FAVELAS

1. Antares	10. Parapedro	19. Urubu	28. Complexo da Maré*	37. Chapéu Mangueira
2. Cesarão	11. Serrinha	20. Camarista	29. Manguinhos	38. Cerro Corá
3. Vila Kennedy	12. São José Operário	21. Casa Branca	30. Caju	39. Pavão-Pavãozinho
4. Rebu	13. Cidade de Deus	22. Salgueiro	31. Mangueira	40. Vidigal
5. Carobinha	14. Cidade Alta	23. Turano	32. Providência	41. Rocinha
6. Vila Vintém	15. Parada de Lucas	24. Borel	33. Macacos	42. Tabajaras
7. Barbante	16. Complexo do Dendê	25. Formiga	34. Querosene	43. Santa Marta
8. Muquiço	17. Complexo do Alemão	26. Jacarezinho	35. Coroa	44. Andaraí
9. Acari	18. Juramento	27. Ramos	36. Mineira	45. Vila Cruzeiro

*são 22 favelas, divididas em ADA, TC e CV

MAPA DAS FAVELAS DO RIO DEPOIS DAS UPP's.

Fonte: <http://www.band.com.br/noticias/quiz/?id=327>